



DIÁRIO

da Assembleia da Repúblíca

IV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1985-1986)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 1986

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 Rui de Sá e Cunha
 José Manuel Maia Nunes de Almada

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 45 minutos.

Concluiu-se o debate da moção de confiança ao Governo no qual usaram da palavra, a diverso título, para além do Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) e dos Srs. Ministros das Finanças (Miguel Cadilhe), da Agricultura, Pescas e Alimentação (Álvaro Barreto), da Defesa Nacional (Leonardo Ribeiro de Almeida) e o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Correia de Jesus), os Srs. Deputados Seiza Neves (MDP/CDE), Silva Marques (PSD), José Lelo (PS), Cristina Albuquerque (PRD), Carlos Pinto (PSD), Barbosa da Costa (PRD), Gomes de Pinho (CDS), Ângelo Correia (PSD), José Carlos Vasconcelos (PRD), Jorge Lacão (PS), Nogueira de Brito e Cavaleiro Brandão (CDS), João Amaral (PCP), João Corregerado da Fonseca (MDP/CDE), Carlos Lage (PS), Octávio Teixeira (PCP), Pedro Feist (CDS), Rogério de Brito (PCP), Ivo Pinho (PRD), Carlos Carvalhas (PCP), Vítor Crespo (PSD), Manuel Alexandre e Lopes Cardoso (PS), Paulo Campos (PRD), Rui Machete (PSD), José Magalhães (PCP), Azevedo Gomes (PS), Soares Cruz (CDS), Sá Furtado (PRD), Maria Santos (Indep.), Magalhães Mota (PRD) e Carlos Lilaua (PRD).

No encerramento do debate intervieram, para além do Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva), os Srs. Deputados José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE), Adriano Moreira (CDS), Carlos Brito (PCP), Hermínio Martinho (PRD), Almeida Santos (PS) e António Capucho (PSD).

Após a aprovação da moção de confiança, produziram declaração de voto os Srs. Deputados José Magalhães (PCP), Narana Coissoró (CDS), José Luís Nunes (PS) e Correia Afonso (PSD).

Entretanto, o Sr. Deputado Amândio de Azevedo deu conta de uma mensagem de condolências pelo falecimento do Sr. Deputado António Janeiro enviada pelo Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Sr. Louis Jung.

A Câmara aprovou ainda um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados do PSD e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 1 hora e 10 minutos do dia seguinte.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
 Alberto Monteiro Araújo.
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Álvaro José Rodrigues Carvalho.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amândio dos Anjos Gomes.
 Amélia Cavaleiro Andrade Azevedo.
 António d'Orey Capucho.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Jorge de Figueiredo Lopes.
 António Manuel Lopes Tavares.
 António Roleira Marinho.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henriques Correia.
 Cândido Alberto Alencastre Pereira.
 Carlos Alberto Pinto.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos Silva e Sousa.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Próspero Luís.
 Francisco Jardim Ramos.
 Francisco Rodrigues Porto.
 Henrique Luís Esteves Bairrão.
 Henrique Rodrigues Mata.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos Abreu Salgado.
 João Luís Malato Correia.
 João José Pimenta de Sousa.
 Joaquim Carneiro de Barros Domingues.

Joaquim da Silva Martins.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Filipe Athayde Carvalhosa.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Coelho dos Reis.
 José Júlio Vieira Mesquita.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Mendes Melo Alves.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís Jorge Cabral Tavares de Lima.
 Manuel Estácio Marques Flórido.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Antonieta Cardoso Moniz.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Miguel Fernando Miranda Relvas.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Aloísio Fernando Macedo Fonseca.
 Américo Albino Silva Salteiro.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Domingues de Azevedo.
 António Frederico Vieira de Moura.
 António Miguel Morais Barreto.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães Silva.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Alberto Raposo Santana Maia.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Luís.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Helena Torres Marques.
 Hermínio da Palma Inácio.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Henriques Lopes.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 José Augusto Fillol Guimarães.
 José Barbosa Mota.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Torres Couto.
 José dos Santos Gonçalves Frazão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl da Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Victor Hugo de Jesus Sequeira.
 Victor Manuel Caio Roque.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Alexandre Manuel da Fonseca Leite.
 António Alves Marques Júnior.

António Eduardo de Sousa Pereira.
 António Lopes Marques.
 António Magalhães de Barros Feu.
 António Maria Paulouro.
 Arménio Ramos de Carvalho.
 Bártnolo de Paiva Campos.
 Carlos Alberto Narciso Martins.
 Carlos Alberto Rodrigues Matias.
 Carlos Artur Trindade Sá Furtado.
 Carlos Joaquim de Carvalho Ganopa.
 Eurico Lemos Pires.
 Defensor Oliveira Moura.
 Fernando Dias de Carvalho.
 Francisco Armando Fernandes.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho.
 Jaime Manuel Coutinho da Silva Ramos.
 João Barros Madeira.
 Joaquim Carmelo Lobo.
 Joaquim Jorge Magalhães Mota.
 José Alberto Paiva Seabra Rosa.
 José Carlos Torres Matos Vasconcelos.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José Emanuel Corujo Lopes.
 José Fernando Pinho da Silva.
 José Luís Correia de Azevedo.
 José Rodrigo da Costa Carvalho.
 Maria Cristina Albuquerque.
 Maria da Glória Padrão Carvalho.
 Paulo Manuel Quintão Guedes de Campos.
 Rui José dos Santos Silva.
 Rui de Sá e Cunha.
 Vasco Pinto da Silva Marques.
 Vitorino da Silva Costa.
 Victor Manuel Ávila da Silva.
 Victor Manuel Lopes Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António da Silva Mota.
 António Manuel da Silva Osório.
 António Vidigal Amaro.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Manafaiá.
 Cláudio José Santos Percheiro.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Francisco Miguel Duarte.
 José António Gonçalves do Amaral.
 João Carlos Abrantes.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Santos Magalhães..
 José Rodrigues Vitoriano.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Sérgio José Ferreira Ribeiro.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 António Vasco Mello César Menezes.
 Francisco António Oliveira Teixeira.
 Hernâni Torres Moutinho.
 Horácio Alves Marçal.
 João Gomes de Abreu Lima.
 José Luís Nogueira de Brito.
 José Maria Andrade Pereira.
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia.
 Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 João Manuel Caniço Seiça Neves.
 José Manuel do Carmo Tengarrinha.

Deputados independentes:

Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Maria Amélia Mota Santos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Deram entrada na Mesa e foram admitidos os seguintes diplomas: ratificações n.º 82/IV, da iniciativa do Sr. Deputado Gomes de Pinho e outros, do CDS, referente ao Decreto-Lei n.º 140-A/86, de 14 de Junho, que cria o sistema de conta crédito denominada «Conta poupança-emigrante»; 83/IV, da iniciativa da Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo e outros, do PCP, relativamente ao Decreto-Lei n.º 149/86, de 18 de Junho, que dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 1.º e ao n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 20/81, de 28 de Janeiro, que estabelece medidas com vista a incentivar a autoprodução de energia eléctrica; projecto de lei n.º 251/IV, da iniciativa do Sr. Deputado Sá Furtado e outros, do PRD, sobre a autonomia das universidades, que baixam à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor Leste convoca os Srs. Deputados que fazem parte da referida Comissão para a reunião que se realiza na sala n.º 250-H no próximo dia 3 de Julho, pelas 11 horas.

Informo, ainda, que foi desconvocada a reunião desta Comissão que estava marcada para hoje, dia 26, às 11 horas.

Lembro também às direcções dos grupos parlamentares, uma vez que já o fiz ao Governo através do Sr. Secretário de Estado e para os Assuntos Parlamentares, que os serviços da RTP se encontram na sala D. Maria a gravar as intervenções que serão emitidas logo em tempo de antena imediatamente antes do *Telejornal*. Recomendam aqueles que as direcções dos grupos parlamentares se não atrasem, visto que as gravações têm de ser feitas no máximo até às 14 horas, uma vez que depois é necessário fazer as respectivas montagens.

Vamos, então, continuar o debate sobre a moção de confiança apresentada pelo Governo à Assembleia da República.

Tem, assim, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Seiça Neves.

O Sr. Selça Neves (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Cansado com os «sobressaltos democráticos», para usar a terminologia de um senhor deputado do partido do Governo, decidiu este criar mais um ponto de clivagem com esta Câmara.

Fê-lo bem, sabendo que esta manobra, embora revele objectivamente a sua fraqueza, lhe trará provavelmente prestígio na grande roda livre do clientelismo «caça votos».

E é importante dizer que é exactamente este governo que, tendo prometido estabilidade institucional, pacificação e remodelação nas relações interórgãos de soberania, vem criar um irresponsável clima de desequilíbrio na eventual procura da mísrfica maioria absoluta, com a qual, por certo, implementaria um outro estilo de ainda mais obscura governação.

Para conseguir este escopo vem o Governo procurando manter a sua actividade num «banho-maria», distanciada dos olhos da opinião pública, tida como objecto e nunca como agente das suas deliberações.

Fingindo-se arauto de todas as liberdades e estrénuo defensor do regime democrático, pretende implantar um sistema de escutas telefónicas e de violação de correspondência das quais só *a posteriori* se dá conhecimento à autoridade judicial.

Estranha concepção de democracia esta que, em nome da sua defesa, fere de morte os seus mais intangíveis e inalienáveis princípios.

Mas, sem pretender sequer sectorizar a análise do trabalho do Governo e a sua vocação legislativa, podíamos também recordar a maneira como vem pretendendo silenciar a criação de algumas associações sindicais, tal como a da PSP, a criação de um serviço militar obrigatório, que em pouco ou nada substitui a anterior legislação, a tentativa de desmantelamento do sector público da economia, para só citar alguns aspectos.

Diz o Governo que pretende pouco Estado no Orçamento, reconduzindo o País a uma economia de mercado controlada.

Mas, menos Estado tem nos dias de hoje este significado lapidar: menos escolas, menos ensino, menos saúde, menos transportes, polícias mais anónimas e mais repressão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Comparar a quimera do Programa do Governo com a sua actuação prática é bem o acordar amargo de um sonho prometido.

É a justiça que se prometeu célere e eficaz que continua a denegar e a delongar interesses e direitos legítimos deste povo.

São os reclusos a fazerem motins e os guardas prisionais, pela primeira vez desde o 25 de Abril, a fazerm greve,

É a delinquência juvenil a aumentar para níveis preocupantes, sobretudo no que concerne ao uso e tráfico de drogas pesadas, perante a inactividade do Governo.

São as prometidas instituições de reinserção que não funcionam por falta de meios humanos e financeiros,

deixando os ex-reclusos abandonados à sua sorte e impedindo que a algures sejam minoradas as pénas ou que não cumpram prisões preventivas.

É um património de centenas de milhões de contos, em grande parte custeado em divisas, que apodrece à espera de uma prometida lei dinamizadora das falências ou da intervenção governamental no sentido de não deixar degradar tão valioso espólio.

É o nosso sector das pescas a ver agravada dia a dia a sua situação com o completo desconhecimento e inventariação da nossa zona económica exclusiva, o envelhecimento crescente da nossa frota e a total falta de incentivos à pesquisa. Pergunta-se a propósito o que é feito do célebre navio *Raia* — navio de pesquisa — em construção há mais de doze anos e cuja venda para a sucata agora se anuncia.

São os cerca de 180 atuneiros espanhóis que invadem a nossa zona económica exclusiva e os mais de 90 palangreiros que a profanam e todos os barcos de pesca franceses, a quem nenhuma reserva foi posta na negociação com a CEE, conforme pública e recentemente reconheceu o ex-Secretário de Estado das Pescas e actual militante do PSD, comandante Faria Santos.

É a diminuição das nossas quotas de pesca no Canadá, como consequência da adesão à CEE, que vem agravar, de forma considerável, as dificuldades da nossa frota de pesca longínqua e, designadamente, a nossa numerosa mas envelhecida frota bacalhoeira.

E que dizer da nossa agricultura, Sr. Presidente e Srs. Deputados, cada vez com menos braços e com um parque humano crescentemente envelhecido, trôpego e desinteressado?

E aqui se poderá falar da falta de incentivos ao jovem agricultor, de legislação capaz para assegurar o fomento e o saneamento financeiro das cooperativas, o que tudo foi prometido no programa governamental, uma vez mais quimérico e incumprido.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Muito bem!

O Orador: — E finalmente se poderá ainda falar nas cerca de 900 000 explorações agrícolas impreparadas para responder à CEE, por falta de extensão rural competente, privilegiando-se as cerca de 50 000 que para tal se encontram apetrechadas em termos técnicos, tecnológicos e de dimensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Primeiro-Ministro pergunta a esta Câmara se pode cumprir o Programa que a Assembleia da República não viabilizou.

Votámos na altura contra o Programa do Governo por o reputarmos aquém das necessidades dos Portugueses.

Votamos agora contra esta moção de confiança porque comporta em si mesma objectivos estranhos às regras do jogo democrático e porque fica bem à vista que o Governo, com uma prática desarticulada do seu Programa, pretende apenas um reforço de autoridade de todo em todo ilegítima porque a prepotência ronda o Poder.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Neste debate sobre a moção de confiança apresentada pelo Governo não está em causa apenas o Governo mas também o próprio sistema político em que vivemos, a sua lógica, o seu funcionamento, a sua capacidade de responder às exigências da governação do País.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Inteligente o Sr. Deputado!

O Orador: — Acabei há pouco de trocar algumas impressões com o Sr. Deputado Magalhães Mota, ainda a propósito da tese que ele aqui ontem defendeu. Não vou desenvolver a discussão sobre esse ponto.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Ainda não aprendeu!

O Orador: — ...; direi apenas que Deus nos livre de essa tese fazer vencimento, porque o nosso país tornar-se-ia ainda mais ingovernável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O nosso sistema é de toda a evidência excessivamente parlamentarista. Mas mesmo que o não fosse, ele não dispensaria um valor, uma norma de conduta política que nenhum dispositivo formal, constitucional ou regimental consegue suprir, que é o da coerência política, o de aceitar as consequências lógicas e naturais de cada oposição, e que a mera sensatez, o mero senso comum, o simples realismo, sem já falar nos imperativos do patriotismo, indicam e impõem à consciência de cada um de nós e dos cidadãos.

Se, graças a uma maior capacidade de coerência política de assumir com frontalidade as consequências lógicas e naturais das nossas opções, não formos capazes de corrigir os vícios do excesso de parlamentarismo do nosso sistema político, então é bem possível, infelizmente, que caminhemos para o insucesso e o desastre.

Do que precisamos hoje não é de mais parlamentarismo, é de mais capacidade de governo; não é de mais jogos de corredor...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... mas de mais ligação entre os políticos e o povo que os elegeu; não é de mais afectivos, mas de mais ideias e do seu confronto franco e frontal.

Aplausos do PSD.

O Parlamento viabilizou o actual governo. Mais: dada a apresentação de diversas moções de rejeição, que não obtiveram vencimento, viabilizou o seu próprio Programa.

Então, que sentido tem o Parlamento meter-se sistematicamente pelo caminho da paralisação de medidas fundamentais tomadas pelo Governo no cumprimento do seu programa, para já não falar na recusa dos meios legislativos que o Governo lhe pede?

Trata-se, de facto, de uma obstrução, independentemente da intenção ou da consciência que a anima. E aqui há diferenças assinaláveis a sublinhar.

Para o PCP, a obstrução — ninguém tenha dúvida — é o mero prolongamento, pela via parlamentar,

de uma táctica de agitação política. Faz-se no Parlamento o que se não consegue nas ruas, sobretudo nesta fase de perda de centenas de milhares de filiados na CGTP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aqui, no caso do PCP, não se trata de uma concepção errada ou ultrapassada da democracia; trata-se, pura e simplesmente, de uma concepção antidemocrática do poder político.

Para outros, de facto, a obstrução, que a seus olhos não o é, resulta de uma concepção parlamentarista da actividade legislativa e mesmo administrativa da governação pública, concepção esta que é errada e nociva ao País e à própria democracia, porque desligada dos imperativos da governação nas sociedades modernas.

Mas, sejamos claros, a obstrução terá ainda outras razões conscientemente assumidas, ainda que não expressamente confessadas, ou então inconscientemente sublinhadas, num convencimento que se pretende ideológico. Algum do nosso socialismo democrático, embora sob o manto que se pretende espesso e sólido da ideologia, não faz mais do que exprimir instintos de autodefesa puramente corporativista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De tal forma se perde o sentido mínimo do pudor que ainda anteontem ouvimos aqui um senhor deputado questionar o Governo sobre o próprio serviço público a que pertence e ainda há algum tempo mais vimos aqui um senhor deputado fazer causa pessoal do próprio serviço público em que trabalhava e que havia sido extinto pelo governo.

Aplausos do PSD.

Repare-se, e abordo apenas esta área governamental: o Ministro do Plano e da Administração do Território tem ou não agido no cumprimento do Programa do Governo? A resposta é afirmativa!

Constitui isso virtude ou defeito? É claro que se trata de virtude, de coerência e de capacidade política, e por isso razão acrescida de confiança no Governo.

E tem o Ministro agido num ritmo dinâmico, caldeado embora pela seriedade e pela ponderação, ou não? A resposta é também afirmativa.

O caminho que está a ser percorrido está certo ou errado? Está certo. Mas não apenas na nossa opinião; também na dos partidos democráticos, desde o PS, passando pelo PRD, até ao CDS.

E, no entanto, que se passou no Parlamento? As medidas mais significativas e significantes do ponto de vista programático que o Ministro tomou, susceptíveis de serem puxadas para o Parlamento pela via do pedido de ratificação, foram sistematicamente sujeitas a esse processo.

E em nome de quê? Do aperfeiçoamento, dizem alguns. Mas isso implica a mais das vezes o atraso, se não a suspensão prática das medidas e respectivas actuações, com todas as suas consequências em termos de prejuízos materiais, paralisia e desorganização do Estado.

O Sr. Deputado Magalhães Mota, ontem, em desespero de causa, chegou a justificar um pedido de ratificação com base na fiscalização da constitucionalidade, como se já não bastasse os meios próprios para o

efeito, de que o nosso sistema é, aliás, rico comparativamente com outros. Infelizmente, fazemos questão em aumentar a nossa riqueza formal esquecendo a necessidade de aumentar a riqueza real do nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas será lícito ainda desconhecer os efeitos altamente nocivos do abuso ou do uso sistemático do pedido de ratificação dos decretos do Governo, sendo certo que tal abuso ou tal uso sistemático lança irremediavelmente a dúvida e a insegurança no ordenamento jurídico e até no próprio funcionamento administrativo da sociedade e do País? Não se aumenta com isso a democratização da vida de um país — é um mito, um mito de políticos fora das realidades —, aumenta-se sim a desorientação e em muitos casos o desespero dos cidadãos, sujeitos por vezes a graves e insanáveis prejuízos daí decorrentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não confundamos tudo isto com insatisfação enquanto cidadãos ou enquanto deputados, nem com fiscalização parlamentar. Insatisfeitos somos nós, por isso queremos que este governo governe, que aplique sem concessões o seu programa, porque acreditamos que é o bom caminho. Mas em qualquer caso, para que, sem equívocos, chegado o momento, o País nos julgue.

Fiscalização, sim, deve o Parlamento fazê-la, e cada vez mais, que bem pouca é. A corrupção, as irregularidades, os arbitrios, os desvios burocráticos não acabaram no nosso país, e bem preciso é dar-lhes combate sem tréguas.

Repare-se: os fundos europeus ainda mal começaram a escorrer, mas os sinais de que oportunistas e especuladores já salivam e farejam tudo o que é buraco por onde sacar proveitos abusivos são por demais visíveis. Acreditamos que também aí o Governo procederá de forma a que o mal seja cortado na raiz, não o deixando medrar, muito menos obter tentáculos e instalar-se.

Senhores deputados, discutamos sem reticências e sem mitos ou tabús as questões gravíssimas que se colocam ao nosso país. Que as nossas diferenças sejam de ideias e que não gerem ataques pessoais e que, nessa base, os nossos confrontamentos sejam claros e sem cerimónias. Que não se confunda diálogo, que tanto tem havido, com unanimismo, porque seria o pântano. Que não se confunda democracia com desorganização e paralisia, porque seria a ruína.

As nossas diferenças são imprescindíveis para a democracia e para Portugal. Mas elas conduzir-nos-ão ao insucesso e ao fracasso se nos esquecermos de que a responsabilidade de cada um de nós é una e indivisível.

Senhores deputados (sobretudo da oposição), a responsabilidade é toda de todos nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Só falou; não disse nada.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Seiça Neves e José Lelo.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Seiça Neves.

O Sr. Seiça Neves (MDP/CDE): — Sr. Deputado Silva Marques, fez V. Ex.^a uma verdadeira catilinária contra os partidos da oposição e mesmo contra o regime democrático e parlamentar.

A certa altura da sua intervenção fiquei com dúvidas sobre se eram os partidos da oposição que tinham trazido aqui uma moção de confiança e se eram os respectivos estatutos e programas que estavam aqui em apreço.

Mas, perante e perspectiva apocalíptica que V. Ex.^a aqui trouxe e a afirmação que fez de que neste momento não é apenas o Governo que está em questão mas também o regime e que a situação é gravíssima, urge perguntar quem é que faz obstrução ao regime democrático: é o Parlamento ou é o Governo? Qual dos dois será. V. Ex.^a o dirá.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Lelo.

O Sr. José Lelo (PS): — Sr. Deputado Silva Marques, registei com muita atenção a sua intervenção, que foi no sentido do apoio ao Governo em detrimento da vertente parlamentar que o Sr. Deputado aqui representa.

O Sr. Deputado apoiou veementemente o Governo, aliás na linha do discurso aqui proferido ontem pelo Sr. Primeiro-Ministro. Só foi um pouco diferente, porque não fez citações do Dr. Álvaro Cunhal, quando o Sr. Deputado tinha outra legitimidade para o fazer.

O Sr. Deputado referiu aqui os malefícios do Parlamento e eu perguntar-lhe-ia se V. Ex.^a é também contra a apresentação de requerimentos, já que não refere essa particularidade.

Gostaria ainda de saber se entende que o Parlamento, que representa o país real, não deve ele próprio ecoar aqui esse sentimento popular nas críticas ao Governo, legítimas num regime democrático, quando, hoje em dia, a própria imprensa que é afecta ao Governo, bem como os presidentes das associações patronais, já vêm denunciando a inércia governamental e quando as condições conjunturais da economia poderiam indicar outra prática de fomento da economia e das condições de vida do povo português.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente à última questão que me foi colocada, à parte uma passagem de mau gosto em que o Sr. Deputado José Lelo fez questão, a fim de reproduzir um exemplo que pelos vistos se multiplica mas que não impressiona, já vos disse várias vezes que o recurso excessivo ao adjetivo revela pelo menos ausência de ideias e só por uma razão de formação pessoal não irei mais longe. Mas o Sr. Deputado sabe perfeitamente que, se fosse caso disso, era também capaz de lhe dizer umas coisas.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado obriga-me a invocar pela primeira vez um pormenor de natureza pessoal.

Sabe V. Ex.^a que em tempos estive preso e que antes de as pessoas serem presas trocavam impressões acerca daquilo que pensariam quando viesssem a estar presas. Uma vez, interrogado sobre o assunto, eu disse: bem,

tenho a impressão de que conseguirei ser preso sem trair os meus compromissos. E as pessoas disseram-me: o quê?! Uma resposta tão reticente? E eu disse-lhes: só depois é que tenho a certeza. Outros diziam: não, eu aguento. Não há problema. Mas iam-se abaixar com o simples tocar de um dedo.

Isto não significa, repare, que eu tivesse tido necessidade de insultar os agentes da polícia política. Não sei se me está a compreender.

Risos do PSD.

Ao Sr. Deputado Seiça Neves, que me perguntou quem é que faz obstrução, se o Governo se o Parlamento, quero dizer que não é nem um nem outro; quem faz obstrução é a oposição, sobretudo a sua.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cristina Albuquerque.

A Sr.^a Cristina Albuquerque (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O ano de 1986, com este ou outro governo, é o ano i do Portugal Europeu. Coube a este governo ser o primeiro do Portugal comunitário e coube-lhe, portanto, a responsabilidade de ser depositário das esperanças de uma geração de políticos que, correspondendo aos interesses dos portugueses, fizeram da integração europeia, um dos projectos mais consensuals do pós-25 de Abril.

E, sobretudo, coube a este governo a pesada responsabilidade de guiar os primeiros passos de Portugal nas comunidades.

Que fez este governo para o Portugal europeu? Falhou politicamente. Falhou tecnicamente. Falhou diplomaticamente!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Falhou politicamente, sobretudo porque, imaginando-se ele próprio o espelho de Portugal, se esqueceu que a adesão é um projecto nacional de que o Governo é um dos instrumentos; projecto esse que só será possível executar se todos os portugueses, todos os órgãos de soberania, todas as instituições e correntes políticas que apoiam esse projecto, souberem e quiserem unir-se para o fazer cumprir.

Ora, o Governo ignorou a contribuição possível desta Assembleia: nunca procurou o apoio e o consenso político da oposição para as grandes negociações que deveriam consolidar a nossa presença na Europa; foi sempre avaro nas informações sobre as negociações; ignorou a contribuição possível dos deputados ao Parlamento Europeu.

Tratou a Europa a nível de governo e de partido e não a nível de um interesse nacional, sentido, como comum por grande parte dos Portugueses e dos seus representantes políticos.

O Governo falhou tecnicamente, porque podia e devia ter constituído uma missão permanente eficiente e maleável que fosse capaz de estar presente em todas as negociações, que fizesse uma gestão cuidada dos *dossiers*; porque podia e devia ter potenciado as virtualidades do Tratado de Adesão.

E que vimos nós? Vimos fracassos sucessivos.

Consideremos alguns exemplos: o Sr. Primeiro-Ministro afirmou aqui ontem que as negociações com

a CEE iam de vento em poupa; que, na negociação CEE/EFTA, Portugal teria conseguido a liberalização daqueles mercados; que teria obtido a flexibilização do Protocolo 17 do Tratado de Adesão; que as negociações sobre as «regras de origem» iam no bom caminho.

Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que lhe diga que assim não é. O respeito que V. Ex.^a me merecer levou-me a concluir que as informações de que V. Ex.^a dispõe sobre esta matéria não são completas nem inteiramente exactas.

Relativamente aos mercados EFTA e no que respeita aos têxteis, não podemos afirmar que estes mercados foram liberalizados, pois o Governo assinou com cada um dos países EFTA, à excepção da Suíça, um protocolo de cooperação administrativa. E como o Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia acabou por admitir na Comissão de Integração Europeia, Portugal terá de gerir as suas exportações de têxteis para aqueles países. Terá, pois, de as autolimitar. Não podemos, portanto, falar em liberalização daqueles mercados.

Quanto à flexibilização do Protocolo 17, Portugal obteve uma declaração de intenções dos Estados membros, com exceção da Espanha e do Reino Unido, o que é manifestamente insuficiente para garantirmos aos nossos agentes económicos a abertura daqueles mercados.

O Governo falhou também diplomaticamente, porque ignorou a vertente diplomática das negociações e as reduziu a serem tratadas pela sua pequena frota da Missão Permanente em Bruxelas perante armadas estrangeiras de diplomatas e técnicos.

É bem elucidativo o que se passou ainda há bem poucos dias em Bruxelas quanto à discussão das regras de origem: depois de uma reunião extraordinária dos comissários, de que saiu uma proposta favorável aos interesses portugueses, a Espanha invadiu Bruxelas com dezenas de diplomatas e conseguiu em 24 horas que a comissão recuasse, fazendo baixar o assunto a um grupo de trabalho, ao nível do Conselho, para análise pontual, produto por produto, com inerentes riscos negociais acrescidos para o interesse nacional.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Já que o Governo apresentou a esta Assembleia uma moção de confiança, o que por si implica uma apreciação da sua actuação ao longo destes sete meses de governação, teremos de afirmar, com rigor por que sempre nos temos pautado, que em matéria de integração europeia o Governo, remetido a um intenso isolacionismo, não atingiu os objectivos pretendidos, nem correspondeu às esperanças dos portugueses no processo de integração europeia.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

O Sr. Carlos Pinto (PSD): — Sr.ª Deputada Cristina Albuquerque, acabo de ouvir uma exposição acerca das nossas relações com a CEE que, na verdade, me deixou estupefacto.

A Sr.ª Deputada veio agora defender pontos de vista que se opõem àqueles que V. Ex.^a invocou aqui aquando da discussão do Programa do Governo.

Naquele momento a Sr.ª Deputada manifestou ao Governo algumas reticências por aquele privilegiar a componente externa das negociações com a Comunidade, esquecendo a preparação que devia haver em termos internos, designadamente ao nível da Secretaria de Estado da Integração Europeia.

Hoje a Sr.ª Deputada veio dizer que, efectivamente, a Missão Permanente que negociou e que está ainda a acompanhar essas negociações tem efectuado um bom trabalho, mas que, provavelmente, não teria ido tão longe como a Sr.ª Deputada desejaría. E citou aquelas matérias que, não há dúvida nenhuma, junto dos interessados constituíram um êxito autêntico, designadamente a abertura e a rectificação que foi possível efectuar relativamente às negociações dos têxteis para a CEE e, mais tarde, no âmbito das relações bilaterais com a EFTA.

Ora, a Sr.ª Deputada apontou exactamente esses aspectos como aspectos negativos. Por isso, a questão concreta que lhe coloco é a de saber quais são as informações de que dispõe acerca do retrocesso que, naturalmente, para sublinhar a tese da Sr.ª Deputada, teria existido, no sentido de poder provar perante esta Câmara que o sector têxtil, que é, efectivamente, um sector nevrálgico da economia portuguesa e que foi aquele que foi apontado — por isso o refiro e já não quero falar nos sectores das cutelarias, das madeiras, etc. —, sofreu com as negociações efectuadas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra Sr.ª Deputada Cristina Albuquerque.

A Sr.ª Cristina Albuquerque (PRD): — Sr. Deputado, penso que me fez duas perguntas em dois planos.

No primeiro plano, diz-me que a minha intervenção é contraditória com a primeira intervenção que fiz nesta Assembleia sobre esta matéria. Penso que não, pois o que disse na minha primeira intervenção foi que entendia que a vertente técnica se deveria sobrepor à vertente diplomática. E quando vi que o Governo integrava a Secretaria de Estado da Integração Europeia no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pareceu-me que isso quereria dizer que o Governo iria privilegiar a vertente diplomática, o que, em meu entender, seria errado. Vejo que, pelo contrário, privilegiou a vertente técnica mas que, na realidade, se esqueceu da vertente diplomática, o que é grave, porque, nestas negociações, a vertente diplomática e a técnica têm de estar em conjunto.

Neste momento, penso que a vertente técnica é a mais importante, mas a diplomática não pode ser esquecida porque quando se esgotam as possibilidades técnicas é a diplomacia que, muitas vezes, vai resolver estes problemas. Temos o exemplo da discussão com a Espanha sobre regras de origem, em que foi através da diplomacia que os espanhóis conseguiram inverter as posições da comissão, as quais lhes eram desfavoráveis. Portanto, é esta a resposta à sua primeira pergunta.

Relativamente aos têxteis, não sei se ouviu a minha intervenção e é pena que o Sr. Deputado não esteja presente na Comissão Parlamentar de Integração Europeia porque, então, talvez a tivesse percebido melhor. De qualquer modo, o que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou foi que os mercados da EFTA estavam liberalizados. Ora, tal não é assim. Portugal assinou com aqueles mercados um protocolo de cooperação admi-

nistrativa, segundo o qual terá de emitir licenças de exportação aos produtores portugueses de têxteis que os queiram exportar. Portanto, aqueles estão sujeitos a uma licença de exportação cujo critério desconhecem, não havendo uma lei de concidicionamento industrial.

Assim, pergunto ao Governo quais são os critérios a que terão de se sujeitar os nossos agentes económicos para saberem se os seus produtos podem ou não ser exportados, se vão ou não ser sujeitos à emissão de boletim de exportação. É esta a minha pergunta.

Tenho a certeza que os agentes económicos não estão informados, não sabem dentro de que regras se vão mover. Fala-se em flexibilização, fala-se em abertura dos mercados e os nossos exportadores não conhecem quais as regras definidas para os produtos que podem ou não ser exportados para aqueles mercados. Portanto, à partida, não sabem se a emissão do boletim de importação vai ou não ser concedida ao seu produto.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, peço a palavra para responder à Sr.ª Deputada Cristina Albuquerque.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr.ª Deputada, como o tempo de que o Governo dispõe é muito escasso, se quiser, ofereço-me para lhe explicar eu próprio esse problema. Juntamente com um ou dois Ministros, reunir-me-ei consigo num gabinete para lhe explicar essa questão, porque, de facto, não é como diz.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada Cristina Albuquerque, tem a palavra para responder.

A Sr.ª Cristina Albuquerque (PRD): — Sr. Primeiro-Ministro, tenho aqui o protocolo de cooperação administrativa. Se quiser discuti-lo no âmbito técnico, por mim, estou aberta à sua proposta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não se encontra presente no hemiciclo nenhum dos oradores inscritos.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Mau sinal, mau sinal!

O Sr. Presidente: — Assim, pergunto se algum Sr. Deputado ou algum membro do Governo deseja inscrever-se para usar da palavra.

Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos, tem a palavra.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Sr. Presidente, era para interpelar a Mesa no sentido de saber quem são os senhores deputados inscritos.

O Sr. Presidente: — Os senhores deputados inscritos para usarem da palavra são os Srs. Deputados Rogério de Brito e Gomes de Pinho e, ainda, os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca, Barbosa da Costa e Ivo de Pinho.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Sr. Presidente, estão presentes todos os deputados do PRD inscritos. E embora não estejam presentes alguns dos deputados inscritos para usarem da palavra, já vi alguns aqui na Assembleia e penso que, se os deputados do PRD intervierem agora, estar-se-ão a pôr em causa as regras de alternância nas intervenções. Assim, pediria aos respectivos grupos parlamentares que providenciassem para que os senhores deputados inscritos viessem intervir.

Voz do PSD: — Claro, tem razão!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, foi precisamente por ter acabado de intervir a Sr.ª Deputada Cristina Albuquerque que não tomei em conta a presença dos Srs. Deputados do PRD inscritos para usarem da palavra e que anunciei quais os deputados dos outros partidos que estavam inscritos para intervirem.

Portanto, penso que não se trata agora de os senhores deputados do PRD continuarem a intervir e era esse o sentido da minha primeira leitura ao não repetir o nomes destes senhores deputados.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Sr. Presidente, a minha interpelação à Mesa era também no sentido de saber se os respectivos grupos parlamentares não poderiam providenciar para que os senhores deputados inscritos viessem intervir, já que alguns se encontram nesta Assembleia.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, era para pedir uma informação à Mesa.

O Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos perguntou quais eram os deputados inscritos para uma intervenção e eu perguntaria quais são e onde estão os membros do Governo inscritos para usarem da palavra, uma vez que o princípio da alternância também respeita aos membros do Governo.

Até ao momento, contámos apenas com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e, certamente, seria interessante que o debate pudesse contar com a participação de mais algum membro do Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, neste momento não há nenhum senhor membro do Governo inscrito para intervir.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, era para interpelar a Mesa no sentido de esclarecer que o princípio da alternância previsto no Regimento diz respeito aos grupos parlamentares, o que, aliás, faz sentido.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca pediu a palavra para interpelar a Mesa, não é verdade?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — É sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, ontem no encerramento da sessão, perguntei ao Sr. Presidente quais eram os membros do Governo inscritos para intervirem. Verifico, agora que não há inscrições e era conveniente sabermos quais são os membros do Governo que vão intervir porque o Sr. Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, explicou-nos ontem, claramente, que os diversos ministros e responsáveis iriam dar esclarecimentos a esta Câmara acerca dos respectivos sectores, um por um e, por isso, se escusou, na altura, a responder a determinadas questões que colocámos.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que a Mesa informasse se há, ou não, intenção do Governo de inscrever algum ministro para prestar esclarecimentos a esta Câmara sobre a discussão da moção de confiança.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, a Mesa está informada pelo Governo de que haverá ainda intervenções de Srs. Ministros mas, neste momento, não há nenhum Sr. Ministro inscrito e a Mesa não pode obrigar ninguém a inscrever-se.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, era para continuar a minha interpelação à Mesa.

Não havendo nenhuma inscrição de nenhum membro do Governo retirarei, então, a segunda inscrição para intervir que fiz e, uma vez que preciso de organizar o tempo de que ainda disponho, aguardarei que os Srs. Ministros começem as suas intervenções para depois os poder interpelar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, a Mesa não lhe pediu que usasse da palavra. Aliás, não referi o nome do Sr. Deputado na primeira leitura que fiz dos Srs. Deputados inscritos porque o seu grupo parlamentar já usou da palavra hoje.

Sr. Deputado Jorge Lemos, tem a palavra para fazer um interpelação à Mesa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, era apenas para lembrar que o princípio da alternância se aplica a todos os agentes parlamentares. Do nosso ponto de vista, o Governo, que apresenta a moção de confiança à Assembleia da República, deveria ter ministros ou membros do Governo inscritos para intervirem a fim de explicitarem algumas das políticas anuncias das pelo Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção de ontem.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se não há outras inscrições para podermos continuar o debate, suspendo a sessão até que tomem os seus lugares os Srs. Deputados já inscritos e que neste momento não estão presentes.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, desejava invocar o Regimento, não para colocar uma objecção à condução dos trabalhos, mas para assinalar que se o Sr. Deputado do PRD usar da palavra o faz por uma concessão do seu próprio partido, visto que o princípio determina que «... durante qualquer reunião plenária não podem usar da palavra, seguidamente, dois deputados do mesmo partido...». Neste caso, trata-se de uma concessão feita em nome da eficácia dos trabalhos do PRD e que põe em relevo a ausência dos membros dos grupos parlamentares a quem, neste momento, caberia intervir.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, conheço essa disposição do Regimento; no entanto, não ponho objecções a que assim se proceda no sentido de facilitar a continuação dos trabalhos. Se houvesse outro Sr. Deputado inscrito que quisesse fazer uso da palavra, é evidente que a Mesa não daria a palavra ao Sr. Deputado Barbosa da Costa. Fi-lo em favor da continuação dos trabalhos, o que creio ser útil e não prejudicial.

O Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos também pediu a palavra.

Faça favor.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Sr. Presidente, é evidente que V. Ex.^a não pôs objecções em dar a palavra a mais um orador do PRD no sentido de facilitar os trabalhos.

Quero, no entanto, deixar claro que esse deputado do PRD só vai intervir por entender que daí depende o bom nome desta Câmara. Não nos parece correcto que se vão interromper os trabalhos por que os Srs. Deputados que estavam inscritos não estão presentes, por que os respectivos grupos parlamentares entendem que não devem intervir neste momento e porque não está inscrito nenhum membro do Governo.

É, pois, em defesa do bom nome desta Câmara e no sentido de proporcionar um melhor andamento dos trabalhos que nós preferimos, obviamente com prejuízo de uma posição política, que falem dois deputados do PRD de seguida.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Vou dar ainda a palavra ao Sr. Deputado Jorge Lemos, mas chamo a atenção da Câmara para o tempo que já utilizámos em interpelações à Mesa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, penso que, considerando as intervenções já produzidas, estas apontam para que, ao entrarmos na «segunda volta» das mesmas, seja o Partido do Centro Democrático Social a fazer a sua intervenção, uma vez que apenas produziu uma intervenção ontem, enquanto os restantes partidos já produziram duas intervenções. Neste momento, apenas o CDS e o Governo é que se limitaram a produzir uma única intervenção e a regra da alternância aponta para o que acabo de expor.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, informo-o já que o Sr. Deputado Gomes Pinho está inscrito desde ontem

e que a Mesa procurou que ele interviesse agora. Porém, Sr. Deputado Gomes de Pinho respondeu que ainda não tinha a sua intervenção em condições de ser produzida e a Mesa tem de atender a estas situações.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Presidente, dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Cavaleiro Brandão, dou-lhe a palavra, mas torno a chamar a atenção da Assembleia para o tempo que já gastámos em interpelações à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Presidente, é para interpellar a Mesa em resposta a esta instância tão directa da parte do Sr. Deputado do Partido Comunista, e que julgo ser pouco curial, atendendo às circunstâncias.

Por um lado, está em causa uma moção de confiança que é da iniciativa do Governo; portanto — porque é ao Governo que incumbe o ónus da prova — julgo que a iniciativa da condução do debate deveria ser feita pela sucessiva intervenção dos vários Srs. Membros do Governo.

Até à data, isso não aconteceu. Como é óbvio — e como já vem sendo habitual —, o Governo, quando chega ao fim do debate, tem-se gabado perante esta Assembleia de que gere particularmente bem o seu tempo. Esperava que o Partido Comunista não quisesse tirar conclusões fora de horas, acerca do modo como o CDS gere, ele próprio, o seu tempo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Então, dou a palavra ao Sr. Deputado Barbosa da Costa para produzir a sua intervenção.

O Sr. Barbosa da Costa (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Seria impensável que, em escassos sete meses, o Governo concretizasse as diversas orientações e desse corpo aos vários elementos que identificou como relevantes para a política de desenvolvimento regional.

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas já se pode e deve exigir que expliquesse a sua estratégia e que essa estratégia tivesse em conta as disparidades litoral/interior e que a maior parte das regiões do interior não revelam capacidades para atrair projectos industriais, que existem já elementos suficientes para rececer que Lisboa/Setúbal venha a tornar-se, a breve prazo, a principal região-problema do País. E que a gravidade dos problemas das regiões do interior reside sobretudo na ausência de iniciativas empresariais e de instituições de animação económica regional.

Na ausência dessa estratégia, as diversas medidas que têm vindo a ser tomadas arriscam-se a surgir desenquadradas de qualquer coordenação e a aparecerem mais como objectivos em si mesmas (preocupação de mostrar obra feita) do que instrumentos ao serviço de um objectivo global.

O Governo reforçou os meios financeiros para obras de infra-estruturas que irão condicionar o ordenamento do território nacional, reforçou as dotações dos pla-

nos integrados de desenvolvimento regional, que se encontram em curso, e inscreveu acções preparatórias para outros PDRs, foram afectados recursos financeiros à elaboração dos planos regionais de ordenamento do território e os fundos para os PDRs vêm sendo disponibilizados à medida que o Primeiro-Ministro se desloca às várias áreas abrangidas para empossar os gabinetes coordenadores. Trata-se de um conjunto de iniciativas cujos objectivos não aparecem suficientemente harmonizados, mas que podem servir para a política de *marketing* do Governo.

Aguarda-se a modulação das áreas assistidas, a aprovação de um esquema de incentivos de base regional e que garanta às empresas portuguesas todo um conjunto de apoios de que beneficiam as empresas noutras países da Comunidade. Lamenta-se que não sejam objecto da devida atenção instituições de animação económica regional e que, por motivos de natureza financeira, se extingam de ânimo leve entidades que poderiam ter um papel importante no desenvolvimento regional (caso da Empresa Pública dos Parques Industriais) ou na sua conceptualização (o caso do IACEP).

Dando razão às críticas feitas aquando da discussão do seu programa, o Governo elegeu como área prioritária a regulamentação do acesso ao FEDER. Não está em causa o conteúdo do regulamento nem a importância da definição de regras e procedimentos claros para selecção dos projectos a apresentar ao referido fundo. O que nos preocupa é a orgânica que foi montada para a elaboração de projectos em quantidade e qualidade suficientes para garantir a máxima utilização dos recursos do FEDER. E preocupam-nos, também, os mecanismos de compatibilização e coordenação com os outros fundos estruturais.

As preocupações do Governo com os aspectos institucionais de desenvolvimento regional estão bem expressas na lei orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território. Pela primeira vez, todos os organismos com interferência no ordenamento do território e desenvolvimento regional se encontram integrados num mesmo ministério. É um aspecto positivo que importa realçar. Representou uma importante alteração nas estruturas da administração, mas o Governo foi longe de mais ao legislar nalgumas áreas da competência da Assembleia da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Foram analisados os custos destas alterações no funcionamento dos diversos serviços? Não se estará, pela política do facto consumado, a impor uma determinada orgânica de planeamento, um determinado esquema de regionalização e uma dada orgânica de planeamento regional?

O empolamento das comissões de coordenação regional não corresponderá a um reforço da acção da administração central em detrimento da participação das autarquias e agentes regionais de que o Governo falava no seu programa e nas grandes opções do Plano para 1986?

Consideramos que a política regional, além de objectivos e instrumentos específicos, deverá ser sobretudo a coordenação, no espaço e no tempo, das actuações dos poderes públicos e dos diversos agentes sociais.

Algumas das acções tomadas pelo Governo fazem recaer que estejam a ser esquecidos elementos essenciais para tratar os novos problemas regionais. Outros

levantam-nos várias reservas quanto aos objectivos a atingir e quanto à conceptualização que se faz do funcionamento espacial da sociedade portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Julgamos, todavia, que é curto o tempo para se emitir um juízo de valor sobre a acção do Governo num domínio em que o curto prazo se mede por alguns anos. O Governo tem obrigação de definir qual a sua estratégia de desenvolvimento regional. Pela nossa parte, faremos as críticas sempre que julgarmos conveniente e estamos dispostos a contribuir com as nossas propostas para a definição de uma política de desenvolvimento regional que promova a redução das disparidades regionais e para a definição de um esquema de ordenamento do território que seja o quadro orientador da ocupação e transformação do espaço.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Foi o País confrontado com a solicitação pelo Governo de um voto de confiança da Assembleia da República «sobre a sua disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo, viabilizado pela Assembleia a 20 de Novembro de 1985, de modo que o Governo possa exercer plenamente um mandato que lhe foi conferido».

Levar-nos-ia longe a análise formal deste pedido e da sua real conformação com os dispositivos constitucionais citados, designadamente a alínea b) do n.º 1 do artigo 203.º da Constituição.

Mas não pode deixar de se notar que mais parece que estamos perante um pedido de autorização legislativa atípica e genérica ou de uma reconfirmação do debate do Programa do Governo, que a Assembleia oportunamente não rejeitou.

Haverá mesmo quem possa pensar, perante a discutível formulação do pedido, que o Governo vem agora solicitar aquilo que não se sentiu suficientemente forte para obter quando teria sido tempestivo e razoável, isto é, no debate do seu programa.

O voto de confiança não é um episódio quotidiano no relacionamento institucional entre Governo e Assembleia da República e do exercício da responsabilidade deste perante aquela.

Entre o arsenal de meios políticos ao dispor do Governo, na sua relação com os partidos da oposição, foi escolhido o nível mais elevado de confronto o que, por isso mesmo, envolve maiores riscos para quem o utiliza.

A decisão do Governo em si mesma abriu uma crise política, que tem consequências irreversíveis, e para a qual, salvo fundamentação consistente ainda não produzida, não se vê relação de causalidade directa com factos politicamente relevantes, à luz de um juízo sereno e objectivo.

Voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Ao Governo exige-se, pois, antes de mais, que torne claro o sentido, objectivos e alcance da iniciativa que tomou, para que ela possa ser apreciada como um verdadeiro acto de responsabilidade política e não como um mero expediente processual ou táctico.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo está seguramente consciente do que significa, atendendo à sua natureza minoritária e a actual correlação de forças políticas, um pedido de confiança. Não faz sentido que pretenda uma mera reiteração do apoio do partido que o sustenta no Parlamento, a quem se dirige, pois, o seu pedido?

Ou o objectivo do Governo é tão-só demonstrar ao País os limites institucionais que decorrem do facto de se não ter constituído em função de uma maioria política, justificando assim a impossibilidade em que se encontra de conceber e levar a cabo qualquer projecto de reformas estruturais.

Poderemos ainda admitir dentro do princípio lógico que um governo minoritário, que o é justamente por não obter apoio de uma maioria do Parlamento, ao pedir um voto expresso de confiança está a dar uma indicação objectiva de que pretende transferir para a Assembleia a responsabilidade pela cessação das suas funções.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são questões nucleares deste debate.

Mas qualquer que seja o ângulo pelo qual o Governo as analise, uma coisa é certa; esta atitude representa em primeira linha o reconhecimento do esgotamento do modelo do governo minoritário, cujas virtudes excepcionais foram, ao longo de sete meses, um dos mitos sorelianos de que se alimentou a propaganda do Executivo. Representa, também, a confissão de que a estabilidade política, gerada por este governo é, afinal, bem menor do que ele talvez imaginou. E que as vantagens decorrentes do governo monocolor, quando minoritário, se desvanecem rapidamente. Sobre estas questões temos autoridade para falar porque, se é certo que sempre nos batemos pelo respeito rigoroso das competências e dignidade desta Assembleia, também nunca permitimos que com o nosso voto fossem invadidas as áreas da competência do Governo.

E temos também autoridade e por isso o fazemos com clareza para falar das nossas relações políticas com o PSD e com este governo, que sempre se pautaram por um espírito de cooperação patriótica, que se sobreponha aos meros egoísmos partidários e que permitiu que, de facto, funcionasse nesta Câmara, em diversas circunstâncias, uma maioria alternativa à das oposições socialistas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não espera com certeza o Governo que, através da utilização deste expediente, qualquer partido da oposição lhe conceda uma verdadeira confiança política, que lhe não outorgou aquando do processo da sua formação, sem que, entretanto, tenham ocorrido alterações substanciais na respectiva relação.

Por isso, o único sentido verdadeiramente razoável e útil para que um governo com esta natureza coloque a questão da confiança, nos termos em que o faz, é o de pretender que deste acto possa resultar uma alteração entre as forças políticas representadas na Assembleia da República, capazes de alargar a sua base de apoio, reforçando a sua imagem política, e contribuindo para um aumento das condições de estabilidade e de eficácia governativas e um avanço no sentido de construção de uma maioria sólida e coesa.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no momento em que Portugal, por virtude da adesão à CEE e das consequências estruturais, que daí resultam, necessita

de uma direcção política forte; capaz de promover as reformas profundas que nos coloquem em condições de competir, em mercado aberto, com os nossos parceiros; quando sobreleva a todos os programas de ordem técnica necessários à modernização da sociedade portuguesa, a necessidade de um projecto político, capaz de mobilizar as energias colectivas; quando a questão fundamental não é apenas a de gerir melhor, mas de governar bem; quando tudo isto se verifica, o CDS entende que a maioria política não é apenas um objectivo é a condição. Sem ela o Partido Comunista manterá e acrescerá a sua capacidade permanente de ameaça e de agitação social, sustentará o sistema económico em que se baseia o seu poder político, aguentará ainda por mais algum tempo a hegemonia psicológica que mantém sobre áreas fundamentais da esquerda portuguesa.

Mas sem maioria, está, também, provado que não há um verdadeiro relançamento económico, confiança dos empresários e dos investidores, correcção das injustiças sociais, enfim, alteração profunda do sistema que caminha para o esgotamento mas continua a representar o mais sério entrave ao desenvolvimento das forças de iniciativa e solidariedade da sociedade portuguesa.

A maioria política de projecto é, pois, uma exigência nacional de progresso e bem-estar.

Sempre o CDS tem lutado por ela, com humildade, mas com determinação e convicção.

Como afirmava, uma vez mais perante esta Câmara, o Prof. Adriano Moreira, no debate da interpelação de há dois dias, «o sentido de responsabilidade não é património exclusivo de ninguém. Estamos dispostos a assumi-la e o Governo está consciente disso, mas por comunhão de objectivos e por decisão própria».

Quando o Governo nos pede a confiança, temos de lhe dizer e ao partido que o sustenta que esse pedido para nós só tem sentido no quadro de um projecto comum, assumido com a mesma determinação, solidariedade e audácia com que Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Luís Pires, e tantos outros presentes nestas bancadas e na do Governo, o fizeram, construindo a Aliança Democrática e as suas vitórias».

Aplausos do CDS.

O Orador: — Em obediência a uma deliberação da comissão política do CDS, conscientes das dificuldades deste projecto, mas da sua necessidade e urgência, propomos, pois, formalmente, ao Sr. Primeiro-Ministro e presidente do PSD, a adopção de uma plataforma democrática para uma nova maioria, que, no respeito pela autonomia dos dois partidos, manifeste desde já um propósito comum, e dê corpo com a maior urgência à vontade dos Portugueses que acreditam na alternativa que representamos, pondo fim ao ciclo da instabilidade, afastando o espectro do retrocesso político e criando condições para uma verdadeira alternância democrática! Que daqui possa resultar, igualmente, com clareza a expressão de uma vontade de tudo fazer para desencadear o processo de revisão constitucional e promover a adopção das medidas e iniciativas que recuperem para o projecto de integração europeia a sua natureza de verdadeiro projecto nacional e o relancem, como expressão de uma ampla convergência, dentro dos partidos do arco constitucional.

Sr. Primeiro-Ministro, temos o direito, por nós e pelos que acreditam em nós, de obter uma resposta clara a estas questões nacionais.

Por isso, também com clareza e sem equívocos, lhas propomos, esperando que este debate lhe permita esclarecer-las.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para formularem pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Gomes de Pinho inscreveram-se os Srs. Deputados Ângelo Correia e José Carlos Vasconcelos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Gomes de Pinho, a sua intervenção é importante e requer alguma elucidação.

Disse V. Ex.^a, em primeiro lugar, que o CDS não deu a sua confiança a este governo. Então, qual o sentido político da aprovação do Programa do Governo que VV. Ex.^{as} transmitiram à opinião pública, ao País, através do vosso voto nesta Câmara?

Em segundo lugar, disse V. Ex.^a que este governo estava a procurar transferir responsabilidades para o Parlamento. Como é que é assim se, ao fim e ao cabo, o que este governo diz é que quer exercer a suas responsabilidades, só que tem derrogações práticas no exercício desse mesmo cumprimento? Estará o Governo a transferir responsabilidades ou a querer manter as mesmas responsabilidades que tinha, manifestando-se agora volubilidade por parte de quem lhas deu anteriormente?

Mas a questão mais importante que o Sr. Gomes de Pinho coloca é outra, e essa é incisiva. Diz o senhor que, para o CDS, por deliberação dos seus órgãos próprios, só faz sentido a partilha de responsabilidades em termos de um projecto comum. O que é que isso significa? Significa que o CDS entende que a sua participação na prossecução dos objectivos, que também assumiu como seus na exacta medida em que aprovou o Programa do Governo, não é suficiente para a sua postura neste hemicílio?

O Sr. Cavaleiro Brândao (CDS): — Essa é boa!

O Orador: — Ou será que, com isto, o CDS está a dizer que, obrigatoriamente, é necessária a formação de uma plataforma política mais ampla? E se assim é, pergunto-lhe: é no quadro do actual sistema parlamentar e no de correlação de forças aqui existente? E se é, pergunto, que utilidade prática tem essa visualização mais nítida quando esse poder não é maioritário? Ou será que o Sr. Deputado, com esse argumento falso, está a justificar um voto de abstenção a esta moção de confiança, que conduziria à realização de eleições antecipadas, para que, depois disso, então se possa consagrar esse poder, essa formulação, essa plataforma? Qual é a opinião do CDS em relação a esse problema?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos, tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Srs. Deputados, vou ser muito breve, embora a intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho contenha amplos motivos para meditação, para reflexão e até para análise política.

Devo dizer, desde já, que não considero lúquida a sua interpretação, ou o que dela pode resultar, sobre a fórmula de governos minoritários e que, considerá-la como assente, seria uma amputação, porventura grave, das virtualidades do nosso sistema constitucional. Consideraremos até que a experiência assim o tem demonstrado porque, na nossa perspectiva, quando tem faltado estabilidade, tal não tem advindo da prática deste Parlamento, mas, sim, da impaciência e de certas práticas e declarações do próprio Governo.

Por isso, como digo, este é um motivo interessante para reflexão, mas para uma reflexão que não se compadeça com uma simples leitura auditiva — se assim posso exprimir-me — da intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho, a qual tem a ver com questões políticas de fundo, que se podem perspectivar a curto prazo no nosso horizonte político.

A questão, muito simples, que queria pôr é que a intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho, dentro da lógica dos seus próprios pontos de vista, parecia estar rotunda — no sentido de formalmente perfeita —, apenas com um pequeno defeito de contas.

O Sr. Deputado Gomes de Pinho falou como se o CDS junto com o PSD passassem a formar uma maioria. Isso é que, francamente, não comprehendi, porque, se não estou enganado sobre o número de deputados que há nesta Câmara nem sobre o resultado das eleições, esta plataforma democrática do CDS com o PSD, para formação de uma nova maioria, não perfaz uma maioria de deputados. Portanto, não pode formar-se uma nova maioria, que começa por não ser maioria, como parece evidente.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Mas é que o PRD também entra!

O Orador: — Muito obrigado, mas não estamos interessados.

Risos do PSD.

O Orador: — Por isso, pergunto se, de facto, a intervenção do Sr. Deputado Gomes de Pinho — dado que não deve ser tão fraco em matemática que esta soma lhe desse uma maioria como resultado — não tem mais a ver com um eventual apelo ao PSD para um acordo, no sentido de novas eleições. Isto é, o CDS gostaria de se aliar ao PSD numas próximas eleições para, assim, ver reforçado o bloco que — julgo que tem sido a tese do CDS — apoiou o Sr. Professor Freitas do Amaral na campanha para as eleições presidenciais.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes de Pinho.

O Sr. Gomes de Pinho (CDS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que o CDS é um partido de oposição. Parece que o Sr. Deputado esqueceu isso e talvez seja esse esquecimento que explica algumas das situações que estamos a viver nesta Câmara, que não são apenas geradas pelo Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Ângelo Correia, ao esquecer isso, foi ainda mais rigoroso do que o próprio Sr. Primeiro-Ministro, que o admitiu expressamente na sua intervenção.

Devo dizer-lhe que foi na qualidade de partido de oposição que o CDS se apresentou, designadamente

aquando do debate do Programa do Governo, que não aprovou. Isso que fique bem claro perante esta Câmara e, obviamente, relembrado ao Sr. Deputado Ângelo Correia!... O que o CDS fez foi não inviabilizar o Programa do Governo — coisa diferente de o ter aprovado — e não se sente co-responsabilizado com nenhuma das medidas que nele estão incluídas, salvo naquelas que, como expressamente também dissemos, coincidem com o nosso próprio programa, com os nossos próprios objectivos, com as soluções que propomos para o País.

É evidente, Sr. Deputado Ângelo Correia, que — e gostaria de lhe sugerir que não se preocupasse tanto com os números — o projecto que aqui defendemos e que, suponho, em boa verdade será também comum ao Sr. Deputado, é um projecto que tem condições políticas para ser posto em prática, é um projecto que corresponde à vontade da maioria sociológica deste país, é um projecto que tem apetência para ser um projecto maioritário.

Pergunto-lhe, Sr. Deputado: que direito é que tem qualquer um de nós que pensa assim para o adiar?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por que razão é que o fazemos? Em nome de que interesses e com que objectivos?

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É esta a responsabilidade que hoje temos de assumir nesta Câmara, mais do que pretensas responsabilidades que artificialmente nos queiram impor.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Gomes de Pinho, em política é tão importante a substância como a capacidade de exercício.

Pergunto: que sentido político faz a partilha ideológica de um modelo e de um projecto sem que ele se consiga consubstanciar em termos políticos?

Essa é a minha pergunta e fico à espera da resposta final que lhe falta dar.

O Orador: — Sr. Deputado Ângelo Correia, a resposta a essa pergunta não sou eu quem a deve dar, mas o partido a que pertence.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à pergunta — que agradeço — feita pelo Sr. Deputado José Carlos Vasconcelos, gostaria apenas de lhe dizer que antevi nela alguma preocupação da parte do PRD, para não dizer ciúme, como aqui foi sugerido.

Risos do CDS.

Sr. Deputado, não se preocupe quanto a isso. Sabemos fazer contas e precisamente por isso é que dizemos que esta proposta é séria e sólida.

Quanto à resposta, que porventura o Sr. Deputado me pede, para além daquilo que referi tanto agora como na minha intervenção, também não lha posso dar.

No entanto, esperamos seriamente que ela seja dada, nesta Câmara, no decorrer deste debate.

Aplausos do CDS.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar à Mesa:

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Tém a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, queria saber se a Mesa tem inscrições de membros do Governo, à fim de intervirem no debate.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Não sei se há pouco o Sr. Deputado estava ou não presente, mas eu disse que a Mesa estava informada de que havia membros do Governo que pretendiam intervir no debate. No entanto, informo-o de que, até agora, ainda nenhum membro do Governo se inscreveu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, é nosso entendimento que, na prática da alternância de intervenções — que hoje foi quebrada e só nos devemos congratular pelo PRD ter consentido nisso para não quebrar o ritmo do debate —, deviam entrar não só os grupos parlamentares mas também os membros do Governo. Isto para não se dar o caso de chegarmos ao fim do debate e só ouvirmos as vozes dos membros do Governo, pois os partidos já não tinham possibilidade de intervir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não posso dizer-lhe mais nada, para além da informação que lhe dei. Só lhe posso dizer que não há inscrições por parte dos membros do Governo. Em todo o caso, como o Governo está presente, pode responder, não sou eu quem vai responder por ele.

Devo informá-lo que há na Mesa uma inscrição do Sr. Deputado Jorge Lacão, a quem darei a palavra.

É esta a informação que a Mesa pode prestar.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, sugiro que a Mesa tenha uma conversa com os membros do Governo para acordar ná tal prática da alternância e ficar estabelecido se, de facto, ela se vai ou não aplicar. Isto é, se os membros do Governo farão as suas intervenções alternando com as dos partidos, para não fazerem as suas intervenções de enfiada. Isto porque se assim acontecer, no final do debate não haverá um diálogo mas um monólogo por parte do Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferraz de Abreu, há pouco, um senhor deputado já invocou a regra da alternância e um outro deputado respondeu-lhe que a regra da alternância não envolvia o Governo. Não sei se o envolve ou não — e não sou eu quem vai agora definir isso. É uma questão de praxe. Mas o Governo que está presente e está em condições de responder, se assim o entender. É esta a situação.

Desde que não haja alteração, darei a palavra ao Sr. Jorge Lacão.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, nessa altura, vejo-me forçado a pedir a V. Ex.^a uma interrupção dos trabalhos, assim como a pedir a V. Ex.^a que convoque os líderes dos grupos parlamentares para uma reunião, a fim de organizarmos o resto do debate.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, vamos...

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, para não perturbar o andamento do debate, só depois da intervenção do Sr. Deputado Jorge Lacão é que pedirei a interrupção da sessão, a fim de, ainda hoje de manhã, V. Ex.^a convocar os líderes dos grupos parlamentares para uma reunião. Isto para podermos organizar o debate e vermos se vai ou não ser consentido ao Governo ser o último a falar através das intervenções dos vários membros do Governo, sem que haja possibilidade de alternar com as intervenções dos partidos.

O Sr. António Capucho (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para informar que não participarei em nenhuma reunião de líderes para organizar debates que estão organizadíssimos.

O Governo intervém quando muito bem entender e se há inscrições de partidos, alternando-se aquele que falou em último lugar, andemos para a frente, Sr. Presidente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Neste momento, há uma inscrição para prosseguirmos o debate. Pergunto ao Sr. Deputado Ferraz de Abreu se pede uma interrupção dos trabalhos, a fim de se proceder a uma reunião de líderes.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: É fácil, muito fácil, apreender o significado político da iniciativa governamental de apresentação da moção de confiança: por um lado, o Governo intenta condicionar o comportamento de alguns partidos representados nesta Assembleia, diminuindo-lhes ou anulando-lhes a autonomia; por outro, o Governo pro-

cura gerir a opinião pública segundo o lema de que quer governar mas não o deixam, é capaz mas impedem-no.

Procurando alcançar estes dois objectivos o Sr. Primeiro-Ministro foi de um simplismo notável: à televisão foi proferir um discurso acusatório na base dos *slogans* e das frases feitas; à Assembleia da República vem falar de diálogo e de transparência, acrescentando um rol de queixas para que conste a sua boa vontade e boa fé em contraponto à rigidez de certas oposições. Para o Primeiro-Ministro, as oposições só têm dois caminhos: ou o do Partido Comunista, por fatalidade, ou do PSD, por mimetismo.

No primeiro caso, os deputados seguirão a via da obstrução sistemática; no segundo, o de uma convivência profíqua.

Os antagonismos, talvez psicológicos, do Sr. Primeiro-Ministro e os seus referenciais de cultura política são, naturalmente, pessoais e porventura intransmissíveis. mas o seu excesso de zelo em aconselhar as oposições parece estar um tanto para além do que o simples bom senso admitiria.

Infelizmente, acusações fáceis e suspeções gratuitas não fazem o currículo de um homem de Estado. Chegarão, porventura, para conferir mestrado em técnicas de propaganda.

O problema, na sua singeleza, deve ser o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro gerou-se, como tal, no mito da eficácia e teme, mais do que ninguém, o fim do mito. Por isso distorce a realidade até aos limites do inverosímil para legitimar as suas atitudes políticas de permanente fuga para a frente.

Só que quando este governo, para se justificar, proclama um dever de fidelidade aos compromissos para com o eleitorado, está a esquecer que não é o único agente político que tem compromissos para com os Portugueses e que, em democracia, quando os compromissos são diferentes o melhor modo de os resolver é pela conciliação. Conciliação tanto mais necessária quanto este governo e o seu programa não conhecem, até ao momento, um apoio político, sequer de maioria relativa.

Na verdade, o Programa do Governo, aquando da sua investidura parlamentar, foi objecto de uma moção de rejeição do Partido Socialista que obteve 88 votos favoráveis e 86 votos contrários. Tal resultado permitiu que o Governo fosse legitimado, nos termos constitucionais.

Mas desde o início, o X Governo ficou marcado pela sua debilidade genética. Apesar disso, ou talvez por causa disso, optou por uma atitude de arrogância sistemática: a de fazer músculo permanente na praça pública para intentar disfarçar as suas fraquezas estruturais, e, desde logo, a de ter um programa politicamente reprovado na Assembleia da República.

Os apelos ao diálogo têm, por isso, no contexto da presente moção de confiança, o sentido de uma figura de retórica para quem tem preferido a intransigência ao compromisso e encara qualquer esforço de consenso como um perigo de auto-abdicação.

O Governo, como não poderia deixar de ser, mostra-se orgulhoso de si mesmo. Os fracassos, onde os há, são culpa da Assembleia da República; os êxitos, onde os houver, serão consequência de um raro talento governativo. O Sr. Primeiro-Ministro mostra-se, ainda por cima, insatisfeito perante o muito por fazer. Abdiquemos, pois, nós, os deputados mal comportados; não

façamos mais obstruções; se para tanto tivermos humildade, peçamos desculpa pelo tempo que já fizemos perder. No fim, manifestemo-nos também orgulhosos. Com a democracia na boca e o servilismo no coração esta é uma excelente oportunidade para afirmarmos o nosso patriotismo: tanto mais patriotas quanto mais conformistas.

E assim — quem duvida? — ajudaremos este governo a reforçar as intuições democráticas e a prestigiar os órgãos de soberania ...

Falemos sério: o Sr. Primeiro-Ministro continua a queixar-se amargamente de que a Assembleia da República invade as competências do Executivo. Entre outros exemplos, referiu-se ao caso da comunicação social, que considera paradigmático. Estamos de acordo que o é. Justamente porque permite avaliar até onde vai a paralisia governamental para bem fazer e até onde chega a sua aptidão para disfarçar o mal que faz.

O Sr. Primeiro-Ministro afirmou — e não desmentimos — que o sector público de comunicação social já custou ao Estado 18 milhões de contos. Seria igualmente interessante que dissesse quanto custou até hoje ao erário público o sector privado de comunicação social e qual o montante de crédito mal parado no sector. Existe, é facto, uma crise que reconhecidamente afecta toda a área da imprensa escrita, em Portugal. Por isso, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1986, foi o Governo vivamente interpelado no sentido de informar a comissão competente sobre as reformas e os programas de reconversão que, do seu ponto de vista, deveriam ser aplicáveis ao sector público. Limitou-se o Governo a responder que havia nomeado uma comissão para o efeito, da qual aguardava o competente parecer. Estamos no final de Junho e dos trabalhos e conclusões de tal comissão, até ao momento, nada se sabe.

Sucedeu, todavia, que, vivamente impressionados com o lavantamento da situação que, por iniciativa própria, efectuaram os deputados da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, aí aprovaram um relatório, aprovado por unanimidade, portanto com os votos expressos do partido apoiante do Governo, no qual se concluiu (e cito) pela «imprescindibilidade e urgência de um debate, no Parlamento, dedicado à definição do modelo de participação do Estado na esfera do sector público de comunicação social, cuja natureza e estatuto deveriam constituir-se como futuras traves-mestras de qualquer política globalmente coerente».

Fez-se o debate. Apontaram-se caminhos. E o Governo, o que fez? Procurou sistematizar um modelo coerente da participação do Estado na esfera do sector público?

Enquanto, vivamente, se lhe recomendava pela não alienação do *Jornal de Notícias*, o Governo apressava-se a tomar a decisão de o vender; enquanto ainda se esperam as anunciadas conclusões da referida Comissão de Trabalho, multiplicam-se os sinais de intenção de desmantelamento do sector público de comunicação social; enquanto se apresentavam iniciativas legislativas conducentes à desgovernamentalização do sector, o Governo protesta e clama «aqui d'el rei que nos invadem as competências». E, pobre vítima, queixa-se que lhe não permitem libertar o Estado da gangrena financeira das empresas públicas de comunicação social.

Curiosamente, porém, o primeiro jornal que o Governo decide transferir para a iniciativa privada, em vez de prejuízos, está a registar exercícios lucrativos.

Mais curiosamente ainda: ao querer alienar o 2.º canal de televisão, o Governo esconde mal o seu propósito de desarticular a RTP, dispersar a publicidade e desagregar assim uma essencial fonte de financiamento, intenção que é, aliás, idêntica para a RDP, em face do propósito de reduzir a sua dimensão a uma única estação emissora.

O problema é, evidentemente, grave. O Governo, além de delapidar o património público, prepara laboriosamente a distribuição dos *mass media* por clientelas várias, politicamente situáveis na sua área ideológica.

O Governo não concorda, seguramente, com o que acabo de afirmar. E poderá, uma vez mais, invocar as suas «sete tábuas» para referir o dogma da redução do sector público de comunicação social a um jornal, um canal de televisão e uma emissora de rádio. Só que a opinião da Assembleia não se subordina aos dogmas do Governo, sobretudo numa matéria em que está em causa o direito à informação, uma questão típica do regime de direitos, liberdades e garantias da competência própria do Parlamento.

Mas o caso da comunicação social é, na verdade, paradigmático. O Governo queixa-se de que lhe não deixam cumprir o Programa mas é ele próprio o primeiro a violá-lo e a não lhe dar seguimento.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Diz-se no capítulo respectivo, designadamente, que «ao Estado compete a gestão das frequências cabendo-lhe definir o sistema de suporte eletrónico, incluindo os objectivos a definir, as formas de organização empresarial e a natureza do seu capital [...]» e, acrescenta-se, «[...] é, por isso, imperioso proceder à revisão da Lei de Televisão (Lei n.º 75/79)».

Sabemos já o que o Governo fez e o que não fez. Na Lei de Televisão limitou-se a rever o famoso artigo 2.º para conceder um canal de televisão à Igreja Católica — deixando, afinal, os objectivos referidos como tão imperiosos no tinteiro do legislador.

Fraca coerência esta. Maior incoerência, ainda, quanto foi o próprio Governo a dizer «ser preciso rever o estatuto da empresa pública concessionária do serviço de televisão no sentido, nomeadamente, da desgovernamentalização da sua gestão, de modo a impedir as degradantes tentativas de controle político por parte das forças partidárias que em cada momento detenham o poder executivo». Incoerência degradante a do Governo, quando a Assembleia da República tomou a iniciativa de desgovernamentalizar e, no rescaldo, o Sr. Primeiro-Ministro reclama, que lhe retiraram agora poderes que outros executivos mantiveram. Mas não é este, afinal, o mesmo governo que afirmou não desejar esses poderes?

O Governo revolta-se quando, em seu entender, a Assembleia da República não o deixa governar de acordo com o seu programa; o Governo revolta-se, igualmente, quando a Assembleia da República contribui para realizar aspectos do Programa que o Governo não quer cumprir. Com um governo assim, sempre tão revoltado, o mesmo que lhe poderemos recomendar é que mantenha dignidade pública e, no limite, não se revolte contra si próprio.

É que poderá acontecer que, de se ter tornado em comissão liquidatária do sector público, acabe por ter que nomear-se em comissão liquidatária de si próprio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Sr. Primeiro-Ministro já tem o seu lugar assegurado na história da nossa jovem democracia. Uma vez, porque conduziu o País à beira da bancarrota; outra, porque se tornou autor de uma crise política que conduziu à última dissolução do Parlamento. Talvez tenha tomado o gosto às crises políticas e às eleições antecipadas, mas o País é que não pode ver-se eternamente adiado e sem solução para os seus problemas reais. Se não tem solução para os resolver, o Governo pode ir-se embora. Irá sem falsas desculpas. Mas, se se mantiver, então que fique mas não aborreça, pratique o rigor em lugar da propaganda, defende a sua autonomia, sem esquecer que, se a Constituição fala em independência dos órgãos de soberania, fala, também, na sua interdependência. Vem lá escrito, no artigo 114.º Convém que o Governo não leia, na Constituição, só a parte que lhe dá jeito. Isto para que quando fala em diálogo e processos transparentes possamos ter a noção de que, nessa altura, não dialoga por mero pretexto de cumprir o Estatuto do Direito de Oposição, mas, acima dela, para além dela, e com processos que a ultrapassam, ou seja, que ultrapassam o normal comportamento democrático.

A democracia tem regras, senhores deputados, e também tem princípios. As regras, pela sua natureza, excepcionam-se; os princípios não. Por isso é possível excepcionar a regra democrática da maioria em governos minoritários. O que em democracia não é possível é excepcionar o princípio de que a Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses.

Talvez que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo ainda possam, por mão alheia, ir a tempo de compreender o princípio. Não o farão, todavia, com o nosso benefício da dúvida.

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, não há inscrições para continuarmos o debate.

A Mesa vai aguardar, mas, se dentro de dois minutos não houver inscrições, suspendemos os trabalhos até que as haja.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, há pouco foi feita uma sugestão a V. Ex.ª — e creio que valeria a pena tentar aproveitá-la — no sentido de que a Mesa perguntasse ao Governo se entende ou não inscrever algum membro do Governo para intervir, uma vez que já aqui demonstrámos que os grupos parlamentares têm estado a cumprir a regra da alternância.

Já todos eles produziram pelo menos duas intervenções neste debate; o Governo fez apenas uma intervenção na abertura do debate e essa foi a do Sr. Primeiro-Ministro.

Ora, se o Governo, que apresenta à Assembleia a moção de confiança, não intervém agora e tenta fazê-lo quando os partidos já não tiverem oportunidade de o questionar, está a não obedecer às regras que, conjuntamente, acordámos em conferência de líderes parlamentares.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas dirigir à Mesa uma pergunta que se traduz muito simplesmente em saber qual é o artigo do Regimento ao abrigo do qual é feito o requerimento do Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Correia Afonso, o Sr. Deputado Jorge Lemos não fez nenhum requerimento. Aliás, respondendo agora à questão colocada pelo Sr. Deputado Jorge Lemos, devo dizer que entendo que a Mesa não tem de fazer nenhuma pergunta ao Governo. Este está presente, está a ouvir o que se passa e responde se entender. Portanto, penso que a Mesa não tem de lhe colocar formalmente nenhuma pergunta.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Correia Afonso disse que gostaria de saber qual era o artigo do Regimento ao abrigo do qual era feito o requerimento do Sr. Deputado Jorge Lemos.

Ora bem, a questão não se põe nesses termos. Estes trabalhos foram organizados em conferência de líderes com a presença do Sr. Secretário de Estado para Assuntos Parlamentares e foi decidido que haveria a regra da alternância, que toca a todos, quer aos grupos parlamentares quer ao Governo.

Na realidade, o Governo não está a cumprir com essa regra de alternância e, se o Sr. Presidente entende não fazer nenhuma pergunta ao Governo, muito bem.

Em todo o caso, a sugestão do Sr. Deputado Ferraz de Abreu continua de pé, pelo que creio que seria conveniente que V. Ex.^a interrompesse os trabalhos até às 15 horas e, entretanto, convocasse os líderes dos grupos parlamentares para uma reunião com a presença do Governo, a fim de organizarmos o resto dos nossos trabalhos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, é para dizer que, mais do que segundo normas regimentais, este debate foi organizado segundo o consenso estabelecido entre os grupos parlamentares e o Governo e esse consenso foi no sentido de que haveria rotação nas inscrições.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares esteve presente na reunião, aceitou essa regra, inclusivamente aceitou que, na fase final do debate, o Governo e cada grupo parlamentar dispusessem cada um, de 15 minutos. No entanto, durante o debate havia a regra da alternância.

Não se comprehende que, na situação que está criada, o Governo se recuse a inscrever-se para intervir. De duas, uma: ou o Governo não tem nada a dizer a esta Assembleia — e isso demonstra, mais uma vez, que estamos perante um acto de teatro encenado pelo Sr. Primeiro-Ministro — ou, então, que o Governo pretende guardar o tempo de que dispõe para o fim, quando já não tiver interlocutor, como aliás está acontecer na Radiotelevisão Portuguesa.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Presidente, dos tempos que foram atribuídos ao Governo e a cada grupo parlamentar, gostava que me informasse quais foram os tempos utilizados pelo Governo e por cada grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Com certeza.

Foram atribuídos ao Governo 120 minutos e neste momento ele dispõe de 53 minutos; ao PSD foram atribuídos 120 minutos e neste momento dispõe de 51 minutos; ao PS foram atribuídos 110 minutos e neste momento dispõe de 49 minutos; ao PRD foram atribuídos 100 minutos e neste momento dispõe de 38 minutos; ao PCP foram atribuídos 90 minutos e neste momento dispõe de 51 minutos...

Vozes do PSD: — Eh!

O Sr. Presidente: — ...; ao CDS foram atribuídos 80 minutos e dispõe de 64 minutos...

Vozes do PSD: — Eh!

O Sr. Presidente: — ...; ao MDP/CDE foram atribuídos 60 minutos e dispõe de 36 minutos.

Entretanto, inscreveu-se, para uma intervenção, o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Presidente, agradeço a informação. Cheguei à conclusão de que, afinal de contas, o Governo tem utilizado mais tempo do que as bancadas que o acusam de não falar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — O problema não se põe em termos de tempo!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há alguns meses atrás, esta Câmara deu confiança política ao Governo na exacta medida em que autorizou que o seu programa fosse cumprido.

Os meses passaram e o Governo afirma que se defronta com uma situação básica: a Câmara deu-lhe o mandato, deu-lhe a capacidade de exercício do mandato e, na prática, em algumas áreas essenciais, esta Câmara derrogou esse mesmo mandato.

A questão política que hoje se coloca é a de saber até que ponto o Governo tem ou não a mesma capacidade que tinha e qual o grau de empenhamento político que hoje em dia têm aqueles que há alguns meses atrás, nesta Câmara, viabilizaram este governo.

A questão nuclear do País é a de saber se ele é ou não governável e, se é governável, de que maneira o é e como é que é possível sê-lo.

É legítimo a um partido de oposição reclamar uma fração da consciência nacional e um contrato eleitoral que ele tem para com os eleitores. É-o na exacta medida em que isso se processe para o PSD, para o PS, para o CDS, para o MDP/CDE, para o PCP e para o PRD.

Por isso, é legítimo a um partido de oposição votar a favor, é lícito votar contra e é lícito alterar propostas do próprio Governo.

Mas a questão que se coloca para os governos minoritários é a de saber qual o limite de alteração prática que no dia-a-dia um partido de oposição, que viabilizou o governo, pode introduzir.

A questão política para um governo minoritário, em Portugal, circunscreve-se à análise, elucidação e definição daquilo que é o limite, a comportabilidade da alteração prática que um partido que aprovou, apoiou, viabilizou um determinado governo introduz na sua gestão do dia-a-dia.

Penso, em termos pessoais, que o limite para a alteração da política de um governo por parte de um determinado partido que viabilizou um poder e o apoia é o de que não altera substancialmente a formulação que ele apoiou ou viabilizou, desde que isso não colida fundamentalmente com a sua própria opção. Ou seja, na prática, o problema coloca-se quando existir um conflito fundamental entre o núcleo de interesses contratuais políticos firmados por um determinado partido, que viabilizou outro em termos de Poder, e a postura política que esse mesmo Poder aponta ao País.

A pergunta que o País faz, e que é legítimo que cada um de nós faça, é a seguinte: nesta Assembleia quais são as áreas onde houve uma colisão fundamental de interesses entre a postura deste governo e os interesses fundamentais contratuais políticos firmados por outros partidos, sobretudo por aqueles que viabilizaram este governo? A resposta, na prática, é negativa; ou seja, não existe um núcleo de questões fundamentais onde tenha havido uma colisão fundamental de interesses entre a postura deste governo e a dos partidos que o viabilizaram, mas que, todavia, assim não procederam na prática.

Repare-se: o Governo abdica, perante si próprio, de posturas autónomas e apresenta como suas, ao Parlamento, posturas de outros, para melhor fazer o diálogo com eles. É verdade que este governo assume como sua a Lei das Rendas? É ou não verdade que a lei de segurança interna assume a matriz básica de outros? É ou não verdade que o Regulamento Disciplinar da PSP é o de outros? É ou não verdade que as próprias leis laborais são posturas básicas de outros?

Todavia, este governo, com uma humildade democrática notável, abdica relativamente de uma postura autónoma e apresenta a postura de outros para com eles melhor dialogar.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Não é bem assim, Sr. Deputado.

O Orador: — E qual foi a resposta da Assembleia? Disse sim, disse não, alterou as propostas? Não, parte da oposição desta Câmara, não se perfilou com uma atitude normal de oposição num regime democrático — dizendo sim, dizendo não ou alterando —, antes se colocou, em três situações completamente diferentes: ou na evasiva, iludindo a questão e colocando-se nos formalismos e arquétipos e não nas substâncias; ou na alteração das regras do jogo existentes em Portugal, assumindo para si aquilo que não é seu; ou, em última alternativa, no arranjar de prazos dilatórios, para não dizer nem que sim, nem que não, nem sequer que talvez.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, o que alguma oposição faz em Portugal é não assumir o seu estatuto e, ao fim e ao cabo, iludir problemas, protelar questões, ater-se a formalismos e arquétipos e não às substâncias das coisas e das leis.

Aplausos do PSD.

Este não é um perfil normal, nem um perfil consequente, nem ainda um perfil correcto. Aí reside o núcleo dos problemas!

O governo do PSD respeita as oposições e dá-lhes tudo isto de bandeja, reconhece-lhes direitos iguais aos seus, o mesmo contrato eleitoral que ele tem com o País. Quando houver colisão de interesses, então que a questão seja discutida. Mas nem sequer se colocando o problema, deixa de ser falsa a postura em que algumas oposições se colocam. Daí sermos obrigados a perguntar e a perceber o porquê desta moção de confiança.

No meu ponto de vista, esta moção de confiança tem dois objectivos. O primeiro é o do «refrescamento» da legitimidade política deste governo. Se este governo vir uma moção de confiança aprovada, meus senhores, será a primeira vez em Portugal que um governo minoritário terá a confiança desta Câmara, o que significa, no plano político, um reforço da sua capacidade para a prossecução do Programa que foi viabilizado nesta Câmara, exactamente nos mesmos termos em que o foi.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo sairá com mais força e mais legitimidade, dada por VV. Ex.^{as}, por todos nós.

Em segundo lugar, esta moção tem um outro efeito: o efeito de clarificação. Em política, é preciso ser-se consequente e a pior coisa que existe é uma política de Pôncio Pilatos, isto é, lavando as mãos e não querendo ter responsabilidades, nem as assumindo. O Governo, ao apresentar esta moção de confiança, coloca perante toda a Câmara, sobretudo perante alguns, um propósito de clarificação deles próprios perante eles próprios.

Ou seja, o que o Governo suscita com isto é a necessidade de perguntar àqueles que disseram «sim» se mantêm o «sim» e perguntar àqueles que disseram «não» se o mantêm o «não» em abstracto. Ora, não se fala de moções de confiança em abstracto!

Este governo faz uma moção de confiança genérica nos mesmos termos e sentidos em que foi apresentado o Programa do Governo, que não altera nem mantém,

antes cumpre e quer continuar a cumprir. O Governo quer legitimar, hoje, aquilo que outros, ontem, viabilizaram e aos quais pede hoje de novo que assim o façam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Supondo que a moção de confiança não passa, a questão é simples: não passando, todos aqueles que contribuíram para essa situação são responsáveis perante o País e o seu próprio eleitorado por o não terem feito e assumirão as responsabilidades consequentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se porventura a moção de confiança passar, a segunda grande questão que se coloca é esta: a moção de confiança vai passar para quê? Para amanhã continuarmos a ter na Assembleia da República atitudes de demissão, de ilidir problemas, de dilações, de transporte de questões, de falsos problemas, não atacando os essenciais? Por outras palavras, aprova-se a moção de confiança hoje para amanhã ficar tudo na mesma?

Esta é a questão moral que se coloca a alguns, sobretudo àqueles que disseram «sim» para viabilizar o Governo e que, se aprovarem esta moção, obviamente, no plano moral e político, estarão vinculados à prossecução de fins, que eles também já assumiram, relativamente, como seus. Não é em vão que se confere um mandato concreto, não abstracto, não é em vão que se viabiliza um conjunto de princípios que o Governo aqui coloca. A partir dessa circunstância, aqueles que os viabilizam, assumem-nos também como seus, como capacidade do seu exercício.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a clarificação que esta moção de confiança vem provocar na Assembleia da República é fundamental, porque vai obrigar aqueles que disseram «sim» a pensar, no futuro, se eles próprios se vão comportar em consonância com um segundo «sim», que dizem hoje, naturalmente dentro das premissas fundamentais que estabeleci inicialmente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Uma outra questão que conviria elucidar é a seguinte: se esta moção de confiança não passar e o Governo, por isso, não puder subsistir, a questão que alguns procuram colocar é a do novo rearranjo no mesmo quadro de relação de forças parlamentares existente, assumindo outros o Governo.

Quanto a esta questão, temos de fazer as perguntas que pensamos serem pertinentes. Com que legitimidade é que aqueles que foram derrotados em 6 de Outubro podem hoje, sem nova consulta eleitoral, sem legitimidade eleitoral refrescada, pretender assumir-se como líderes de uma nova maioria?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com que legitimidade política o podem fazer, quando são os derrotados políticos perante o País?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mais: se este governo minoritário tem os problemas que tem — e mesmo com uma base eleitoral política nesta Câmara mais alargada, continuaria a ser minoritário —, então um governo PS/PRD não

teria essa mesma característica e essa mesma qualidade política? Com que vontade, então, pode querer exercer o Poder, se está submetido exactamente às mesmas regras a que está este governo? Ou será que procura uma nova aliança mais ampla?

A oposição democrática pode pretender uma aliança mais ampla que lhe dê maioria política. Só que, quando lhe der maioria aritmética, não lhe dá maioria política; além disso, essa maioria não é coerente nem homogénea e cai por si própria, não se estabelecendo...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... por via do próprio Parlamento, para não falar da via da postura presidencial.

Não é em vão que o Sr. Presidente da República, nos últimos anos, demonstrou claramente qual o seu perfil político em relação à participação dos comunistas no Poder. Obviamente, o Sr. Presidente da República não vai derrogar hoje a sua postura pretérita, nem vai incitar a um governo de sua iniciativa — ainda que este tivesse a maioria — quando foi ele próprio, no dia seguinte ao das eleições presidenciais, que disse: «A maioria presidencial extinguiu-se hoje mesmo.» Não é o próprio Presidente da República que vai derrogar aquilo contra o que lutou nos últimos anos em Portugal, a propósito do então Presidente da República, general Ramalho Eanes.

Por isso, e pela dificuldade política que o Presidente da República introduziria em Portugal ao alienar uma parte substancial do eleitorado que configura um vasto bloco social de apoio político, a suprema magistratura da Nação, que ele exerce, ficaria reduzida, diminuída, vulnerabilizada se, na prática, o Presidente da República não tivesse em conta este facto. Por razões parlamentares e presidenciais, não é, pois, nem presumível nem crível que haja um governo fora de outro cenário senão o de eleições legislativas antecipadas.

Esta é a questão que se coloca hoje a todos nós. Há dois caminhos ou saídas que se colocam com esta moção: ou o País caminha para as eleições gerais antecipadas ou, em alternativa, a clarificação nesta Assembleia é feita sobretudo por aqueles que assumiram o compromisso de viabilizar este governo. E, não tendo este governo violado princípios fundamentais políticos do seu contrato eleitoral com o povo, não é legítimo, lícito, racional e lógico, que, hoje em dia, dêem o dito por não dito,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... a não ser que a lógica de Pôncio Pilatos prevaleça sobre a ética apresentada ao País.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: A posição do PSD é clara: o Governo merece confiança, não apenas por ser o governo do PSD, mas, acima de tudo, ser um governo cujas fronteiras políticas já ultrapassaram as do próprio PSD. Nesse sentido, reafirmamos-lhe a nossa confiança.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Nogueira de Brito, Cavaleiro Brandão, João Amaral e Jorge Lacão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, retomo aqui a linha da intervenção do meu colega e presidente da direcção do meu grupo parlamentar, Gomes de Pinho, para lhe dizer que intervemos neste debate com a autoridade de quem não lava as mãos — como Pilatos; é claro!

Risos.

Somos um partido de princípios, um partido ético. Apresentamos aqui a nossa posição perante a Câmara, numa linha de coerência com as críticas que fizemos em passado recente contra os acordos que se faziam nós bastidores, por debaixo da mesa. Não procedemos assim. As nossas posições em relação a este debate foram e continuarão a ser explicitadas claramente perante o Plenário, por muito estranho que isso possa parecer a alguns dos senhores deputados. E não são posições de negócios, de preços, mas posições de projecto, de futuro, posições que têm a ver com o interesse do País.

O primeiro esclarecimento que queria fazer era este — perdoe-me o Sr. Deputado, porque ainda não lhe coloquei nenhuma pergunta — e o segundo esclarecimento visa desfazer um equívoco que o Sr. Deputado tem utilizado.

Na discussão do Programa do Governo não votámos «sim», Sr. Deputado, mas «não». Votámos «não» às moções de rejeição do PCP e do PS.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — E à do MDP/CDE!

O Orador: — Sim, e à do MDP/CDE — peço desculpa, Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

Risos.

Votámos «não» e não «sim». Votámos dessa forma — como diz V. Ex.^a — para viabilizar o Governo? Votámos dessa forma, em primeiro lugar, porque não demos o nosso acordo ao modo como era proposta a rejeição do Programa e, mais do que isso, porque no Programa havia muito daquilo que também era nosso, como era do PSD nos programas da AD.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Na nossa moção abstiveram-se!

O Orador: — Já sei que nos abstivemos na vossa, Sr. Deputado, não me esquecerei de o referir.

Risos.

Mas, Sr. Deputado, o que agora nos é pedido não é um voto de «não», mas de «sim». Agora, o Governo pede-nos que votemos «sim». Mas votaríamos «sim» a quê, Sr. Deputado Ângelo Correia? Isto porque V. Ex.^a introduziu nesta Câmara, há momentos, um elemento de forte dúvida. Votaríamos «sim» repensando e cotejando com a prática o Programa do Governo que aqui nos foi apresentado, supomos que em toda a sua pureza, ou o Programa do Governo revisitado pelas conversas com o PRD e com o PS, como V. Ex.^a aqui afirmou?

Vozes do PCP: — E esta?

O Orador: — A que é que somos chamados a votar «sim»? Ao Programa que aqui conhecemos ou ao programa actualizado, conservado, negociado? É isto que precisamos de saber, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, tem-se fantasiado muito sobre o aparelho clandestino do Partido Comunista, mas a verdade é que, afinal, parece ser o Governo quem tem um membro na clandestinidade.

Risos.

V. Ex.^a veio aqui trazer o discurso político que o Governo ainda não tinha sido capaz de aqui produzir. E, nessa qualidade, estou a cumprimentar V. Ex.^a

Mas V. Ex.^a trouxe aqui algumas considerações que são importantes e que devem ficar consolidadas e adquiridas. Nomeadamente, sublinhou, reconheceu e pareceu significar respeito pelos contratos próprios e específicos que cada um dos partidos tem com o correspondente segmento do eleitorado. Ficamos gratos, Sr. Deputado Ângelo Correia, porque esse tipo de respeito não tem sido geralmente assumido, designadamente por parte do Governo, e essa referência pode significar um importante contributo no que toca à afirmação da predominância democrática dos sentimentos não só de V. Ex.^a como também de quem V. Ex.^a aqui representava quando intervinha.

Em todo o caso, o Sr. Deputado colocou aqui uma pergunta interessante, que é a seguinte: se porventura hoje for aqui viabilizado este governo, será para que, no dia seguinte, tudo se passe na mesma? Sr. Deputado, esse é, obviamente, um direito que só a esta Assembleia caberá gerir em devido tempo. Isto porque ou há a demonstração inequívoca de que tal confiança política por algum motivo se justifica, ou qualquer outra forma de viabilização deste governo não poderá deixar de se repercutir, no dia seguinte, na plena liberdade dos vários grupos parlamentares que não tenham significado activa e concreta confiança política para agirem como melhor entenderem, sendo certo que actuarão dentro dos parâmetros regimentais e constitucionais, porque é nesses que pautam a sua conduta.

V. Ex.^a falou num compromisso, mas V. Ex.^a tem já consciência — porque ainda agora isso foi recordado pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito — de que não há compromisso de ninguém e, muito menos, de que alguma vez houve empenhamento político à volta deste governo, salvo por parte do partido que directamente o apoia.

Agora, recordo ao Sr. Deputado que este incidente foi suscitado sob o pretexto de uma posposta que, como o Sr. Deputado também recordou, emerge precisamente do defunto bloco PS/PSD. É à volta dessa proposta que podem ser suscitadas quaisquer espécies de compromissos ou de empenhamento?

Sr. Deputado, a parte final da sua intervenção foi definitivamente esclarecedora. Afinal, o que aqui está em causa era aquilo que os estrategos políticos — e não sei se V. Ex.^a se integra neles —, desde a partida deste governo, tinham anunciado: o Governo deveria durar apenas até ao Verão para que se provocassem eleições

em Outubro. No fundo, V. Ex.^a veio aqui clarificar que entende que mais nenhum governo deveria assumir o poder sem o prévio acto eleitoral.

Para concluir, faria um simples voto de agradecimento. É que, afinal, foi o Sr. Deputado Ângelo Correia quem trouxe aqui a clarificação: o Governo quer eleições!

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Deputado Ângelo Correia, a sua intervenção tem o claro mérito de ter dito aqui aquilo que o Governo não quis, deliberadamente, dizer. A sua intervenção traz para a Assembleia da República aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro pretende, mas que omitiu, no que toca ao jogo das suas reais intenções, com esta moção de confiança. Dito de outra forma, o Sr. Deputado exibe as «carnes» desta impudica moção de confiança.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E coloca a questão de forma dilemática: ou a moção de confiança não passa e, então, há que fazer eleições, ou passa e — aí é que é mais grave — a Assembleia deixa de o ser.

Na primeira versão, o Sr. Deputado Ângelo Correia trata os partidos que estão representados na Assembleia como incapazes de gerarem governos que obtenham viabilidade nesta Assembleia — e sabe que isso é falso!

Mas o mais grave é a segunda hipótese. E nesta segunda hipótese, o que é que o Sr. Deputado Ângelo Correia quer dizer quando diz, como aqui já foi sublinhado, que algo será diferente se a moção passar? Quer dizer que, a partir daí, a Assembleia se auto-amputava nas suas competências?

Vozes do PSD: — Não é nada disso!

O Orador: — Pois está o Sr. Deputado Ângelo Correia completamente enganado!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A Assembleia tem as suas competências próprias, que exerce de pleno direito. No plano político, a situação criada à Assembleia com esta impudica moção será, se ela passar, exactamente a mesma.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, com a sua intervenção podemos dizer que ficou mais claro tudo o que se passou e se está a passar neste momento nas relações entre o Governo e a Assembleia. O Sr. Deputado Ângelo Correia veio aqui confessar que o objectivo do Governo com esta moção não é o de reclamar-se de um direito constitucional, mas o de tentar um golpe contra a Assembleia da República.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, também nós achamos que a sua intervenção teve o mérito de vir pôr a claro algumas questões políticas. Enquanto o Governo parece ter estado a jogar com as cartas viciadas, ao menos o Sr. Deputado Ângelo Correia jogou claramente com a intenção desta moção de confiança.

O Governo não poderia desconhecer que, para que a moção de confiança passasse, pelo menos um grupo parlamentar desta Câmara teria de alterar a sua posição de voto. E não poderia desconhecer na medida em que o CDS não votou favoravelmente o Programa do Governo e se absteve na votação da moção de rejeição apresentada pelo Partido Socialista, o que significa, portanto, que, se todos os partidos mantivessem as atitudes de voto que tiveram relativamente à moção de rejeição, a moção de confiança estaria condenada à partida.

O caso é, pois, o seguinte: ou o Primeiro-Ministro e o seu governo sabiam que poderia ser muito difícil alterar essas posições de voto e, portanto, vieram aqui deliberadamente, por conta própria e à sua custa, abrir uma crise política que só a eles, porventura, convém, ou, então, revelaram, através deste acto, total imaturidade política, quando não cuidaram sequer de fazer alguma consulta a esses partidos para saber se, depois de uma moção de rejeição votada de determinada maneira, havia disponibilidade para votar uma moção de confiança de outro modo.

Pode o Sr. Deputado Ângelo Correia garantir que não houve nenhuma consulta prévia do Governo ou do seu partido relativamente aos demais partidos e a esses grupos parlamentares? Com o do Partido Socialista não houve, nem tinha de haver, porque, desde o princípio, o Partido Socialista é inequivocamente oposição, tendo votado contra o Programa do Governo.

Mas como o mesmo não se passa relativamente ao PRD e ao CDS, das duas uma: ou é o Governo que quer a crise política, ou o Governo tem uma enorme imaturidade política, porque não soube prever a tempo e horas as consequências políticas dos seus actos.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho muito prazer em responder às perguntas formuladas, que são importantes. Porém, tenho alguma escassez de tempo, pelo que os Srs. Deputados interpelantes me perdoarão a escassez da resposta.

Gostei que o Sr. Deputado Nogueira de Brito tivesse reconhecido que no programa deste governo havia muitos pontos em comum com o da AD. Esta é, talvez, mais uma razão para VV. Ex.^{as} não inviabilizarem este governo e, por isso mesmo, VV. Ex.^{as} não têm a pertinência total em colocar dúvidas sobre uma essência que, afinal, foi partilhada por vós. Ou será que o facto de a executarem também — e já se viu que isso é impossível no quadro parlamentar actual, por não ser suficiente — lhe dá maior veracidade?

A segunda questão que VV. Ex.^{as} colocam é a do «programa revisitado» — que é um problema original, uma noção que nunca me tinha passado pela cabeça. Não é nada disso!

Srs. Deputados Nogueira de Brito, Cavaleiro Brando e Jorge Lacão, o que o Governo fez foi, muito simplesmente, colocar três questões.

Os partidos que há sete meses viabilizaram o programa deste governo — o mesmo programa, as mesmas normas e regras, sem alteração e com uma dinâmica que seja possibilitada por esta Câmara — continuam a viabilizá-lo? Não se trata de renegociar com outrem, mas de cumprir o mesmo que foi autorizado por alguns de vós e que hoje se pergunta se pode ou não continuar a ser! Não é legítimo que o Governo o pergunte quando não está em causa a quantidade de questões — como o Sr. Deputado Magalhães Mota veio aqui ontem tentar explicar, pois não é um problema de lei do número ou da quantidade das questões que está em causa — mas da qualidade de algumas delas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não confundamos quantidade com qualidade! Só uma noção de pequeno e médio é que pode dar a perceber isso, uma outra noção quantitativa naturalmente que não explica esta matéria.

O que está em causa são quatro ou cinco questões essenciais, que foram colocadas a tempo e horas a esta Câmara e às quais ela não respondeu, de acordo com o que se tinha perfilado há alguns meses atrás.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Está a brincar com o fogo!

O Orador: — O Sr. Deputado João Amaral fala de golpe contra a Assembleia; acredito que V. Ex.^a tenha isso sempre na mente, mas não é costume V. Ex.^a falar na noção de golpe e de contragolpe. Deve estar a falar para a sua bancada! De qualquer modo, percebo que V. Ex.^a tenha essa vocação inata, mas pelo menos não a exiba, porque não é nada disso. Não se trata de qualquer golpe, mas do direito que o Governo tem perante o País de perguntar: «Posso ou não continuar a cumprir a minha promessa, de acordo com o que me foi possibilitado e viabilizado por outros?»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, o «golpe» já passou à história, 1974-1975 já passaram! Não viva do passado, pois é um homem do futuro e não um homem do passado!

Respondendo à segunda questão básica — ou seja, o que está por detrás disto, se isto é uma questão de estratégia do Governo ou uma questão de tentar, no Verão, encaminhar o Governo para eleições —, direi que fiz uma intervenção a título pessoal, ...

Vozes do PCP: — Ah!

O Orador: — ... como deputado do PSD, naturalmente vinculado à lealdade e à responsabilidade que tenho perante o meu eleitorado e a direcção do meu partido. Mas ouvi o Sr. Primeiro-Ministro, ontem e há alguns dias atrás, e aquilo a que ele se propôs perante esta Câmara e o País não foi abdicar, nem pedir eleições antecipadas, mas querer governar da mesma maneira que se comprometeu perante os Portugueses. Não é legítimo pedi-lo?!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É legítimo. VV. Ex.^{as} darem ou não a vossa anuência — isso é com VV. Ex.^{as} —, mas também é legítimo ele pedi-la. E, nesse sentido, não há uma estratégia.

Agora, não podemos esquecer uma realidade: é que a moção de confiança não produz somente efeitos hoje. Se ela passar, os efeitos não são para hoje, mas para amanhã, são o compromisso que se renegoceia entre quem apoia e quem pede o apoio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nessa circunstância, o problema coloca-se para o futuro.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Que grande ameaça!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a moção de confiança não se esgota hoje à noite quando for votada.

Vozes do PCP: — Pois não!

O Orador: — Esgota-se no futuro e de acordo com o comportamento de alguns de VV. Ex.^{as}

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Ângelo Correia: Poderia ter utilizado a figura regimental do direito de defesa da honra, porque, embora V. Ex.^a não tivesse agredido a honra do CDS, agrediu a razoabilidade e a lógica do CDS, o que é grave.

Sr. Deputado Ângelo Correia, falámos ambos da AD — graças a Deus! —, mas devo dizer-lhe que falei da AD para dizer que o Programa do Governo, tal como aqui nos foi colocado há seis meses, era um programa que continha muitas medidas que eram da AD, facto que determinou o nosso voto, que não foi um voto de «sim», mas de «não» em relação às moções de rejeição do PCP e do MDP/CDE e de abstenção em relação à do PS.

E o Sr. Deputado Ângelo Correia sabe por que não foi de «sim» o nosso voto relativamente ao Programa do Governo? Não foi de «sim» porque o que era essencial na AD — e V. Ex.^a falou da essência do programa — era a existência de um projecto comum e de uma vontade comum de modificar este país.

Ora, Sr. Deputado, não houve vontade comum, nem desejo de vontade comum, nem sequer aproximações para formar uma vontade comum na construção deste programa! Por isso o nosso voto foi esse, por isso a alteração do nosso voto terá de assentar numa prática que nos venha a convencer de que algo mudou e que há uma vontade comum.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vou suspender a sessão até às 15. horas, para o intervalo para o almoço.

Antes, porém, informo os senhores deputados que não foram feitas inscrições para uso da palavra no recomeço dos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

No reinício da sessão assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Mendes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, para dar conhecimento de uma mensagem que recebeu.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente, recebi um telegrama do presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o qual peço autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para ler em Plenário, pois é isso mesmo o que nele me é solicitado.

O telegrama vem escrito em francês, mas vou ler a sua tradução. É-me dirigido, como presidente da Delegação Portuguesa ao Conselho da Europa e é do seguinte teor:

Profundamente comovido pelo desaparecimento do Sr. Deputado António Janeiro, dirijo-lhe as sinceras condolências da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e peço-lhe, em nome de todos os membros da Assembleia, que transmite a expressão da nossa simpatia aos membros do Parlamento Português.

Louis Jung, presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governo definiu uma estratégia económica em que se privilegiava a superação duradoura dos desequilíbrios macroeconómicos do País: a redução da inflação para os níveis médios europeus; a correcção estrutural do desequilíbrio externo; a redução do desemprego. Tudo isto a par do indispensável controlo dos défices públicos e da devolução da transparéncia e do rigor às contas do sector público.

Trata-se de objectivos exigentes cuja compatibilização pressupõe um conjunto adequado e correctamente doseado de instrumentos de política macroeconómica.

Entendemos que o ataque à inflação teria de ser imediato. A redução substancial da taxa de inflação era, e é, uma condição prévia à implementação dos outros aspectos da estratégia económica do Governo. A existência de elevados níveis de inflação conduz a grandes dificuldades no cálculo económico, dado o grau de incerteza que arrasta, e não é de esperar fortes acréscimos de bom investimento — digo bom investimento, não digo investimento especulativo — nem um reforço da poupança em clima de alta inflação.

As primeiras medidas de política macroeconómica adoptadas em Novembro eram largamente dirigidas ao objectivo — inflação.

Atacar a inflação em Portugal pressupõe a compreensão da condição de economia portuguesa como pequena economia muito aberta, onde os preços externos e a taxa de câmbio desempenham um papel primordial na determinação da inflação interna. Pressupõe, também, compreender a articulação entre taxas de juro e taxas de inflação numa economia de endividamento cujas empresas apresentam elevado peso de encargos financeiros na estrutura de custos e cujo Estado também detém uma pesada dívida pública.

Por isso, o Governo começou por actuar energicamente no domínio das taxas de juro e da taxa de câmbio. As taxas de juro baixaram, em Novembro, quatro pontos e foi definida uma política cambial que representou um corte efectivo com o passado.

Tal política visava a inversão do ciclo vicioso inflação-desvalorização, fazendo reduzir progressivamente a desvalorização externa, com vista a obter uma redução sustentada da inflação.

Não faltaram, então, os detractores de tal política nem aqueles que, baseados não se sabe bem em que fundamentos teóricos, anteciparam consequências apocalípticas de tais medidas.

Mais tarde, instituições internacionais independentes e respeitadas, como sejam a Comissão das Comunidades Europeias e a OCDE, elaboraram relatórios, que são públicos, onde manifestam inteira concordância quer com a prioridade atribuída à desinflação quer com as medidas adoptadas nesse sentido.

Mais do que a concordância de tais instituições, os resultados concretos vieram confirmar a justeza das políticas macroeconómicas adoptadas. Medindo a inflação pela variação do índice de preços entre meses homólogos — que é a medida mais pertinente quando estamos em pleno processo inflacionário ou desinflacionário, como é o caso — em Maio, essa taxa situou-se em 11,5%. A mesma taxa em Maio de 1985 era superior ao dobro desse valor, isto é, quase 24%. Em Maio de 1984 ultrapassava os 30%. Hoje, repito, está com um valor de 11,5%.

Recordo que, quando fixámos o objectivo inicial de 14% para a inflação portuguesa, poucos foram os que acreditaram em nós. E não se atribua às condições da conjuntura internacional o mérito por esse resultado alcançado. Se é certo que essas condições internacionais têm sido favoráveis, não se deve esquecer que a inflação externa já era muito baixa em 1985, que o dólar já tinha conhecido uma queda acentuada e que a baixa dos preços do petróleo não foi, entre nós, fortemente repercutida no preço dos respectivos produtos do utilizador.

Não temos dúvida de que sem uma política macroeconómica adequada em matéria de taxas de juro, taxas de câmbio e inversão das expectativas dos agentes económicos, os resultados verificados até agora não teriam sido possíveis.

Esses resultados apontam para uma progressiva redução dos ritmos inflacionistas, de modo que já não é posto em causa o objectivo de 12% para a inflação em 1986 nem o de 9% para 1987.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em fins de 1988, a inflação portuguesa estará «encostada» à média da Comunidade Económica Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Um paraíso!

O Orador: — Enfim, senhores deputados, atingiremos a Europa em matéria de inflação.

A suspensão do *crawling peg* que, pelos vistos, entre nós é um instrumento de política económica com muitos admiradores, não teve os efeitos negativos por eles prenunciados: as importações não dispararam, bem pelo contrário — como não podiam disparar; a constituição de *stocks* de produtos importados é hoje muito dispendiosa em Portugal, tendo em conta o elevado nível das taxas de juro reais e a política de desvalorização regressiva.

Por outro lado, os exportadores já compreenderam, e já actuam consistentemente, que a competitividade externa se ganha por vias diversas da da depreciação da moeda. Temos assistido a aumentos de produtividade nos sectores exportadores que, de par com a attenuação dos encargos financeiros e com a depreciação programada, asseguram a completa defesa da competitividade externa.

Estamos, porém, muito atentos de modo a reajustar a tempo os instrumentos de política macroeconómica, sempre sobre os acontecimentos e, se possível, com antecipação, nunca por arrastamento. Quem conduz a política macroeconómica não pode ter uma postura contemplativa ou providencialista. Fazer política macroeconómica não é fazer ioga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A elaboração do Orçamento do Estado para 1986 constitui um primeiro passo no sentido de uma maior disciplina e transparência das finanças públicas.

Deu-se lógica macroeconómica à feitura do Orçamento, no modo como se articulou o défice máximo suportável, as previsões prudentes das receitas e a contenção das despesas. Ou seja, não se partiu das despesas e das receitas para chegar ao défice orçamental para, depois, se dizer seja o que Deus quiser e «Nossa Senhora das dívidas e dos Afítos» há-de valer-nos.. O caminho seguido foi o inverso e foi inabalavelmente percorrido.

Por outro lado, privilegiaram-se as despesas de investimento dirigidas à construção de infra-estruturas que são, por sua vez, condição essencial à retoma do investimento produtivo, pois criam as chamadas economias externas. Deste modo se actua de forma consistente com o objectivo da correcção estrutural do desequilíbrio externo.

Para além das diferentes orientações já referidas, o Orçamento do Estado para 1986 consagrou um conjunto de medidas dirigidas à transformação do sistema financeiro e à retoma do investimento produtivo.

O Orçamento do Estado para 1986 consagrou uma forma de financiamento do défice por recurso preferencial ao mercado primário de títulos, o que permitirá evitar um crescimento monetário excessivo e, simultaneamente, criar condições para diferentes formas de controle monetário.

A redução significativa do défice do Estado não pode ser conseguida em um ou dois anos...

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Serão, pelo menos, necessários cinco anos para trazer o défice orçamental para menos de 5% do produto interno bruto (PIB), um nível relativo que é recomendável.

O Governo enviou já ao Parlamento, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 1986, uma nota informativa sobre as condições de redução do défice no médio prazo. Esse exercício, que constitui um objectivo do Governo, será desenvolvido e esperamos ter em breve um programa orçamental a cinco anos para a redução do défice do Orçamento do Estado, com pés e com cabeça.

Iniciaram-se já os trabalhos com vista à elaboração atempada do Orçamento do Estado para 1987. O défice terá de se situar dentro de limites que permitam a disponibilização de meios financeiros suficientes para o financiamento do sector produtivo, no contexto de um crescimento monetário controlado.

Em período de inflação há que assegurar uma forte articulação entre as políticas orçamental e monetária de modo a evitar que o *crowing out* excessivo do sector produtivo quer um crescimento monetário não compatível com a redução sustentada da inflação.

Por isso, em 1987 será objectivo primordial continuarmos o esforço de contenção das necessidades de financiamento do sector público administrativo. Nessa linha, o défice do Orçamento do Estado para 1987 deverá ser trazido para um nível abaixo dos 10% do produto interno bruto.

A política macroeconómica deixou de viver do improviso.

A economia portuguesa exige que se encare a política económica num horizonte de largo prazo.

A estratégia está plenamente definida. O desenvolvimento da economia portuguesa exige uma modificação estrutural de oferta e, por isso, o relançamento deve assentar no investimento e não no consumo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A significativa alteração de alguns pressupostos fundamentais, justifica uma revisão relativamente acentuada das projecções inicialmente formuladas.

No que diz respeito ao cenário macroeconómico, há que considerar pequenas alterações nas variáveis da despesa e uma modificação muito substancial na previsão da balança de transacções correntes.

O consumo privado deverá conhecer uma taxa de crescimento superior em quase 1% em relação ao valor inicialmente projectado. Para tal contribuiram o crescimento salarial acima do previsto, conjugado com um maior desagravamento fiscal e a desaceleração da inflação.

O crescimento salarial dificultará, também, a realização das metas iniciais para o investimento e para as exportações.

Por outro lado, o sucessivo adiamento das decisões de investir, devido ao ciclo eleitoral e ao processo de aprovação do Orçamento do Estado para 1986, justifica, também, alguma prudência quanto ao objectivo para a formação bruta de capital fixo.

No caso das exportações, o comportamento salarial leva a uma redução da margem esperada, circunstância que resulta agravada pelo facto de os preços das exportações deverem crescer significativamente menos do que o previsto. Por isso, não será de estranhar a redução de um ponto no crescimento desta variável.

As perspectivas para a balança de transacções correntes são agora profundamente diferentes e já relativamente seguras. A razão está nos fortes ganhos dos termos de troca, proporcionados pelo comportamento dos preços do petróleo, matérias-primas e produtos agrícolas nos mercados internacionais. Tal comporta-

mento deverá conduzir a um ganho de cerca nove pontos na razão de troca, o que permitirá um excedente na balança de transacções correntes da ordem dos 600 a 700 milhões de dólares.

Em suma, as projecções macroeconómicas para 1986, revistas pelo Governo para Portugal — e tal como a OCDE fez a revisão para toda a respectiva zona e tal como a CEE fez a revisão para a zona da Comunidade —, são as seguintes: consumo privado, mais 4,5%; consumo público, mais 1,2%; formação bruta de capital fixo, mais 9%; exportações, mais 4,6%; importações, mais 10%; produto interno bruto, mais 4%; balança de transacções correntes, com um excedente da ordem dos 600 a 700 milhões de dólares.

Senhores deputados, fazer projecções macroeconómicas não é fazer bruxaria. Mudam-se os pressupostos, mudam as projecções macroeconómicas.

A política macroeconómica, essa, é e há-de ser a correcta, aquela de que o País precisa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Ivo Pinho, João Corregedor da Fonseca, Carlos Lage, Octávio Teixeira e Pedro Feist.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Pinho.

O Sr. Ivo Pinho (PRD): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Ministro das Finanças: V. Ex.^a disse que o Governo está sempre a tempo de reajustar os instrumentos de política macroeconómica e, ontem, o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui claramente que o Governo procedeu já a uma correcção das projecções necessárias que elaborara.

V. Ex.^a diz que nada disto pode ser considerado como ioga ou bruxaria. Estamos de acordo.

Se já se procedeu à correcção dessas projecções, Sr. Ministro, por que é que o Governo não introduz à Câmara esses dados novos para que nos possamos pronunciar criteriosamente sobre esta matéria? Se o Governo os tem disponíveis, seria bem importante que nos desse essas informações.

Há sete meses, no Programa do Governo dizia-se que a estratégia macroeconómica do Governo para os anos de 1986 a 1989 era a do crescimento da produção do investimento das empresas e, portanto, do emprego.

A verdade é que, passado algum tempo, poderemos fazer algumas perguntas: é ou não verdade que constata que a actividade produtiva no seu conjunto evidencia sinais de continuidade de estagnação? É ou não verdade que a indústria da construção continua sem arrancar para níveis aceitáveis? É ou não verdade que os concursos promovidos durante os primeiros quatro meses deste ano, tanto em número como em valor, são muito inferiores a metade dos que tinham sido promovidos nos primeiros quatro meses do ano passado? Isto, já sem falar na indústria transformadora. Realmente, gostaria que me dissesse se está ou não de acordo que o investimento nas empresas está fortemente adormecido. Onde paira o restabelecimento da confiança dos agentes económicos, das suas expectativas, convergentes com os objectivos da política macroeconómica a

que se referia o Programa do Governo há sete meses? Não será esta, Sr. Ministro, uma das áreas mais especiais do falhanço do Governo?

Realmente, gostaria também de saber se o Sr. Ministro não entende que esta será a demonstração de que toda a estratégia dita «de progresso controlado» está em causa por única responsabilidade do Governo.

Já agora, e porque não houve ainda possibilidade de discutir o problema da CEE, quero colocar-lhe uma questão que nos preocupa seriamente.

Hoje está a decorrer na Haia a cimeira dos chefes de Estado e dos chefes de governo dos países membros da CEE.

Numa altura em que Portugal está em causa porque se trata de conhecer o problema das dificuldades orçamentais da CEE, o que pode pôr em causa fluxos financeiros para o nosso país; numa altura em que, com certeza, vão afectar as transferências de Portugal para a CEE, o que, com certeza, vai agravar a situação portuguesa; quando se discute a política agrícola comum no seio da CEE numa cimeira desta natureza; quando se negoceia o mercado interno europeu, pergunto se o Primeiro-Ministro deveria ou não, se o nosso governo deveria ou não estar representado numa cimeira tão importante como o é esta.

Ainda há dias tivemos oportunidade de verificar *in loco* e, depois, ouvir aqui um relatório muito importante, apresentado pelo Sr. Deputado Silva Lopes, pergunto: o Governo deveria ou não — Portugal deveria ou não — estar representado nesta cimeira?

Verificamos que nesta cimeira está deserto o lugar de Portugal e ficamos sem saber exactamente o que se está lá a passar. O Sr. Ministro deveria estar lá para discutir com os seus parceiros os problemas relacionados com Portugal e a moção de confiança poderia ser apresentada amanhã ou na segunda-feira, sem grandes dificuldades.

Pergunto-lhe se estas questões da CEE deveriam ou não ser tratadas com muito mais cuidado.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro das Finanças pretende responder desde já ou no final de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro das Finanças: — Responderei no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Ministro das Finanças: Julguei que a sua intervenção seria generalizadamente contestada, e em particular pelos nossos especialistas da área económica.

Perante o silêncio fiquei a pensar que não davam importância às palavras do Sr. Ministro ou, então, poderia criar-se a ambiguidade de que elas colhiam o acordo dos deputados desta Câmara. Como presumo que não colhem o acordo dos deputados desta Câmara, em particular dos deputados do Partido Socialista, quero colocar-lhe algumas questões.

Em primeiro lugar, o Sr. Ministro reclamou para si, para o seu Governo, o êxito no combate à inflação. Esqueceu-se o Sr. Ministro que não lhe cabe inteiramente nem em grande parte esse mérito, visto que a inflação estava em desaceleração desde 1985, como

qualquer cidadão sabe, e esse movimento prosseguiria independentemente das medidas que o Sr. Ministro tomasse, a não ser que tomasse medidas tão estapafúrdias que tivessem efeitos negativos ou perversos.

Acresce ainda que esse movimento de desaceleração da inflação foi em si mesmo estimulado e reforçado pela quebra na taxa de juro, no preço do petróleo e no valor do dólar.

E o Sr. Ministro, que criticou a bruxaria, as artes mágicas, tudo aquilo que não seja científico, parece que se reclama do paradigma científico e de previsões exactas. Ora, as suas previsões falharam. O Sr. Ministro começa por prever uma inflação de 15% e a inflação está a cair para 11%, o que demonstra que as suas previsões são erradas e que há um movimento da economia, com características objectivas, que ultrapassa as medidas tomadas pelo Executivo.

Quanto às taxas de juro, o Sr. Ministro diz que elas baixaram, mas coloca-se a seguinte questão: não teria sido já necessária uma nova baixa da taxa de juro, como muitos economistas e especialistas reclamam? Não é certo que uma baixa da taxa de juro já teria estimulado a actividade produtiva, que, como todos reconhecem, as últimas estatísticas reveladas provam que está estagnada? Não haverá, portanto, um erro em não ter baixado a taxa de juro?

Quanto à suspensão do *crawling peg*, o Sr. Ministro só se referiu aos reflexos que ela teve nas importações, pois disse que as importações não dispararam. E os reflexos nas exportações? Não terão sido amortecidos, por efeito dessa mesma suspensão abrupta, durante alguns meses? Esqueceu-se disso na sua análise. Será que não lhe convinha fazer uma alusão a essa situação?

Além disso, o Sr. Ministro das Finanças esquece-se de referir aquilo em que há uma directa responsabilidade do Governo.

Portanto, estive a dizer que há aqui um movimento favorável da economia portuguesa, que é objectivo, que ultrapassa, inclusivamente, algumas medidas governamentais que possam ser tomadas.

Qualquer governo que estivesse a governar teria estes resultados. Com isto não estou a desvalorizar deliberadamente a posição do Sr. Ministro, mas há assuntos em que o Sr. Ministro tem responsabilidades e esquece deliberadamente os seus fracassos.

Aqui lhe coloco algumas questões: por que é que a actividade produtiva está estagnada? Por que é que as nossas exportações no primeiro trimestre, a fazer fé nas estatísticas existentes, tiveram um grande amortecimento? Por que é que o investimento não é estimulado? Por que é que não há uma modernização do tecido económico industrial do País? Onde estão a política industrial e a política agrícola?

O Sr. Ministro diz que na política macroeconómica não se pode praticar ioga. Está certo!, mas há Ministros do seu governo que parece estarem a praticar ioga, visto que numa atitude contemplativa não tomam medidas nos seus sectores.

O Ministro das Finanças não pode ser indiferente no que se passa no conjunto da economia portuguesa; porque tem reflexos em toda a situação económica e financeira.

Onde está a política agrícola? Onde está a política industrial? Estas são questões que já aqui foram insistentemente formuladas mas a que o Sr. Ministro não respondeu. Mais uma vez as deixo aqui para que o Sr. Ministro possa esclarecer a Câmara.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro das Finanças, gostaria de começar por dizer-lhe que a sua intervenção acerca da evolução da política económica global é pelo menos tão má como a apreciação que fez há dois dias atrás sobre o sector empresarial do Estado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É típico!

O Orador: — É significativo que o Sr. Ministro faça uma intervenção sobre a política económica global e apenas se refira às condicionantes. Já agora faço aqui um pequeno parênteses e que é o de o Sr. Ministro continuar a confundir condicionantes com objectivos.

Apenas se refere ao problema da inflação e ao problema dos saldos das contas externas. Isto é significativo, fundamentalmente por duas razões: em primeiro lugar, porque quer a questão do saldo da balança de transacções correntes quer a da inflação estão a ser impostas por condicionantes externas. Nada tem a ver com a política do Governo em termos económicos. O Sr. Ministro não pode contrair o impacte da baixa de inflação nos mercados externos sobre o impacte na nossa inflação. Se pudesse, possivelmente, estariamos a aumentar a taxa de inflação enquanto os outros a baixam.

Em segundo lugar, é significativo por que em relação às questões em que o Governo deveria ter uma acção muito positiva a tomar cala. O Sr. Ministro cala o problema do investimento, que está praticamente em estagnação; cala o problema da produção que está estagnada — e é pelos dados oficiais, que existem cada vez menos, diga-se de passagem, porque cada vez mais o Governo vai escamoteando os dados de conjuntra que normalmente eram fornecidos ao País que se verifica que a produção está a estagnar; cala o problema da exportação, que está a decrescer.

Aparece-nos agora a apresentar novas projecções macroeconómicas e escuda-se no seguinte: também são feitas novas projecções nos restantes países da OCDE e na CEE.

Sr. Ministro, estas duas organizações fizeram as suas projecções macroeconómicas para 1986 em 1985. O Sr. Ministro apresenta as grandes opções do Plano à Assembleia da República em Fevereiro de 1986. As situações são completamente diferentes.

A queda do preço do petróleo verifica-se fundamentalmente em Dezembro/Janeiro. A queda do dólar dá-se precisamente na mesma altura. As razões que a OCDE e a CEE possam ter para alterar as suas projecções não são as mesmas que este governo tem.

O Governo já tinha conhecimento da alteração da situação a nível internacional e não fez as projecções que deveria ter feito. Aparece-nos agora a dizer que o investimento, apesar de toda esta evolução externa favorável, vai baixar um ponto em relação ao projectado, dos 10% para 9%, o que é capaz de ser muito, por exemplo, pela evolução do nível do consumo de cimento, para o qual uma previsão de 5% está, neste momento, na ordem dos 3,8% ou 3,9%, e que ainda é capaz de ser excessiva.

Mas repare: baixa a projecção do investimento depois de ter tido uma quebra do investimento de cerca de 30% nos últimos três anos.

Isto não é nada. Em relação à política económica, os resultados que o Governo apresenta são um completo desastre. O Governo gera e gera mal aquilo que vem do mercado externo e nada mais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Feist.

O Sr. Pedro Feist (CDS): — Sr. Ministro das Finanças, gostaria de lhe colocar uma questão relativa ao investimento.

As previsões iniciais das grandes opções do Plano apontaram para um aumento do investimento na ordem dos 14% a 15% durante o ano de 1986. Neste momento, as hipóteses existentes referem valores da ordem dos 7% ou 8%, o que se significará que as metas previstas não irão ser alcançadas.

Que razões encontra o Governo para a não concretização daquele objectivo e que medidas porpõe no sentido de alterar a solução?

É certo que a perspectiva de aumento do investimento vem inverter uma situação que se vinha mantendo há já alguns anos e que se traduzia em sucessivas quebras no investimento realizado.

Parece contudo indesmentível que as mais recentes previsões, como é o caso da apresentada pela OCDE, ficam bastante aquém das expectativas inicialmente criadas.

De entre as possíveis razões explicadas para tal facto, permitimo-nos pôr em destaque as seguintes: a não alteração da legislação laboral tem vindo a retrair os investimentos e as suas respectivas iniciais expectativas; a não existência, até ao momento, de um novo sistema de incentivos ao investimento criado para substituir o desjustado sistema existente — o célebre SIII, criado em 1980; a insuficiente redução nas taxas de juro e as restrições que daí derivam no fornecimento de crédito ao investidor; e atraso na chegada das verbas da CEE e no pôr em marcha dos projectos financiados por aquelas verbas; a grande diversidade de novos activos financeiros que o investimento não tem conseguido captar; um sistema fiscal penalizador, em excesso, das empresas e do investidor, nomeadamente com o imposto extraordinário sobre lucros e o imposto complementar, secção B.

Ao Estado caberá, como, aliás, vem referido nas GOP, criar condições para que o investimento privado se intensifique.

Assim sendo, o Governo deveria ter já reforçado a sua acção no sentido de ser apresentado, com a maior bervidade exigível, um novo esquema de estímulos e incentivos ao investimento e a ajustar a sua política monetária à necessidade de aumentar o volume do investimento.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disponho de muito pouco tempo pelo que vou responder muito rapidamente. Peço desculpa se alguns pontos ficarem por esclarecer. Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, as projecções macroeconómicas revistas estão transmitidas à Câmara e poderei fazê-lo em papel, materializada mente, o que terei muito gosto em fazer.

Quanto à formação bruta de capital fixo, o nosso objectivo é para todo o ano, não só para o 1.º semestre, e todas as informações que temos são no sentido de que no 2.º semestre de 1986 haverá um forte arranque do investimento privado.

Mas o clima de confiança não se decreta, inspira-se, propicia-se, mas não mais do que isso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A economia portuguesa não é planificada, felizmente!

O sector da construção está em aquecimento. Os últimos dados de que disponho relativamente aos primeiros quatro meses de 1986, comparados com os de 1985, são os seguintes: consumo de cimento, mais 4,6%; consumo de aço, mais 12,3%; pedidos de crédito de casa própria, mais 116%.

Espectacular, Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca! Existe não um falhanço mas um sucesso: o da inflação.

Quanto ao investimento, peço para aguardar porque o nosso objectivo refere-se a todo o ano.

O Sr. Deputado Carlos Lage diz que a inflação estava já a cair. Sr. Deputado, se o senhor tivesse memória daquilo que se tem passado quanto à inflação em Portugal nos últimos doze anos, sabia que ela tem andado aos ziguezagues, entre os 20% e os 30%, com uma única excepção em 1980, em que teve um valor da ordem dos 16%. De resto, o comportamento da inflação foi como o de uma serpente variando entre os 20% e os 30%.

Estou convencido de que se não tivéssemos adoptado a política macroeconómica adequada a inflação estaria agora novamente acima dos 20%.

Mas como o senhor é um especialista em matéria económica e noutras, deve ter opiniões muito firmes e deve ter recomendações a dar ao Governo. Quer escrevê-las? Lê-las-ei. Não as seguirei certamente!

Quanto ao objectivo de a inflação se situar nos 14%, direi que na política macroeconómica há objectivos que são fixados como «tectos» e outros como «chão». No caso da inflação é um «tecto», o máximo.

Quanto ao *crawling peg*, falei nisso quer do lado das importações como do das exportações.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, objectivos, condicionantes, instrumentos da política económica, tudo isso faz parte de uma lição da pré-primária que terei muito gosto em dar-lhe por correspondência.

Aplausos do PSD e protestos do PCP.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É impossível porque você ainda não a aprendeu. Tem de ir para a infantil.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Ainda não passou pela escola e já quer ser professor!

O Orador: — Quanto à formação bruta de capital fixo, as projecções macroeconómicas da OCDE foram feitas em Dezembro, tal como as nossas, e só foram revistas em Abril, tal como as nossas.

Ao Sr. Deputado Pedro Feist já respondi que a questão do investimento é, antes de mais, uma questão de confiança. Depois, é uma questão de custo do investimento do capital, onde as taxas de juro têm, de facto um papel importantíssimo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão das taxas de juro; Srs. Deputados Carlos Lage e Pedro Feist, eu já disse que a gestão, por parte do Governo, da política macroeconómica é feita no tempo oportuno, nunca depois e, se possível, com antecipação.

Peço-vos que estejam atentos e verão que a política macroeconómica está a ser adequadamente gerida.

Aplausos do PSD.

O Sr. António Osório (PCP): — Por correspondência!

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Lage pede a palavra para que efectue?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, desejo, naturalmente, fazer uma interpelação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Ministro das Finanças pediu-me para eu lhe dar recomendações por escrito. Tenho já aqui uma recomendação por escrito, que lhe vou entregar mas que é muito simples e que diz o seguinte: Sr. Ministro das Finanças, seja modesto!

Aplausos do PS, do PCP e de alguns deputados do PRD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É caso para dizer que, perante a imodéstia agora patenteada por parte do Governo, vamos ver se vou fazer uma intervenção para a classe da pré-primária ou para a do «jardim infantil».

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Logo se verá!

O Orador: — A actuação do Governo no respeitante ao sector da agricultura pode-se sintetizar em quatro pontos:

- 1.º Má orientação, negligência e incompetência na condução do processo de integração na CEE;
- 2.º Incompetência e incapacidade para definir e executar uma política agrícola capaz de mobilizar os recursos naturais, humanos e técnicos disponíveis e potenciais, bem como para orientar a produção segundo objectivos que tenham em conta e salvaguardem os interesses nacionais, no quadro de uma política de desenvolvimento social e económico;
- 3.º Condução de uma política cuja natureza e orientação visa a concentração capitalista da terra e dos capitais produtivos e que, a persistir, conduzirá à ruína e liquidação de centenas de milhares de agricultores e explorações agrícolas sem resolver, antes agravando, todos os problemas estruturais da nossa agricultura;
- 4.º Total desprezo pela Constituição da República e pelas decisões judiciais na tentativa de destruição da Reforma Agrária e reconstituição

do regime de propriedade latifundiária, com uma inqualificável mobilização de funcionários e meios técnicos (o que paralisa todas as acções de apoio à agricultura), a par do recurso a meios ilícitos e da passividade ou convivência com a fraude e a corrupção.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como confiar num governo que induz o País a acreditar que a nossa agricultura está a ser inundada por milhões de contos vindos da CEE, e que omite ou substima os graves problemas com que nos confrontamos face à crise orçamental da Comunidade e às nossas próprias dificuldades para executar e financiar esses mesmos programas?

Vejamos, a título de exemplo, o que se passa com alguns dos programas co-financiados pela Comunidade:

Programa de Acções Prioritárias Estruturais:

- 1.º Considerável atraso por parte da Comunidade na apreciação e aprovação dos projectos;
- 2.º Grande atraso na realização dos projectos aprovados;
- 3.º Se os projectos se não realizarem não há co-financiamento comunitário.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agrário Regional:

- 1.º Este programa devia ter começado a ser implementado em 1984;
- 2.º Apesar de nestes três anos lhe terem sido dadas verbas no Orçamento do Estado, ele encontra-se praticamente na estaca zero quanto à sua execução;
- 3.º Apesar de ser um programa de pré-adesão ainda está em fase processual.

Regulamento 355:

Destinado fundamentalmente à implementação e melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas, este Regulamento só foi publicitado cerca de quinze dias antes do prazo limite para a entrega dos projectos (31 de Março), sem qualquer regulamentação interna quanto a mecanismos de aplicação e à exigência de prioridades nacionais.

O reforço da organização dos produtores, controle efectivo por parte da produção dos mecanismos de mercado, da valorização dos produtos e da formação dos preços estão, desde logo, comprometidos neste processo. Acresce o facto de os «chamados» representantes dos agricultores para representação no Conselho Económico e Social e nos organismos de mercado estarem a ser nomeados arbitrariamente pelo Governo e pela CAP, não sendo, aliás, fácil de distinguir onde acaba um e começa a outra.

Alguns dos beneficiários deste processo testemunham as nossas preocupações quanto à natureza e orientação da política do Governo:

Grandes importadores intermediários, grandes industriais (nomeadamente os Amorins), Quinta da Alorna, Aveleda, funcionários de serviços regionais do MAFA, compõem o ramalhete de candidatos, avalizados pelo Governo, a centenas de milhares de contos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os interesses nacionais, a infra-estruturação da nossa agricultura, são submergidos por projectos avulso, entrados pela porta do cavalo, e por interesses que nada têm a ver com o desenvolvimento social, técnico e económico do sector e do País.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — Como é possível, senhores deputados, pactuar com tudo isto?

Em matéria de arrendamento rural, cujo impacte se faz sentir em cerca de 40% da superfície agrícola do País o que faz este governo?

Quando se deveriam desenvolver todos os esforços no sentido de reforçar a estabilidade dos rendeiros e de tomar medidas tendentes a incentivar o investimento produtivo e a travar a descapitalização destas explorações, o Governo avança com uma proposta de lei que agrava a situação dos pequenos e médios rendeiros, estando já a merecer deles viva contestação, e impõe — pasme-se — uma nova tabela de rendas, com aumentos entre os 70% a mais de 100%.

O rol dos atentados contra a nossa agricultura e os nossos agricultores alarga-se com a tentativa inconstitucional de roubar os baldios aos compatriotas. As acções de emparcelamento vêm primando pelo arbítrio e pela característica coerciva.

Quanto à Reforma Agrária, face ao rol imenso de ilegalidades, de fraudes e de corrupção, esta Assembleia decidiu realizar um inquérito à actuação do MAFA. Perante isto que fez o Governo?

Primeiro: prosseguiu a prática de actos ilegais e agravou-os. Quer agora, com base em parecer de Freitas do Amaral, que se sobrepõe à própria Procuradoria-Geral da República, passar a expropriar segundo uma pontuação menor, e a atribuir reservas com critérios de pontuação maior, a fim de favorecer ainda mais escandalosamente os agrários.

Segundo: tratou de suspender e afastar uns tantos funcionários envolvidos nas ilegalidades, para sacudir a água do capote.

Terceiro: a culminar tudo isto apresentou à Assembleia da República uma proposta de lei que visa desnacionalizar os prédios rústicos integrados nos perímetros de rega, e uma proposta de lei para legalizar os esbulhos e abusos praticados contra a Reforma Agrária e para amnistiar o Ministro da Agricultura e os seus funcionários pelos crimes praticados.

Vozes do PCP: — Que vergonha!

O Orador: — Só isto, senhores deputados, justifica a mais completa desconfiança.

E por certo que as lutas constantes dos agricultores — aliás, ao longo dos mandatos do actual Ministro da Agricultura — contra o encerramento dos matadouros, contra o encerramento das feiras de gado, contra a eucaliptização indiscriminada, contra o emparcelamento coercivo, em defesa dos baldios, etc., não constituem propriamente manifestações de apoio ou de confiança na política do Governo.

Esta política agrícola não serve o País, antes atenta contra ele.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Não serve é o PCP, o que é diferente!

O Orador: — Este governo não serve. Se a Assembleia da República assim não o entender, será o País a sofrer as amargas consequências.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Pinho.

O Sr. Ivo Pinho (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A acção do Governo, no domínio da administração pública, é paradigmática das frustrações que emergem quando se analisam, oito meses volvidos sobre a tomada de posse do Governo, os desvios entre o que Executivo prometeu no seu programa e aquilo que efectivamente realizou.

A uma lei orgânica que encurta significativamente o número de Ministérios e Secretarias de Estado — sentido que consideramos adequado em nome de uma melhor coordenação interministerial bem como da diminuição de serviços cuja missão tenha caducado —, tem vindo a assistir-se a uma expressiva incapacidade de corporizar e realizar um projecto de efectiva reforma e modernização da Administração.

Vejamos o que tem acontecido.

No plano dos princípios, nem sempre se tem sabido respeitar o esforço, a dedicação e a competência daqueles que fazem da Administração o sustentáculo da acção do Governo.

De uma Administração que, apesar de sujeita a tantas mudanças governativas, a tanta indecisão nos mecanismos de avanço e recuo na acção, tem logrado estar desperta e disponível, com alento e vontade para colaborar. Como é seu dever, é certo. Mas é bom sublinhar que a Administração não é uma máquina. É, sim, uma sociedade de pessoas.

Ora, o Governo vai fazendo tábua rasa dessa Administração, desarticulando-a, criando espaços vazios, desrespeitando a experiência, etc. Confunde-se estruturas com pessoas, usando-se, não raramente, a Administração ao sabor de interesses partidários e convertendo-a no bode expiatório que escamoteia a triste realidade — a falta de uma filosofia expressa de modernização.

Na acção do Governo na matéria em apreço, podem identificar-se cinco grandes equívocos.

Em primeiro lugar, o Governo não tem sabido distinguir a Administração das rotinas da administração da concepção.

Não diz como modernizar as rotinas, tendo em vista o cidadão. Não utiliza, nem valoriza, o corpo de concepção, isto é, os Gabinetes de Estudo e Planeamento, enquanto órgãos básicos da ligação e coordenação inter-sectorial.

Em segundo lugar, o Governo tem encerrado serviços sem aviso prévio, sem frontalidade, sem explicação.

Directores-gerais — sublinho que se tratam de dirigentes do topo da hierarquia, nomeados pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da pasta — têm sido afastados sem que ninguém, pessoalmente, disso os informe.

Em terceiro lugar, o Governo confunde a governação com a administração. O Governo parece querer governar sozinho, querer uma Assembleia da República sem oposição e ir construindo uma Administração politizada com a sua marca.

Em quarto lugar, o Governo mostra pela ética do servidor público um evidente ostracismo. Mesmo os sindicatos afectos ao Governo são fastasmas a que não interessa dar crédito e, menos ainda, negociar, ainda que à luz dos princípios internacionais do direito do trabalho e do normativo em vigor. Os dirigentes não podem ter opinião nem margens de poder discricionário que sejam fundamentais para bem gerir porque, para o Governo, quem não é por ele é contra ele. Quem ousa afrontar tal preceito pode ser demitido... em nome da competência, naturalmente. Mas, para nós, não há competência sem ética...

Em quinto lugar —e finalmente—, o Governo não possui uma filosofia de reforma de Administração atenta aos fenómenos de administração comparada. O que vem acontecendo é que todo o processo é conduzido, exclusivamente, por via orçamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cria-se amplos staffs de pessoal avançado afectos a gabinetes ministeriais ou a novas comissões directivas, numa espécie de Administração paralela, em nome da confiança e, claro, da competência...

O Governo mostra não ponderar devidamente as virtualidades da coordenação, da força de equipas de trabalho, da motivação e, porque não, da própria afectividade, que deve registar-se nas relações de trabalho.

Será que o recém-criado Secretariado para a Modernização nos ajudará a compreender tudo aquilo que começa a escapar ao senso comum? Gostaríamos de o poder admitir.

Aplausos do PRD, do MDP/CDE, de alguns deputados do PS e do Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Segundo o Sr. Primeiro-Ministro, o Governo tem defendido, e bem, os interesses de Portugal na CEE.

Isto significa que o Governo e o Primeiro-Ministro estão de acordo e satisfeitos com a actuação do Comissário Cardoso e Cunha, que foi por si nomeado, e que é membro do PSD!

Que o Governo entende que a nossa zona económica exclusiva da pesca pode ser invadida pelas frotas da CEE, sem sequer obter qualquer contrapartida.

Que o número de licenças dadas a barcos espanhóis para a pesca do atum voador é um facto positivo e benéfico para os interesses nacionais.

Que a introdução pela Comissão da CEE do conceito de embarcação padrão não apanhou as autoridades portuguesas de surpresa, nem representou uma mudança no equilíbrio negocial!

Que o Governo considera uma questão de somenos a suspensão do direito de pesca do bacalhau por navios portugueses nas águas do Canadá, assim como da pesca portuguesa nas 12 milhas da Guiné-Bissau. É um espanto!

Como pode o Primeiro-Ministro, face a estes factos, afirmar seriamente, senhores deputados, que os interesses de Portugal têm sido defendidos e considerar eficaz a acção do Executivo nas relações e negociações com a CEE?

Andou durante vários meses a anunciar a vinda de milhões do FEDER, do Fundo Social Europeu e do FEOGA. Afinal, mais de cinco meses após a adesão,

o Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia viu-se obrigado a revelar na Comissão de Integração Europeia, depois de por nós instado, que Portugal ainda nada tinha recebido do Fundo Social Europeu nem da Secção de Orientação, do FEOGA!

Mais, que Portugal apenas tinha recebido 5,3 milhões de contos do FEDER e 120 000 contos da Secção de Garantia, do FEOGA, o que, feitas as contas com as contribuições financeiras portuguesas para a CEE, dados fornecidos por aquele membro do Governo, Portugal tinha sido, até aos fins de Maio, um contribuinte líquido. Um escândalo. Um escândalo que já saiu caro para alguns.

É que depois das repetidas declarações do Governo e das facilidades apresentadas sobre a vinda de milhões e mais milhões da CEE, muitas foram as autarquias, cooperativas e empresas que foram na ilusão, caíram no logro e que hoje se encontram com sérios problemas financeiros.

Por isso, ao ver-se confrontado com a opinião pública perante esta realidade, o Governo entrou nas habituais declarações contraditórias:

Assim, poucos dias após a reunião com a Comissão de Integração Europeia, o Secretário de Estado da Integração Europeia declarava à RTP que, no 1.º semestre deste ano, Portugal teria recebido da CEE mais de 20 milhões de contos do que pagou para a Comunidade.

No mesmo dia a Direcção-Geral do Tesouro apresentava outros valores...

Depois era a vez de o Secretário de Estado da Comunicação Social afirmar que Portugal não era um contribuinte líquido da CEE e que o balanço até Maio passado era claramente favorável ao nosso país (*Diário Popular*, de 14 de Junho)!

Isto era de tal maneira que o jornal referido titulava: «Contas com a CEE não batem certo.»

De facto, o Governo dizia uma coisa aqui na Assembleia da República e, depois, vendo-se apanhado em falta, servia-se dos meios de comunicação social ao seu dispor para dar outros dados bem diferentes dos das informações prestadas a este órgão de soberania. Mas os factos não ficam por aqui.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Isso é a transparência e a seriedade!

O Orador: — Três dias depois era a vez do Ministro das Finanças vir aclarar em nota pública que os fluxos financeiros entre Portugal e a CEE até 15 de Junho estavam perfeitamente equilibrados. Era a confissão de que os tais milhões vindos da CEE não eram senão dinheiro português, de ida e volta. Mas, feitas as contas, com os dados fornecidos pelo Ministro, ainda se verificava que Portugal, neste espaço de tempo, tinha contribuído para o Orçamento de Estado da Comunidade com mais 220 mil contos do que o que tinha recebido... Confirmava ainda que Portugal nada tinha recebido até 25 de Junho, quer do Fundo Social Europeu, quer da Secção de Orientação do FEOGA.

É esta a transparência e a seriedade do Governo... Como se vê, esta é a tal «maneira diferente de conceber a vida pública e de estar na política» a que gosta de se referir em autoprotagonista o Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, não pode merecer a confiança um governo e um Primeiro-Ministro que assim procedem.

Não pode merecer a confiança um governo que não acautela os interesses nacionais.

Na verdade, que confiança pode merecer um governo que se apressa a desmentir de forma simplista e com inverdades, outro exemplo, as conclusões do relatório que a Comissão de Integração Europeia apresentou na passada sexta-feira, onde se explicitam sérias inquietações e apreensões?

O mínimo que se exigia a um governo que diz prezar a seriedade era a sua atenção e ponderação sobre o que se afirma no relatório bem como a procura dos melhores caminhos na defesa do interesse e independência nacional. Mas não. O Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças entenderam que a melhor resposta era a sobranceria, a displicência.

É assim que o Governo entende na prática o diálogo e as relações com este órgão de soberania.

E neste quadro das «boas relações» o Governo deve-ria também explicar, à luz da sua autoproclamada «transparência, verdade e honestidade» as razões por que escondeu ao País e à Assembleia da República a evolução das negociações sobre as pescas, que só tiveram conhecimento oficial, depois do facto consumado...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso era importante que o Governo nos dissesse, ainda, como têm evoluído, antes da sua conclusão, as negociações dos acordos multifibras; se sim ou não as regras de origem mais restritivas incidem sobre os produtos que Portugal considera ter mais possibilidades de exportação para Espanha? Se sim ou não nas exportações de têxteis para a EFTA Portugal aceitou autolimitações.

Seria bom que o Governo esclarecesse a Assembleia da República e o País sobre estes assuntos.

E isto não é passar para a praça pública as negociações realizadas em Bruxelas. Há questões de interesse nacional que o Governo não pode ocultar a este órgão de soberania, nem ao País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Assim, teria todo o interesse também que o Governo nos dissesse o que é que fez, e quais os resultados práticos, face às restrições técnicas aplicadas pela Espanha a vários produtos de exportação portuguesa.

Que o Sr. Ministro da Indústria nos informasse onde estão as verbas para o seu PEDIP.

Que o Sr. Ministro da Agricultura dissesse ao País como pensa acautelar os interesses nacionais nas eventuais restrições impostas pela CEE aos Estados Unidos... e vice-versa.

Que o Sr. Ministro do Plano e Administração do Território, se justificasse por que razões elaborou o regulamento do FEDER, sem qualquer consulta a esta Assembleia, depois de aqui se ter solenemente comprometido a fazê-lo — está registado!

Srs. Deputados, independentemente da nossa posição sobre a CEE, que é conhecida, pensamos que:

Primeiro: É indispensável que as relações e negociações com a CEE sejam confiadas a pessoas honestas,

competentes e firmemente dispostas a defender os interesses nacionais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Segundo: É necessário empreender, desde já, o processo de revisão dos acordos da CEE lesivos dos interesses do País e salvaguardar, por exemplo, que Portugal não seja contribuinte líquido, pelo menos durante toda a fase de transição.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não está nessas condições um governo que acentua os factores de dependência nacional. Não merece confiança um governo que se mostra incapaz de relançar o investimento produtivo e o desenvolvimento económico e social; que desbarata vultosos meios que uma favorável situação externa lhe proporciona; que não dá resposta aos problemas sociais mais gritantes da sociedade portuguesa.

Não merece confiança um governo que nas relações com a CEE aceita, com subserviência, decisões que são lesivas dos interesses do País, que mostra desleixo no aproveitamento dos fundos estruturais.

Do que Portugal precisa, senhores deputados, é de um governo ao serviço do povo e do País, de um governo que defende intransigentemente a independência nacional. É por este objectivo que o PCP se continuará a bater.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Crespo.

O Sr. Vítor Crespo (PSD): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, V. Ex.^a disse que o Governo não tinha seriedade na apresentação dos números e dos fluxos financeiros da CEE. Fazendo uma afirmação tão grave, o mais que eu poderia esperar era que o Sr. Deputado tivesse seriedade na apresentação desses mesmos números.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado começou logo por truncar parte das afirmações que o Sr. Secretário de Estado fez na reunião da Comissão de Integração Europeia.

Havendo como há — como é notório e não podia deixar de ser — fluxos financeiros que se processam no dia-a-dia, as contas ou se referem ao mesmo dia, ou não se podem comparar alhos com bugalhos!

O que o Sr. Secretário de Estado disse foi que naquele momento — aliás, até se referiu a um momento anterior — ainda não tinham sido recebidos fundos do Fundo Social Europeu e do FEOGA. Mas desde logo disse que estava em processamento a entrega de fundos ao País. Por isso, nada surpreende que, numa data posterior, quando esses fundos foram entregues, o Governo venha afirmar que assim aconteceu. Não existe nenhuma incoerência nem falta de seriedade; existe apenas a realidade de uma contabilidade que flui.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, toda a sua argumentação cai por baixo, porque V. Ex.^a refere-se a momentos, a tempos e a situações completamente diferentes.

Certamente que para fazer o comentário sobre o relatório da Comissão de Integração Europeia, V. Ex.^a o teria lido na íntegra. Ora, quando o leu na íntegra, deve ter anotado que certos números que lá se encontravam dependiam de certos pressupostos e não de certas realidades. É sempre possível especular — e «especular» aqui não tem mau sentido —, mas devem considerar-se as questões dependendo de certas situações que venham ou não a confirmar-se: os números não eram definitivos.

Por outro lado, o próprio relatório confessa que os programas apresentados pelo Governo à CEE eram de qualidade e tinham merecido a aprovação das Comunidades. Portanto, não vejo como é que o Sr. Deputado pode extrair daí a conclusão pessimista que quis apresentar à Câmara acerca desse relatório.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Deputado Vítor Crespo, o Sr. Secretário de Estado disse-nos — e está registado — na reunião da Comissão de Integração Europeia que até aos fins de Maio os valores eram aqueles. Porém, três dias mais tarde, veio à televisão referir números totalmente diferentes, quando nada se tinha recebido. Na realidade, só ontem é que o Sr. Primeiro-Ministro nos disse que recebeu mais não sei quantos milhões de contos — e ainda era bom que nos explicasse como!

Depois do dia 31 de Maio — em 15 de Junho — tivemos a confirmação daqueles valores pelo Sr. Ministro das Finanças. E o que é que aqueles valores referem? Que Portugal, durante esses seis meses, pagou mais do que recebeu, pois não tinha recebido nada do Fundo Social Europeu nem nada da Secção de Orientação do FEOGA.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Vítor Crespo (PSD): — Nunca afirmou que pagou mais!

O Orador: — O Sr. Deputado disse que todos os dias havia fluxos. O Sr. Ministro das Finanças disse que, em termos de fluxo, todos os meses se paga cerca de 3 milhões de contos para a CEE. Mas de Janeiro até 31 de Maio — são cinco meses — «tempo é dinheiro» — andámos a pagar mais à CEE do que recebemos dela. Isso está escrito e é só fazer as contas — 220 mil contos!

Porém, anuncia-se a vinda de milhões e mais milhões de contos do Fundo Social Europeu, fazendo com que as empresas e as cooperativas se lancem em programas, mas depois não têm dinheiro. Ora, creio que tal não é sério, nem transparente, nem honesto! É, sim, o tipo e a qualidade da política deste governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Vítor Crespo (PSD): — Sr. Deputado, mesmo naquele momento se disse que tínhamos um saldo pequeno, mas que tínhamos um saldo!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de continuarmos os nossos trabalhos, quero comunicar à Câ-

mara que às 17 horas e 50 minutos toma posse a Comissão Luso-Brasileira na Sala do Conselho de Ministros.

Srs. Deputados, devo anunciar que não se encontra ninguém inscrito para usar da palavra.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, visto não haver ninguém inscrito para usar da palavra, vou fazer uma rápida intervenção.

Na verdade, nem sobre o sector da educação, nem da agricultura, nem do planeamento, nem da indústria, nem do trabalho, nenhum ministro usou da palavra. No entanto, vamos gastando o tempo! Mas, como sei controlar o tempo de que disponho, vou gastando-o de uma forma parcimoniosa, na expectativa de que o Sr. Primeiro-Ministro dê ordem ou autorização a algum dos ministros para usar da palavra.

Espero ainda que o Sr. Ministro da Agricultura não falte, na medida em que é tradicional ele fugir a estes debates, tanto mais que chegou hoje da Europa e certamente que estará um pouco afastado.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há 7 meses, dizia o Governo no Programa que apresentou à Assembleia da República, ao anunciar o que chamava estratégia do progresso controlado:

«A estratégia macroeconómica do Governo para os anos 1986-1989 é de crescimento da produção e do investimento das empresas e, portanto, do emprego.»

Transcorrido metade do ano de 1986, já se podem descortinar alguns sinais dos resultados ou de como está o Governo a levar à prática a anunciada estratégia macroeconómica.

Para começar, constata-se que a actividade produtiva no seu conjunto evidencia sintomas de «continuidade na estagnação».

A indústria da construção continua sem arrancar. Os respectivos industriais e as suas organizações representativas interrogam-se — e reclamam — sobre as medidas governativas para dinamizar a construção de habitação ou para lançar projectos de obras públicas — e não basta o Sr. Ministro dizer que o crédito para a habitação aumentou porque a verdade é que esta indústria está estagnada.

Os concursos promovidos durante os primeiros quatro meses deste ano, tanto em número como em valor, são inferiores a metade dos que tinham sido promovidos nos quatro primeiros meses do ano passado.

A indústria transformadora, segundo o último inquérito trimestral do INE, evidencia um abrandamento em relação ao ritmo de crescimento detectado nos três últimos trimestres de 1985.

O abrandamento da produção industrial, segundo opinião dos industriais, terá sido sustido pelas possibilidades vindas das exportações.

Mas também nestas não se concretiza a estratégia de progresso que o Governo anunciou, pois que as exportações em preços correntes (escudos) no 1.º quadrimestre deste ano apenas atingiram sensivelmente o valor de igual período do ano passado, o que significa uma quebra de alguns pontos em termos reais.

O investimento das empresas continua adormecido. O Sr. Ministro disse que no 2.º semestre deste ano vai haver um aumento do investimento. Veremos como vai ser...

Onde vai «o restabelecimento da confiança dos agentes económicos e as suas expectativas convergentes com os objectivos da política macroeconómica», a que se referia o Programa do Governo?!

Não será a demonstração de que toda a estratégia dita de progresso controlado está em causa por única responsabilidade do Governo? De facto, a estagnação do investimento produtivo, no quadro da estratégia delineada pelo Governo, resultará entre outras razões da incapacidade demonstrada na promoção do investimento público, particularmente pelo sector administrativo do Estado.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego atingirá os 11,1% no final do 1.º trimestre de 1986, isto é, a mais elevada de sempre.

Mais de meio milhão de portugueses activos estão lançados no desemprego. Fenómeno a que há que associar o do subemprego, o da redução da população activa e o das variadas e crescentes formas de emprego precário.

É naturalmente muito curto o tempo transcorrido para avaliar resultados e pouca é a informação estatística já disponível. Recusámos o nosso visto ao Programa do Governo, certos de que as concepções de que partia, no que se refere ao privilegiar o sector privado da economia e à confessada hostilidade ao sector empresarial do Estado, não deixariam de agravar os problemas económicos do País e a situação social dos Portugueses.

Podemos, porém, começar a concluir agora não apenas da inadequação dos resultados programáticos do Governo como da sua incapacidade em atingir os objectivos que a si próprio fixara.

Aplausos do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não se encontra ninguém inscrito para usar da palavra.

Pausa.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, visto não haver oradores inscritos para usar da palavra, creio que seria preferível fazermos agora o intervalo regimental, pois todos lucrariam com essa situação.

O Sr. Presidente: — Se não houver oposição da Câmara, creio que poderíamos interromper agora a sessão, tal como o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca sugeriu.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, sugiro que durante o intervalo da sessão nos sentemos em con-

ferência de representantes de grupos parlamentares para estudarmos o prosseguimento do debate e para evitar que se verifiquem situações como esta.

Tempos mortos não interessam a ninguém e se aproveitássemos esta meia hora de intervalo, creio que chegaríamos a acordo quanto ao prosseguimento dos trabalhos, de modo a que criássemos um conjunto mínimo de regras que evitassem estes tempos mortos.

O Sr. Presidente: — Certamente, Sr. Deputado.

Solicito a comparência dos representantes dos grupos parlamentares para uma reunião no gabinete do Sr. Presidente durante o intervalo da sessão.

Srs. Deputados, antes de interromper a sessão, vou anunciar os tempos disponíveis neste momento: o Governo dispõe de 37 minutos; o PSD de 33 minutos; o PS de 43 minutos; o PRD de 36 minutos; o PCP de 29 minutos; o CDS de 45 minutos, e o MDP/CDE de 27 minutos.

Está suspensa a sessão.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Após o intervalo, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados, vai ser lido um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados.

Foi lido. É o seguinte:

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em reunião realizada no dia 26 de Junho de 1986, pelas 17 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Manuel da Costa Andrade (círculo eleitoral de Coimbra) por Joaquim Maria Bernardes Barranca. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto dos Deputados), por um período não inferior a quinze dias, a partir do dia 26 de Junho corrente, inclusive.

Solicitada pelo Partido do Movimento Democrático Português:

Raul Fernandes de Moraes e Castro (círculo eleitoral do Porto) por João Manuel Caniço Seixa Neves. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85 (Estatuto dos Deputados), para os dias 30 de Junho corrente a 31 de Julho próximo, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das

respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Vice-Presidente, *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — Secretário, *Rui de Sá e Cunha* (PRD) — Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Daniel Abílio Ferreira Bastos* (PSD) — *João Domingos Fernandes Salgado* (PSD) — *Carlos Manuel Luís* (PS) — *Mário Manuel Cal Brandão* (PS) — *Defensor Oliveira Moura* (PRD) — *Vasco da Gama Fernandes* (PRD) — *Jorge Manuél Abreu de Lemos* (PCP) — *José Manuel Antunes Mendes* (PCP) — *João Cerveira Corregedor da Fonseca* (MDP/CDE).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o relatório e parecer que acabou de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do deputado independente Borges de Carvalho.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate sobre a moção de confiança.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No fundo, estamos aqui a apreciar duas moções: a moção de confiança apresentada, nos termos constitucionais, pelo Governo à Assembleia da República; a moção de desconfiança à Assembleia da República apresentada na TV, nos termos já habituais, pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Mais do que saber se tem a confiança do Parlamento, o Sr. Primeiro-Ministro pretendeu sobretudo dizer ao País que não tem confiança no Parlamento. Não se trata de uma embirração. Infelizmente tudo indica que se trata de uma convicção, uma convicção antiparlamentar do Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — O que sendo em si mesmo muito grave, é particularmente inquietante num país em que durante quase meio século se procurou inculcar no povo a ideia de que todos os males tinham a sua origem num pecado mortal chamado parlamentarismo. Não foi em vão que se fez essa deseducação cívica. Doze anos depois da restauração da democracia, ela encontra eco e voz na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, ou seja, no chefe de um órgão de soberania a quem, antes de mais nada, competiria fazer uma pedagogia cívica em prol das instituições democráticas, a começar, naturalmente, pelo Parlamento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não vamos censurar o Sr. Primeiro-Ministro pela circunstância de não estar ligado a nenhum momento fundamental da luta pela democracia. Tão-pouco o podemos condenar por não ter a vivência nem a memória do sofrimento e do sacrifício que custou em Portugal a reconquista da liberdade. Permitimo-nos, contudo, lembrar-lhe que para várias gerações de portugueses a política não foi um mero jogo de tudo ou nada, mas o cumprimento de um dever cívico, um risco de vida e de liberdade, um empenhamento vivido e sofrido por muitos até ao sacrifício supremo para que, entre outras coisas, em Portugal pudesse voltar a haver um Parlamento digno desse nome.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, se não é lícito criticá-lo por não possuir uma biografia de combatente da liberdade, não podemos, no entanto, perdoar-lhe a insensibilidade que tem revelado em relação a um problema que é histórico, cívico e moral: o problema da instituição parlamentar, da sua valorização, do seu prestígio e da sua defesa como condição do enraizamento definitivo em Portugal da própria democracia.

Estamos, pois, perante uma questão que não é apenas de conjuntura nem de circunstância. Uma questão que, antes de ser política e institucional, é uma questão cívica: ao chefiar uma campanha contra a Assembleia da República, ao procurar mobilizar a opinião pública contra o Parlamento...

Vozes do PSD: — É falso!

O Orador: — ...o Sr. Primeiro-Ministro está a fomentar o incivismo, a promover a deseducação política e a suscitar um sentimento de descrédito e de hostilidade em relação à própria democracia. Ora, isto não tem perdão.

Aplausos do PS e protestos do PSD.

O Orador: — Milhares de portugueses e de portuguesas lutaram durante anos em Portugal — muitos anos, senhores deputados — pelos valores da tolerância contra a intolerância institucionalizada, pelo diálogo e pela convivência contra o sectarismo e a intransigência, pela supremacia da persuasão contra a inferioridade da imposição, pelo espírito crítico contra o crês ou morres, pela superioridade moral de um sistema baseado no compromisso democrático e no caráter relativo e parcelar de cada verdade contra os absolutos míticos e autoritários do tudo ou nada.

Ora, eis que o Sr. Primeiro-Ministro quer reabilitar a intransigência como virtude, o ultimato como método, o tudo ou nada como princípio, o medo como estratégia política.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, dizemos-lhes não com serenidade, mas com a mesma firmeza com que o dissemos, antes e depois do 25 de Abril, a todos os comportamentos políticos que traziam consigo a marca da intolerância e a lógica do posso, quero e mando.

Não cedemos à estratégia do «ou eu ou o caos», nem aos condicionamentos que se pretendem impor aos partidos da oposição, com a alegação de que não há alternativas.

Vamos votar contra com a clara intenção política de contribuir para a queda do Governo. Se dependesse apenas de nós, o Governo cairia já.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por razões cívicas, antes de quaisquer outras. Pela nossa convicção de que a permanência do Governo é incompatível com o exercício de um magistério cívico indispensável à salvaguarda e à divulgação de valores essenciais da democracia.

O Sr. Deputado Magalhães Mota demonstrou já, de forma exemplar, a completa infundamentação das acusações feitas pelo Governo à Assembleia da República, bem como da confusão do Sr. Primeiro-Ministro acerca dos mecanismos constitucionais em que se baseia o relacionamento entre a Assembleia e o Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro tem dificuldade em aceitar que preside a um governo minoritário. Mas parece também não ter compreendido que a viabilização de um governo não significa a autodemissão do Parlamento, nem a obrigação, para os partidos que nele têm assento, de acatar o seu programa e aprovar as suas propostas de lei.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — São regras básicas de funcionamento da democracia que parecem escapar por completo aos Srs. Membros do Governo, como lhes escapa também o método seguido em todas as democracias do mundo pelos governos minoritários: a negociação, o compromisso, a busca de consensos.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Negócios são vocês!

O Orador: — O Governo prefere a derrota à simples ideia de negociação. Dir-se-ia até que o Sr. Primeiro-Ministro considera a noção do compromisso como uma espécie de perversão. Ora não há democracia sem compromissos. Os compromissos são sempre vitórias da democracia, não são derrotas de ninguém. É talvez por não pensar assim que o Sr. Primeiro-Ministro parece mais apostado em derrotar o Parlamento do que em conseguir os compromissos que representariam com certeza outras tantas vitórias para o seu Governo e para a própria democracia.

Outros senhores deputados, nomeadamente o meu camarada António Barreto, salientaram a incapacidade que o Governo tem demonstrado em aproveitar uma conjuntura interna e externa excepcionalmente favorável. As reformas estão por fazer, a confiança não se restabeleceu, os investimentos não se vêem. Em contrapartida, aumentou o desemprego e cresce a insegurança. Mantém-se o problema dos salários em atraso. Multiplicam-se os actos de compadrio e de falta de isenção em nomeações para a Administração, para o sector público e para a CEE.

Aplausos do PS e protestos do PSD.

O Orador: — Srs. Deputados, estejam calmos, pois V. Ex.^{as} não têm condições para nos impor processos disciplinares, para nos calarem e para nos censurarem. Nem o Salazar o conseguiu e não são os senhores que o vão agora conseguir. Podem estar descansados!

Aplausos do PS e do MDP/CDE.

Levantam-se dúvidas e interrogações sobre a moralidade de certas nomeações para cargos que deveriam estar acima de qualquer suspeita.

Incapaz de responder aos desafios e de resolver os problemas, o Governo preocupa-se em fazer a sua própria propaganda e em criar na opinião pública a ideia de que o Parlamento não o deixa governar. E não parece dar-se conta de que a ausência de investimentos não se deve à posição da Assembleia relativamente a certas leis, mas sim à instabilidade que o PSD e o seu líder tem ciclicamente provocado na vida portuguesa.

Vozes do PSD : — Não apoiado!

O Orador: — A intransigência, a crise, a política concebida como jogo e encenação são sempre geradoras de desconfiança, suspeição, instabilidade e medo. O governo do País deveria abster-se de imitar o estilo dramático do MRPP.

Mas se a incapacidade do Governo nos preocupa, se discordamos do seu Programa e dos seus objectivos, inspirados pelos mitos de um anarco-liberalismo ultra-conservador, a razão fundamental da nossa posição é ditada por um imperativo cívico.

Não é admissível que o Sr. Primeiro-Ministro continue a chefiar uma campanha contra a Assembleia da República. Não é tolerável que o Governo tenha uma estratégia baseada na chantagem e no medo.

É totalmente inaceitável que, por arrogância, vontade de poder ou mero egoísmo e cálculo partidário, se introduzam, a pouco e pouco, na vida política distorções e comportamentos que representam um risco para a própria democracia.

A comunicação televisiva do Primeiro-Ministro constituiu uma nova e grave distorção das regras básicas da democracia.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — A apresentação da moção de confiança, em vésperas do congresso do principal partido da oposição, não pode deixar de ser interpretada como quebra dos princípios da convivência democrática.

Protestos do PSD.

O Orador: — É, pelo menos, uma falta de atenção. O respeito pelo estatuto da oposição não se limita a um conjunto de actos rituais. É uma vivência, uma forma de sentir e de praticar a democracia.

Não ignoramos que o estilo do Sr. Primeiro-Ministro se inscreve numa certa tradição nacional. Para nós uma má tradição. O populismo pode até gerar popularidade. É quando se torna mais perigoso para a democracia. E é precisamente então que a resistência cívica e a pedagogia democrática são mais urgentes e necessárias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não estamos alarmados. Mas há sinais e sintomas que obrigam a reflectir e a reagir. O Sr. Primeiro-Ministro deveria saber que não nos assustam sondagens, nem crises fabricadas, nem ameaças de eleições antecipadas. Nunca nos preocupámos em saber se éramos minoria ou maioria quando tomámos, há muito tempo, com os riscos e custos conhecidos, o partido da luta pela democracia.

Se, porventura, conseguir passar, o Governo sairá deste debate moralmente ferido e politicamente mais fraco. E terá ficado mais claro para muitos que, por razões de cálculo pessoal e egoísmo partidário, o Primeiro-Ministro não hesita em provocar crises artificiais, através de um estilo e de uma prática que são os principais factores da instabilidade política.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Esta moção não impedirá o PS de fazer do seu congresso uma afirmação política. Dele sairá um PS renovado, unido, fiel a si próprio, sem pressa, mas preparado para construir e ser alternativa.

Hoje, como sempre, o PS não se demite das suas responsabilidades cívicas e democráticas.

O nosso voto contra a moção de confiança é um voto contra o medo, contra a conivência, contra o servilismo.

Um voto contra o espírito de demissão e de abdicação.

É um voto contra o maniqueísmo, a intransigência, a chantagem do tudo ou nada.

É um não e é um sim. Um não ao incivismo, ao populismo, à demagogia, à instabilidade como ameaça e como método.

Um sim à construção da estabilidade baseada na convivência, no diálogo e na existência de alternativas.

É um voto de defesa e de prestígio do Parlamento, um acto de pedagogia cívica, um voto pela democracia.

Aplausos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Manuel Alegre, ninguém no país deixará de reconhecer os méritos de poeta de V. Ex.^a

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Poeta que vive do misto do real e do imaginário; que vive do misto da terra e da utopia; que vive uma parte do que é e daquilo que cria como fantasma.

O que V. Ex.^a fez hoje nesta Câmara no âmbito político foi trazer à colação os seus fantasmas. O que V. Ex.^a fez hoje foi posicionar o deputado Manuel Alegre em 1986 em Portugal, mas o deputado Manuel Alegre continua a viver há dez ou quinze anos atrás.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quiçá em Argel ou em Portugal, mas não no Portugal de hoje!

Aplausos do PSD.

Quem fala é o deputado que não aceitou a derrota popular que o povo português lhe impôs há alguns meses...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... é o deputado que não percebeu que a maneira de conduzir a política em Portugal não é a retórica dilettante e fantasmagórica, mas, sim, o sentido do concreto, da prática, do real e da resolução de problemas...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E quando ele e os seus fantasmas levantam as questões do «tudo ou nada», «posso, quero e mando» e cita Salazar..., Sr. Deputado, V. Ex.^a vive com os seus fantasmas, mas eles morreram há alguns anos, para bem de Portugal. Eles morreram há alguns anos no nosso inconsciente colectivo porque o caminho de Portugal é outro; o caminho de Portugal não é o da chantagem do medo, mas, sim, o da responsabilidade. E não é a falsa dicotomia, não é a falsa opção que o Sr. Deputado aqui coloca entre a chantagem e a tolerância, mas, sim, destriña entre a indefinição e a clareza de regras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portugal precisa de ser governado, mas não na indefinição e abolição de regras. O que o Sr. Deputado quer em Portugal é a perpetuação da indefinição, é a perpetuação da ingovernabilidade do próprio país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E foi perante isso que o povo votou contra si; foi por isso que o povo deu confiança ao Prof. Cavaco Silva.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Tanto deu que se viu o que aconteceu ao Freitas do Amaral.

O Orador: — E o medo existe, sim! O medo existe, quando faz um discurso como o que fez agora. E o Sr. Deputado não fez outro discurso não porque não saiba, mas, sim, porque está condicionado perante si próprio e perante o seu próprio medo. Sr. Deputado Manuel Alegre, o grande inimigo de V. Ex.^a não é este governo nem o Sr. Primeiro-Ministro; são os seus fantasmas, os seus medos!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, V. Ex.^a sabe como eu estimo a sua competência em matéria militar. Porém, desculpar-me-á que lhe diga que não tem condições culturais para falar, nomeadamente, da relação entre a poesia e o real porque senão não tinha dito a barbaridade anticultural que disse.

Risos do PSD.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Presunção e águas benta...!

O Orador: — Sr. Deputado, eu não vivo com os meus fantasmas, mas não tenho culpa de ter um governo com um Primeiro-Ministro com um estilo e uma prática que, de facto, reavivam certos fantasmas. O pior arcaísmo que temos hoje em Portugal é o estilo do seu líder, é o estilo do Sr. Primeiro-Ministro deste governo.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — E um arcaísmo pode puxar por fantasmas, pode puxar por determinadas actuações políticas. Mas agora, Sr. Deputado, há uma coisa que precisa ficar clara: eu não estou condicionado pelos meus fantasmas. Simplesmente, nem eu nem o PS nos deixamos condicionar pelo método e pelas tentativas de imposição, de chantagem, de estratégia do medo, do «tudo ou nada» — que sublinhei no meu discurso — que é constante da prática política deste governo e do seu Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Não nos deixamos condicionar, não nos deixamos amordaçar e não nos calaremos, porque os senhores não têm meios, não têm métodos e, como é prática no interior do vosso partido, fazem processos disciplinares e calam as vozes dos deputados de outros partidos, sejam eles quais forem!

Protestos do PSD.

Portanto, não nos deixamos condicionar, não nos deixamos intimidar e não nos deixamos impressionar!

Sr. Deputado, esta questão é cultural. De facto, o vosso estilo inscreve-se numa má tradição, o vosso estilo suscita o medo, a subserviência e, neste momento, o nosso voto é uma resistência ao medo e um «não» contra a subserviência porque o medo e a subserviência esse tipo de prática política — a experiência histórica e a memória cultural assim o demonstram — são nocivos à democracia, são riscos reais e não fantasmas, senhores deputados, para a democracia portuguesa.

Não sou eu quem vive com fantasmas, mas, sim, o Sr. Primeiro-Ministro, que ainda não enterrou os fantasmas que é preciso enterrar definitivamente em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra ao abrigo regimental do direito de defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Manuel Alegre, quem quer amordaçar, calar ou amedrontar o Partido Socialista?

O PS é livre e — V. Ex.^a expressou-o — vai votar contra a moção de confiança. Está, pois, no seu direito. Ninguém colocou o problema nesses termos. Por que é que V. Ex.^a fala em amedrontar, calar, amordaçar? Mas quem é que pediu ou exigiu isso ao PS?

Pedi-se à Câmara a clarificação de posições em relação ao mandato concedido há alguns meses atrás e que agora se procura reconfirmar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quem procura calar quem, Sr. Deputado Manuel Alegre? Quem fala do medo?

Sr. Deputado, perdoe-me a falta de cultura que tenho — tenho-a seguramente — e a falta de perspectiva cultural global que todos nós teremos nesta bancada — é verdade! No entanto, Sr. Deputado, com esta falta de preparação cultural toda e com a sua superioridade cultural manifesta, nós adequamos o nosso discurso e a prática cultural ao país que somos...

Risos do PSD.

...mas, pelos vistos, V. Ex.^a, com tanta superioridade, ainda não o conseguiu fazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Deputado Ângelo Correia, V. Ex.^a praticamente já respondeu às questões que levantou e sublinhou a traço grosso o que eu disse. De facto, um partido político democrático tem obrigação de fazer uma pedagogia cívica e não de colar-se ao mau lado do País e da realidade, que tem a obrigação de transformar. Um partido político democrático tem obrigação de semear democracia, de suscitar comportamentos cívicos, de suscitar convivência democrática. É essa a crítica principal que lhe faço, Sr. Deputado. É que o PSD cola-se a uma má tradição nacional.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sem dúvida!

O Orador: — Cola-se, de facto, a um lado negativo do País e até do nosso povo. E a obrigação de um partido político democrático é a de fazer pedagogia.

A Sr. Amélia de Azevedo (PSD): — Lá está ele a falar mal do povo!

O Orador: — Resta-me dizer, Sr. Deputado, que o PS nunca teve medo do sufrágio popular. Estamos habituados a ganhar e a perder...

Risos do PSD.

...mas o País deu-vos uma confiança medida em percentagem eleitoral: não vos deu 100%, não vos deu maioria absoluta, deu-vos cerca de 30% e esse é que é o vosso problema. Há aqui uma questão política que também sublinho: o Sr. Primeiro-Ministro, ao apresentar esta moção de confiança parece que tem necessidade de um apoio parlamentar reforçado. Não lhe chega aquele que até agora tem existido.

Assim, pergunto: se, porventura, esta moção passar com apoio semelhante àquele que se verificou aquando da viabilização do Governo, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro deve fazer, no entender do Sr. Deputado?

Vozes do PS: — Muito bem!

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Presidente Fernando do Amaral.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para usar o direito de defesa, mais do que como deputado, como cidadão português.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos do PSD.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Espantam-se deste meu desejo, Srs. Deputados do PSD? Pelo meu lado devo dizer-lhes que já não conseguem espantar-me com as vossas atitudes.

É que o Sr. Deputado Ângelo Correia, para justificar as críticas — que não vou discutir se eram fundadas ou não —, feitas pelo meu camarada Manuel Alegre, teve esta resposta espantosa: diz que o PSD adequa o seu discurso ao nível do povo português.

Agora comprehendo — mas não comungo — por que é que o povo português deu a maioria relativa ao PSD. O Sr. Deputado ao colocar o povo português a esse nível também terá compreendido. Não faço essa ofensa ao povo português e não podia deixar passar em claro essa justificação sobre o nível do discurso proferido pelo Sr. Deputado Ângelo Correia, quando disse que se limitou a adequá-lo ao nível do povo português.

O Sr. Presidente: — Para usar o direito de resposta, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, julgo que V. Ex.^a não ouviu exactamente o que eu disse. Eu não disse que o PSD adequa o seu discurso ao povo português. E, Sr. Deputado Lopes Cardoso, é por isso que o PSD tem 30% e a UEDS, que V. Ex.^a liderou, teve que se dissolver para entrar no PS.

Aplausos e risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Seiça Neves.

O Sr. Seiça Neves (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo trouxe a esta Câmara uma moção de confiança. No decurso do debate foi o Governo questionado pelos diversos grupos parlamentares, que colocaram aos titulares das várias pastas diversas questões, cuja resposta interessa ao povo português.

É para isso que aqui estamos e pensámos que fosse para isso que o Governo cá estaria. Mas as diversas questões foram sendo colocadas e era como se falássemos para estátuas de bronze, pois o Governo fez-se surdo em relação aos problemas aqui levantados.

Disse ainda o Sr. Primeiro-Ministro que não poderia responder a tudo, mas prometeu solenemente que no decurso do debate os Ministros dos respectivos sectores aqui viriam intervir. E agora que o debate se aproxima da curva final importa perguntar o que o Governo disse aqui sobre questões colocadas quanto à Justiça, quanto à Saúde, quanto à Agricultura e Pescas, pois as questões que mobilizam o povo português e da resposta dada pelo Governo depende o bem-estar do povo.

No domínio da agricultura foi aqui denunciada a política governamental. A agricultura está a envelhecer ano a ano, com um parque humano cada vez mais trôpego, mais velho, e com um nível de rentabilização perfeitamente ridículo. Disse-se, por exemplo, que das cerca de 950 000 explorações agrícolas que existem em Portugal apenas 50 000 estão preparadas para responder ao desafio da CEE. Importava que o Governo esclarecesse que medidas pensa tomar para que sejam mobilizadas as outras 900 000 explorações. Mas o Governo mantém-se silencioso.

Por outro lado, quanto à regionalização, o que é que se tem feito, Srs. Membros do Governo? É uma falsa regionalização, apenas preocupada com as acções mais fáceis e mais espectaculares, que demagogicamente se arvora em defensora da extensão rural.

Exemplo recente desta demagogia barata é a propaganda feita nos órgãos de comunicação social estatizados para que os agricultores se informem nos serviços regionais acerca das medidas tomadas, quando rigorosamente sobre o assunto nenhuma legislação saiu. Vão os agricultores às respectivas direcções-regionais perguntar aos Srs. Directores onde estão e o que é que fazem tais direcções, mas não há legislação absolutamente nenhuma sobre isso.

Finalmente, Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, que incentivos foram dados aos jovens para que ingressem na agricultura? Na legislação que VV. Ex.^{as} prometeram era expresso que iriam ser dados incentivos de carácter económico ao ingresso de jovens na agricultura. O que se fez, Sr. Ministro?

Vozes do MDP/CDE: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Campos.

O Sr. Paulo Campos (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo tem vindo a demonstrar que dá muito mais valor aos efeitos imediatos que consegue provocar na opinião do eleitorado do que aos resultados da sua prática governativa.

Acredita o Governo que, em política, o que parece é, mas engana-se porque não se consegue iludir sistematicamente e indefinidamente a capacidade de apreciação que o eleitorado tem e deve ter.

Globalmente e sector a sector verifica-se — qualquer um de nós o sabe — que é tão mais favorável a opinião que um cidadão tem deste governo quanto maior é o afastamento e a ignorância que tem sobre a área em relação à qual julga a actividade governativa.

E o contrário também se verifica. Quanto melhor se conhece um sector mais negativo é o juízo sobre a acção governativa com ele relacionada.

Apenas como exemplo a agricultura: tem o Governo desenvolvido nesta área e nas suas próprias palavras uma grande parte do esforço de trabalho na vertente comunitária.

Com que resultados? Tabelas, acordos, variada legislação? Mas com que resultados práticos?

Pergunte-se aos agricultores e às suas organizações e obter-se-á resposta esclarecedora: efeitos reais não se sentem.

O Governo concebeu e começou a aplicar uma política agrícola de fundo com linhas estratégicas claras? Não se deu por isso.

Que medidas foram tomadas para adequar a pesada máquina do Ministério às novas exigências e às velhas necessidades não satisfeitas? Se existem, são absolutamente secretas.

Que explicação é dada aos jovens que aguardam ansiosamente a sua instalação como jovens agricultores e que, por atrasos inexplicáveis, não puderam ainda usufruir de apoios comunitários que já podiam estar em vigor?

Do PAPE, programa de acções prioritárias de carácter sócio-estrutural, concebido para um apoio excepcional na fase de pré-adesão e cujo horizonte temporal deveria terminar no final do ano em curso, ainda alguns dos projectos estão por aprovar em Bruxelas.

O PADAR só agora, lentamente, parece arrancar para a sua implementação.

Do PEDAP para o ano em curso nada se sabe quanto ao arranque de qualquer projecto.

A falta de informação entre os agricultores e os técnicos do próprio Ministério é praticamente total.

O Ministério tem ido apenas a reboque de Bruxelas. Parece não ter vontade própria.

E, no entanto, com habilidade o Governo tem conseguido esconder este caos da opinião pública não directamente ligada à agricultura, mas cada vez será mais difícil manter um cenário de ilusões.

Já decorreram sete meses o que nos faz temer que cada vez se caminhe mais depressa para o dia em que será preciso dizer basta.

No entanto ainda só decorreram sete meses, o que dificulta, ou mesmo impede, que o eleitorado conheça na sua verdadeira dimensão como é, de facto, este governo nas suas insuficiências, nas suas incapacidades, nas suas mistificações e nas suas demagogias.

Será pela análise ponderada, bem reflectida, destas duas vertentes do mesmo fenómeno político, que se contrapõem, que decidiremos qual o sentido do nosso voto em defesa do superior interesse nacional e da consolidação da democracia.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O tempo político e o tempo económico não têm o mesmo ritmo e, por isso, só por acaso as suas fases são coincidentes. Há crises políticas que não têm as suas causas em razões económicas e, naturalmente, em muitos problemas económicos, a componente política é pequena ou até inexistente. No caso do voto de confiança que estamos aqui a discutir no Parlamento, como bem explicou ontem o Sr. Primeiro-Ministro, o motivo determinante e próximo, o que está em jogo, é a posição da Assembleia perante a realização do Programa do Governo na sua globalidade e as iniciativas legislativas daí decorrentes, e não a apreciação sectorial da política económica, para cujo juízo sereno *ex post* ainda não transcorreu tempo suficiente.

A autonomia do económico é, contudo, relativa. Em macroeconomia, é sabido que o factor da estabilidade política constitui uma condicionante envolvente fundamental. A curta duração dos governos e a inevitável instabilidade que acarretam alterações governativas e eleições antecipadas interferem nas políticas económicas de modo decisivo, amputando orientações e planos

que se deveriam desenvolver em vários estádios e por vários anos. A sua cessação brusca impede também que possa avaliar-se da bondade intrínseca dessas mesmas políticas. Em Portugal, após as cegueiras colectivizantes do 11 de Março, estabilizada a democracia, temos tido, infelizmente, vários exemplos de programas económicos coerentes, que careciam de tempo para se desenvolverem e se poder julgar dos seus méritos, e que foram subitamente interrompidos por crises políticas. Ficou-se assim por saber a nota que deveríamos atribuir aos seus principais responsáveis, criaram-se alguns mitos ou alguns bodes expiatórios, consoante as opiniões, e, sobretudo, o País e os Portugueses sofreram com isso.

Dizendo as coisas de outro modo: em matéria económica é preciso dar tempo ao tempo para permitir que os governos mostrem o que valem.

As considerações expendidas aplicam-se de pleno ao caso presente. Seria mau para a economia nacional que esta experiência governativa fosse agora interrompida. O Governo deve durar uma legislatura e, então, o eleitorado decidirá, por forma definitiva, como apreciou a sua política. Uma interrupção só se justificaria se a acção do Governo evidenciasse aspectos negativos que pudessem comprometer o futuro. Esse não é, manifestamente, o caso. Longe disso, a estratégia de progresso controlado proposta pelo Governo no seu programa de Novembro de 1985 e reafirmada nas grandes opções do Plano e no Orçamento, aprovados nesta Assembleia em 3 de Abril do ano corrente, merecem o nosso apoio. Estes dois últimos actos foram aprovados pela Assembleia — note-se — há apenas três meses.

O desenvolvimento controlado que o Governo se propõe não é uma política de gestão conjuntural. Para ser conseguido requer alterações estruturais profundas. O crescimento da poupança, do investimento e da produção implicarão o aumento do emprego e a eliminação dos constrangimentos provocados pelos desequilíbrios da balança de pagamentos, pela dívida externa, e pela inflação.

O Governo propôs-se alcançar estas metas, num período de quatro anos, por etapas sucessivas. E procurou justificá-las. A rápida e favorável evolução da envolvente externa, com a depreciação acentuada do dólar e com a queda espectacular do preço do petróleo obrigam, porém, inevitavelmente à revisão das projeções e dos cenários que foram apresentados. Acusar o Governo de mudar as suas estimativas não nos parece sério. Grave seria se o Governo fosse insensível à mudança de ambiente internacional onde se move uma economia tão aberta e tão dependente como é a nossa.

Em qualquer circunstância, face aos dados escassos de que dispomos, vários objectivos da política económica para 1986 parecem atingidos e até já consideravelmente ultrapassados. Assim, a inflação deverá quedar-se pelos 12% e não atingir os 14% inicialmente previstos. A balança de transacções correntes, onde mais directa e imediatamente se faz sentir a variação do dólar e a queda do preço das ramas petrolíferas, deverá registar um *superavit* entre 700 e 900 milhões de dólares. A taxa de cobertura das nossas importações pelas exportações rondará os 80% ou talvez mais, e o valor destas últimas, em dólares, aumentará ligeiramente apesar da suspensão do *crawling peg* por largo período. Penso também ser razoável admitir que a dívida externa seja reduzida de cerca de 1 bilião de dólares. O crescimento do PIB atingirá os 4%, esti-

mados nas GOPs, e o poder de compra dos Portugueses já registou um aumento sensível. São resultados extremamente significativos.

A evolução até ao presente de outros índices não permite extrapolações seguras ou tão favoráveis. O investimento privado tem continuado a manifestar certo retraimento. Mas deve sublinhar-se que o clima de confiança necessário às decisões dos empresários só pode existir se eles não possuírem dúvidas sobre a proximidade de crises políticas e se determinados mitos como o da legislação laboral forem resolvidos. O emprego ressentido-se da lentidão com que o investimento tem reagido aos estímulos introduzidos. Na sua intervenção, o Sr. Ministro das Finanças, com os dados de que dispõe, referiu que as expectativas do 2.º semestre são francamente animadoras em matéria de investimento e de emprego.

Noutros domínios como no da execução orçamental, medeia ainda um curto espaço desde a sua aprovação e carecemos de elementos para nos podermos pronunciar com um mínimo de segurança, embora certos indicadores levem a crer que, o défice venha a ser menor do que o previsto, por incremento de receitas fiscais e diminuição das despesas, designadamente do investimento público. Podemos, em resumo, dizer que a política conjuntural do Governo merece nota claramente positiva. Quanto às alterações estruturais, o juízo global, para ser sério, deverá fazer-se necessariamente mais tarde. Mas uma coisa é certa: se as medidas de alteração estrutural, no ponto em que exigem o concurso da Assembleia da República não vierem a ser tomadas porque a maioria se lhes opõe — estou a falar, naturalmente, de uma rejeição na generalidade e não de ajustamentos de detalhe — então não poderão ser imputadas ao Governo as consequências negativas de se não terem adoptado as medidas necessárias. Até aqui, a vontade política manifestada e as medidas preparatórias e as propostas já avançadas pelo Ministério das Finanças são de molde a podermos acreditar que a política prometida no Programa do Governo pode ser concretizada com êxito.

Tudo agora depende de esta experiência não ser interrompida pela derrota desta moção de confiança. Faço sinceros votos para que o bom senso político impere e o Governo possa prosseguir na sua actividade. Creio que, neste momento, é esta a forma de melhor servir o interesse nacional.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para formular pedidos de esclarecimento, os Srs. Deputados Cavaleiro Brandão e José Magalhães.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão:

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Deputado Rui Machete, é sempre particularmente agradável ouvir um discurso provindo da sua bancada, com o tom de argúcia, inteligência e cuidado que V. Ex.^a habitualmente usa nas intervenções que aqui produz.

Gostava, em todo o caso, de lhe endereçar algumas questões concretas.

Durante esta manhã, depois da intervenção do Sr. Deputado Ângelo Correia, abriu-se aqui uma questão que julgo importante e que é a de saber qual vai ser o comportamento deste Parlamento — e o Sr. Deputado Ângelo Correia parecia muito preocupado a esse respeito — no caso de, eventualmente, vir a ser

viabilizada a moção de confiança apresentada pelo Governo. Isto é: levantou-se a questão de saber se, no dia seguinte, os partidos que, porventura, se não comprometessem activamente nessa inviabilização estavam adstritos a, em todas as circunstâncias e momentos, permanecer ligados e a verificar essa espécie de compromisso.

Julgo que, sob uma formulação mais subtil — penso também que mais flexível e mais inteligente —, V. Ex.^a veio aqui utilizar outra fórmula e outra expressão, para mim com um significado político diferente, e que eu gostava que me confirmasse. Falou V. Ex.^a em viabilização, isto é, em viabilização da implementação, na generalidade, do programa do Governo e utilizou as expressões «generalidade» e «globalidade» para essa implementação. Gostaria que, face à questão que hoje se suscitou e que agora rememorei, me esclarecesse se é este o sentido e se há alguma inflexão no discurso do seu partido.

Noutro plano, Sr. Deputado Rui Machete, V. Ex.^a referiu aqui que, dado o facto de algumas experiências terem sido interrompidas prematuramente, se criaram alguns mitos e alguns «bodes espiatórios». Parece-me oportuno, Sr. Deputado, que exemplifique, personificando, alguns desses mitos pessoais que remanesceram de algumas experiências governativas prematuramente interrompidas.

Finalmente, e colocando a palavra mito noutro plano completamente diferente, V. Ex.^a referiu-se à questão da legislação laboral como um mito que urge resolver. V. Ex.^a não pode ignorar que foi a partir de uma experiência concreta, é próxima que este governo entendeu que se justificava vir aqui abrir questão do voto de confiança. Julgo que seria importante para nós — que, aliás, sempre desenvolvemos aqui um discurso no sentido da desmistificação da importância da revisão da legislação laboral, sem prejuízo de a considerarmos relevante — que, em todo o caso, nos desse, em termos mais precisos e rigorosos, o sentido dessa ideia de que a revisão da legislação laboral é um mito e de quais as consequências dessa mitificação no plano próximo desta iniciativa de apresentação da moção de confiança.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Deputado Rui Machete, por uma vez, quase concordaria com o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão, pois aquilo que realmente V. Ex.^a aqui fez foi um discurso mavioso. Foi como que uma espécie de «PSD lights», em contraste com aquele PSD cheio de nicotina que nós ouvimos na televisão no início desta semana: agreste, brutal, ultimatico, etc.

E aquilo que o Sr. Deputado Rui Machete nos veio dizer é comovente! Não interrompam o Governo, por favor — lembra aquela canção *Não Sejas Mau pra Mim...*

Risos.

... pede-nos V. Ex.^a Isto percebe-se dada a situação um bocado atoleirada — no sentido de atoleiro — a que o Sr. Primeiro-Ministro conduziu o seu partido e o seu governo.

O que lhe pergunto, Sr. Deputado, é o seguinte: como é que nós podemos cumprir o pedido de não sermos maus para o PSD, quando o PSD é tão mau para

nós? Isto no sentido exacto de nos apresentar não só uma política que é criticável, como até concepções que são profundamente distantes, para não dizer opostas, das da Constituição.

O Sr. Deputado é constitucionalista — suponho que não é um dos «conceituados» constitucionalistas a que o Sr. Primeiro-Ministro recorre... Aliás, talvez ele não dissesse coisas tão «sobressaltantes», como as que por vezes lhe põem na boca, se V. Ex.^a fosse ouvido, mas essa é uma questão interna do seu partido e eu não vou entrar nela —, todavia, pergunto-lhe como é que nós podemos ser bons para o PSD se o PSD nos propõe uma concepção inconstitucional do Programa do Governo, que entende como uma espécie de supra-Constituição que não só limita o Governo — o que está muito bem — como também limita a Assembleia — o que já não está nada bem nem é aceitável — e tolha o livre exercício dos seus direitos.

Gostava que V. Ex.^a, por uma vez, contribuisse utilmente para esclarecer os «conceituados» constitucionalista do seu partido e, porventura, o Sr. Primeiro-Ministro sobre a natureza do Programa do Governo e o porquê de não podermos aceitar o entendimento que o Sr. Primeiro-Ministro nos trouxe — com laivos de antidemocracia, aliás.

Um segundo aspecto é o seguinte: V. Ex.^a foi um pouco mais pudico que o Sr. Deputado Ângelo Correia esta manhã, e peço-lhe que se desnude completamente, isto é, que retire alguns véus para que nós possamos ver, em toda a sua esplêndida carnação, a posição do PSD.

Risos.

Quais saídas para a actual situação em que o PSD está colocado? Há uma saída: o Sr. Primeiro-Ministro levanta-se daquela bancada, dirige-se ao Sr. Presidente e anuncia que retira a moção de confiança — poupa, assim, uma dor de cabeça que o vem perturbando desde a manhã. Há ainda outra solução: o PSD procura, busca e consegue acordos de viabilização — como uma empresa em situação económica difícil.

Risos do PCP.

O Governo em situação difícil busca um acordo de viabilização.

Risos do PCP.

A questão é saber com quem. E os corredores desta Assembleia testemunharão abundantemente que esta questão «do quem» é uma questão que está no *top ten*, é uma questão aguda.

Risos do PCP.

Será com o CDS? O CDS preocupa-se e denuncia-o! Mas... a que preço?

Será com algum ou com alguns partidos da oposição? Mas quais? Quais é que estão dispostos a arrastar com essas implicações?

Ou será com todos ao mesmo tempo, em linhas cruzadas — uns numa sala e outros noutra?

Isto seduz algumas mentes!

Contudo, a questão que lhe coloco é a seguinte: o Sr. Deputado é membro e dirigente do PSD e foi ao Congresso do Coliseu. O Congresso do Coliseu, que discutiu acesamente se o PSD podia fazer negócios des-

tes, concluiu, ao que parecer, com base numa moção do Sr. Primeiro-Ministro, que não o pode fazer. O PSD está sozinho e tem de o estar até à maioria absoluta ou até à queda final. Esta é a estratégia *kamikaze* que está aprovada.

Assim sendo, pergunto-lhe o seguinte: o PSD tenta fazer, daqui a pouco, um congresso extraordinário para alterar a sua estratégia...

Vozes do PSD:

— Isso é o que vocês fazem!

O Orador: — ... ou altera-a — e não conheço os vossos estatutos — porque a Comissão Política Nacional pode alterar e derrogar livremente as decisões do Congresso em matéria de estratégia?

Em qualquer caso, Sr. Deputado, esta interrogação é bastante interessante e vai ocupar-nos até ao jantar.

Deixo-lhe apenas outra questão: será que alguém explicou ao Sr. Primeiro-Ministro que uma moção de confiança pode ser aprovada ou rejeitada por maioria simples, ou será que o convenceram de que era necessária uma maioria absoluta?

Vozes do PCP:

— Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — O Sr. Deputado Cavaleiro Brandão começou por fazer uma referência ao meu estilo. Bom, cada um tem o estilo que é próprio da sua personalidade. As pessoas não são mais ou menos afirmativas pelo facto de gritarem de uma maneira mais ou menos enérgica mas pela maneira como se comportam globalmente, e esta é a minha forma de me comportar.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Estamos de acordo.

O Orador: — Tenho uma visão um pouco céptica e irónica perante a forma como outros políticos se comportam neste hemiciclo.

O primeiro problema que me colocou consiste em saber o que significa, na globalidade das propostas do Governo, a rejeição deste ou daquele aspecto de detaile. A razão é muito simples: há um Programa do Governo, que, para ser concretizado, precisa de algumas medidas legislativas fundamentais — de resto, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua exposição, foi a esse respeito particularmente claro —, houve algumas medidas que foram propostas e foram rejeitadas ou analisadas de uma maneira tal que foram desvirtuadas e desfiguradas. Penso que é evidente que nenhum governo pode, em democracia, considerar inaceitável que haja propostas suas que tenham algumas modificações, mas é necessário que a fisionomia fundamental, essa, não seja alterada, porque senão diz-se que, nominalmente, a proposta foi aprovada, mas é outra a que foi aprovada.

Portanto, a filosofia que enforma esta atitude do Governo parece-me correcta: é a de um governo minoritário, que sabe que ao ser minoritário está perante a contingência de ver as suas propostas derrotadas, mas que tem o direito, se assim o entender, e se a partir de um determinado momento todo o seu projecto for posto em causa, de dizer «não, nós não aceitamos». Ser um governo minoritário não significa que seja um

governo submisso, atento e venerador. Não deve ser. Resta-lhe, naturalmente, pôr as coisas de uma maneira clara, o que, segundo penso, foi o que o Governo fez.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A ideia — repito — é apenas esta, a de achar que, dentro do diálogo normal entre o Governo e a Câmara, onde há uma maioria da oposição, há muitas coisas que são negociáveis, mas há coisas que são essenciais. É importante não confundirmos o que é essencial com o que é acidental.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A matéria de legislação laboral, disse — e repito — que considero que foi uma questão mitificada, na medida em que os agentes económicos, e de uma maneira muito particular os empresários interiorizaram nas suas concepções determinada forma de ver a legislação laboral que, inclusivamente, amplificou os efeitos negativos que ela poderia ter.

São factos. Poderemos pensar que talvez fosse possível, com modificações menores aqui ou além, conseguir os mesmos resultados, mas a verdade é que não é essa a apreciação que as pessoas têm.

Foi a propósito do problema do investimento e do facto de não ter tido, até agora, o desenvolvimento esperado — e o Sr. Ministro das Finanças, na sua intervenção, a que não assisti mas que me foi referida, salientou haver expectativas fundamentais para um desenvolvimento muito mais positivo no 2.º semestre —, que disse que ele é um dos responsáveis e a não alteração da legislação laboral é também uma das responsáveis por essa relativa queda ou não desenvolvimento do investimento.

Penso que esse é um ponto muito importante, embora para mim — devo dizê-lo — não é tão fundamental assim, a não ser pelo significado político que teve num determinado contexto. Não é tão fundamental saber se é uma autorização legislativa ou se é uma proposta de lei, o que vai dar azo a uma legislação final que venha a ser aprovada. O que é essencial é que a legislação venha a ser aprovada — se não for, o Governo deverá daí retirar as necessárias consequências.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Interrompo-o só para lhe fazer uma pergunta curta: reconhecendo que há mitificação, que há exacerbação artifiosa no que toca ao significado dessa legislação e verificando-se que o Governo, em vez de optar pela tal pedagogia, optou por assumir ele próprio a maximização da importância dessa situação, é também este mais um caso da tal colagem ao sentimento do eleitorado em vez do desenvolvimento dessa pedagogia?

O Orador: — Não, Sr. Deputado Cavaleiro Brandão, não foi isso que eu disse. O que eu disse foi que, do ponto de vista sociológico e económico, aquilo que as pessoas pensam passa a ser uma realidade que tem de ser tomada em consideração.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E aquilo que os agentes económicos pensam efectivamente não é porventura aquilo que noutra leitura teria resultado da legislação laboral, mas aquilo que eles hoje sentem é que os motiva a investir ou a não investir. Foi isso que eu disse, e se o Governo não tomasse em consideração esse facto seria irrealista. E um dos requisitos principais para governar bem é de ter em conta a realidade total, a qual também passa pela mentalidade das pessoas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado José Magalhães, que com o seu verbo ágil teceu variadíssimas considerações, penso que, no fundo, no fundo; não há muito para responder, visto que o mais são interpretações puramente subjectivas e explanações constitucionais ou pseudoconstitucionais.

Em suma, é evidente — já foi suficientemente explicado, e é apenas uma redundância o que vou dizer — que o Governo teve um objectivo político fundamental ao apresentar esta moção de confiança. Como é que os partidos vão reagir depois? Isso será o que iremos ver. Cada um tem a sua moral e, naturalmente, depois, o eleitorado julgará em função do comportamento que eles tiverem.

Penso que não houve equívoco, que a leitura dos preceitos constitucionais é obviamente clara para qualquer ser medianamente inteligente, e julgo que V. Ex.^a fará justiça ao Governo para pensar que, pelo menos, medianamente inteligente é.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Não se sabe.

O Orador: — Nestas circunstâncias, não vejo grande razão para estar a explanar aqui coisas que são óbvias, sãs e corriqueiras.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Magalhães (PCP): — E o congresso do Coliseu?

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação (Álvaro Barreto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para mim gratificante verificar que nas diversas intervenções feitas nesta Câmara o problema agrícola mereceu a atenção de muitos dos Srs. Deputados. E, se houve algumas intervenções que percebi — pelo menos percebi o seu teor — outras houve que, francamente, me custou a compreender. Estou a referir-me a alguns dos Srs. Deputados que, fazendo parte da Comissão de Agricultura e Mar, têm vindo a ter comigo um diálogo periódico, regular, durante o qual tenho vindo a informar e, inclusive, a fornecer todos os elementos escritos explicativos da actuação do Governo Português no sector da agricultura.

Penso que é muito importante começar por ler a VV. Ex.^{as} uma afirmação do Sr. Vice-Presidente Andreeson, responsável pelo sector agrícola da Comu-

nidade, feita há cerca de dez dias aos órgãos de comunicação social portugueses, após a visita oficial que efectuou a Portugal. Diz o seguinte:

É notável o trabalho realizado em tão curto espaço de tempo pelo Governo Português para a adaptação da legislação agrícola comunitária à realidade portuguesa, e o esforço feito compara muito favoravelmente o caso português com outros casos de alargamento da Comunidade.

Isto foi dito pelo Sr. Vice-Presidente Andreeson, responsável máximo pela agricultura comunitária, pessoa que sabe e conhece, em pormenor, o que tem sido a intervenção e a actuação do Governo Português.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Lá terá as suas razões!

O Orador: — É preciso estarmos conscientes de que qualquer país que adira à CEE assume imediatamente o compromisso de adoptar, no seu próprio país, o chamado *acquis* comunitário, ou seja, ao assinar o Tratado de Adesão, Portugal assumiu o compromisso de aplicar a política agrícola comum. Existe uma política agrícola definida ao nível da Europa e é a implementação dessa política em Portugal que constituirá, no fundo, a verdadeira base da política agrícola portuguesa. Foi para isso que foi negociado um período de transição de dez anos, para que essa adaptação se pudesse fazer de uma maneira harmoniosa.

E nesse aspecto é preciso também saber como funciona o processo de decisão comunitário, qual é a regra comunitária, na medida em que, como sabem, uma vez que um país é membro da Comunidade deixa de ter capacidade para, autonomamente, no caso da agricultura, poder implementar as medidas ou fazer as adaptações da legislação comunitária. Toda essa adaptação tem de ser feita em negociação com a Comunidade, negociação que passa por diversos estádios, por diversos níveis de comissão de gestão e, nesse sentido, é um processo moroso, demorado.

O Governo Português, nos primeiros seis meses, tem vindo a concentrar-se nessa actuação. Começou por negociar com a Comunidade os termos do chamado PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) — já aqui, na Assembleia, expliquei que é um plano de ajuda ao investimento básico da agricultura portuguesa, às infra-estruturas básicas, à construção de regadios, à electrificação rural, à construção de estradas — e essa negociação, iniciada logo após a assinatura do Tratado, terminou no fim de Dezembro último.

Mas nesse mesmo Tratado está previsto que a mobilização de verbas nesse plano pressupõe a aprovação, por Bruxelas, de programas sectoriais, de programas específicos, sem a qual não é possível mobilizar essas verbas. O Governo Português até entregou na Comissão de Agricultura e Mar os programas específicos que já apresentou em Bruxelas! Apresentou um programa de regadios tradicionais, um programa de electrificação rural, um programa de estradas e caminhos rurais, um programa de reconversão da olivicultura portuguesa, um programa de acção florestal, tudo para os próximos três anos, com a programação das verbas utilizadas, num total de cerca de 32 milhões de contos, dos quais cerca de dezasseis serão dados a fundo perdido pela Comunidade.

São projectos que foram entregues no princípio do mês de Junho e de que, previamente, foram entregues cópias na Comissão de Agricultura e Mar desta Assembleia.

Aguardamos, neste momento, a aprovação desses programas, e esperamos que tal aconteça ainda antes do Verão, para depois podermos começar a mobilizar as verbas, que representarão, na realidade, um investimento que teremos à nossa disposição. São verbas importantes, de 120 milhões de contos, ao longo de dez anos, numa média de 10 milhões, tendo a própria Comunidade previsto que no primeiro ano não seria possível que Portugal mobilizasse mais de um milhão de contos. Porque ela sabe que são precisos todos estes procedimentos, e sabe — já o confirmou — que o Governo Português o apresentou a tempo e horas.

Assim, pensamos ter até ao fim do mês de Julho — tal como informei a Comissão de Agricultura — a aprovação dos programas específicos e, durante a segunda metade deste ano, mais outros programas serão apresentados, porque outros já estão prontos, nomeadamente, um programa de sanidade animal, um programa de desenvolvimento para certas regiões, como a do sul do Alentejo, etc., que não deixarão de ser entregues a tempo e horas.

Além deste programa de infra-estruturas da agricultura, outra regra fundamental que constituirá a política agrícola comum é a das ajudas financeiras ao investimento agrícola, ajudas essas que têm diversas componentes, como sejam as ajudas às explorações agrícolas propriamente ditas, ajudas à instalação de jovens agricultores — que hoje foram aqui referidos —, ajudas e incentivos à aquisição de prédios rústicos para emparcelamento fundiário, incentivos à formação dos agricultores, à instalação de serviços de gestão e contabilidade, ajudas aos agrupamentos de agricultores, incentivos aos investimentos colectivos e, inclusive, serão dadas indemnizações compensatórias para todos aqueles agricultores que exercam a sua actividade em zonas consideradas desfavorecidas.

É que também já foi negociado com a Comunidade que zonas do nosso país venham a ser consideradas como desfavorecidas, tendo nós conseguido nessa negociação que 80% do País fosse considerado como tal, ou seja, todos os agricultores que façam agricultura nessas regiões serão apoiados com indemnizações compensatórias a fundo perdido dadas pela Comunidade.

Foi fácil chegar a acordo sobre esta adaptação do chamado Regulamento n.º 797? Sabem bem os senhores deputados que o não foi!

O Sr. Deputado António Barreto, já há tempos, chamou aqui a atenção para a importância que tinha, por exemplo, a fixação do chamado «rendimento de referência», na medida em que a adaptação pura e simples daquilo que a legislação comunitária diz a Portugal levaria a que mais de metade dos agricultores portugueses não pudessem beneficiar dessas ajudas.

Foi também importante rever o problema das áreas mínimas de utilização da estrutura fundiária. E, como sabem os Srs. Deputados, a legislação comunitária previa que nenhuma instalação com menos de 2 ha podia ser submetida a ajudas comunitárias. Mas o Governo Português reviu essa situação e reviu todas as situações que entendeu serem indispensáveis para garantir que todos os agricultores portugueses venham a ter essas ajudas.

Foi difícil esta negociação, como o próprio Sr. Deputado Silva Lopes diz no relatório que fez da Comissão de Integração Europeia, pois quando Portugal ou qualquer outro país pede condições especiais para a sua agricultura imediatamente outros países — principalmente os mais semelhantes a nós, como a Grécia, a Itália e a Espanha — reivindicam o mesmo tratamento. E como é necessário uma maioria e o voto contrário desses países paralisa essa aprovação, foi necessário negociar com todos eles, tendo-se conseguido, com êxito, no passado mês de Abril, a aprovação do Regulamento n.º 797.

Logo em seguida, o Governo levou ao Conselho de Ministros de 27 de Maio a aprovação desse regulamento, que já está aprovado, esperando publicação e, simultaneamente, foi para Bruxelas para ratificação final pela CEE — e daí o prazo de 60 dias que nesse diploma se prevê para a sua implementação. Portanto, como está por dias a sua publicação, teremos esse regulamento em aplicação a partir do próximo dia 1 de Setembro. Mas além deste regulamento há ainda o regulamento de apoio ao sector agro-industrial, o chamado Regulamento n.º 355. Havia prazos apertadíssimos: a primeira carteira de projectos tinha de ser entregue até ao fim de Janeiro deste ano, mas, ainda assim, entregaram-se 34 projectos no valor de 8 milhões de contos e, na segunda carteira, até 15 de Abril, 110 projectos, no valor de 14 milhões de contos. Todos eles foram para Bruxelas, todos estão em apreciação, todos são considerados tecnicamente bem elaborados e sem merecerem qualquer crítica à Comunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi dito por um dos senhores deputados que não se obedeceu a programas sectoriais. O próprio Tratado de Adesão prevê que durante os primeiros dois anos se possam apresentar programas semi-programas específicos sectoriais. Eles estão a ser elaborados neste momento e ficarão prontos ainda durante este ano para que, no próximo ano e, apesar de dispormos de dois anos, sejam aplicados.

Lembrava ainda que as ferramentas fundamentais para a política agrícola portuguesa serão o apoio aos investimentos de base, de infra-estruturas, os apoios às explorações agrícolas e à instalação de novos agricultores, os apoios ao sector agro-industrial, sem os quais não será possível o desenvolvimento da agricultura.

Mas existem outros programas importantes, como, por exemplo, o programa de modernização da vinha, em relação ao qual o Sr. Deputado Silva Lopes diz ser céptico sobre a possibilidade de Portugal conseguir programas específicos para certos sectores. Pois foi isso mesmo que nós, ontem, em Bruxelas, conseguimos. Conseguimos que fosse aprovado, por unanimidade, no Conselho de Ministros de ontem, e que fossem dadas instruções à Comunidade para que, rapidamente e não mais tarde do que Julho, se faça a aprovação definitiva do programa de reconversão e modernização da viticultura portuguesa. São 73 milhões de ECUs que vão ser postos, a fundo perdido, à nossa disposição. Também aí foi necessário remover a reserva da Itália e da Espanha que, tendo regiões semelhantes, queriam aproveitar-se deste programa para o aprovarem.

Portanto, senhores deputados, quando no mês de Julho tivermos aprovado o regulamento de apoio à viticultura, teremos então a estrutura fundamental de

apoio à agricultura portuguesa: programa de investimentos, programa de apoio às explorações agrícolas, programa de apoio ao sector agro-industrial, programa de apoio à viticultura portuguesa.

Demorou-se sete meses. É muito tempo, mas é muito menos do que os outros países demoraram — a Espanha entregou o seu primeiro projecto de adaptação no mês passado, isto é, na mesma altura em que nós estamos a terminar toda a negociação com Bruxelas.

Ora, é isso que leva o Sr. Vice-Presidente Andressen, que conhece a situação, que sabe como é difícil negociar e obter a aprovação de todos os países, a dizer que considera notável o esforço que tem sido feito pelo Governo Português e a fazer uma comparação favorável com os outros países.

Aplausos do PSD.

Mas deixemos agora a parte das estruturas propriamente ditas, que é aquela a que dou mais importância pela influência que vai ter na modernização da agricultura portuguesa, e viremo-nos para a parte de mercados, viremo-nos para a parte de preços.

O sector agrícola, em Portugal, viveu fechado sobre si próprio durante as últimas décadas e foi necessário, para adaptar toda a nossa legislação a uma legislação comunitária, criarem-se fronteiras abertas, contingentes, direitos níveladores, pagamentos, restituições. São dezenas os decretos-leis, as portarias e os despachos que o Governo, durante este primeiro semestre, fez. Neste momento, todos os produtos portugueses têm a sua legislação já adaptada à legislação comunitária e isso representa também um esforço enorme, pois tudo tem de ser negociado em Bruxelas, já que não basta o Governo fazer um decreto-lei, pois tem de o fazer e depois negociá-lo, tal como qualquer outro país. E também esse trabalho está completo.

Falemos agora da política de preços. Todos os senhores deputados sabem o que é hoje a situação da política agrícola comum, o problema dos excessos e do abaixamento dos preços que se verificou em todos os países da Comunidade, tendo sido esse abaixamento bastante substancial em sectores fundamentais, como o dos cereais e o do leite, embora, muitas vezes, resulte de medidas indirectas, de carácter técnico. Pois Portugal conseguiu negociar, através de adaptações de taxas verdes diferenciadas para produtos vegetais e animais, e esse sistema permitiu-lhe anunciar este ano — e anunciar a 27 de Março, quando ainda nenhum outro país o tinha feito — os preços da campanha 1986-1987, com aumentos médios de 10% a 12%, com exceção do milho, que teve somente um aumento de 5%, por razões pensadas e objectivas. Também aí os agricultores portugueses viram as suas condições reforçadas.

No sistema de ajudas negociámos uma ajuda preferencial à indústria de tomate, que este ano terá três milhões e meio de contos de ajuda ao investimento.

Negociámos ajudas à indústria e à cultura do tabaco no valor de 1 200 000 contos.

Tudo isto foi negociado, de tudo isto a Comissão de Agricultura e Mar desta Assembleia está informada, tem toda a documentação e regularmente temos reunido — a meu pedido — para fornecer todos esses elementos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí, espantar-me que alguns deputados com assento nesta Assembleia venham hoje, aqui, dizer que não sabem o que é a política agrícola do Governo, como se não soubessem que o procedimento comunitário é esse, que essas são as regras do jogo e que não há outra possibilidade de o Governo poder intervir.

Falemos agora, numa curta intervenção, do sector do peixe e das pescas, que também foi aqui referido. Sabemos perfeitamente — e já foi falado na opinião pública — que a solução dos atuneiros não foi uma solução que o Governo Português tivesse recebido com agrado. Disse-o publicamente e expressámos, junto da Comissão, a opinião de que o número máximo de atuneiros deveria ser de 60 e que deveria haver reciprocidade, até porque, praticamente, não temos frota nesse sector, pelo que qualquer outra solução seria desequilibrada.

A Espanha pediu 525 atuneiros e, de acordo com as regras comunitárias, a Comissão deliberou serem 70 com um barco-padrão, o que representará cerca de 200 navios. É uma solução que o Governo não considera favorável a Portugal, mas — dissemos-lo, na altura — todos estes problemas têm de ser vistos no seu conjunto.

Há outros problemas que estão em negociação, também importantíssimos para o sector das pescas. Ainda ontem, até à 1 hora e 30 minutos da manhã, se discutiram, no Luxemburgo os direitos de pesca no Canadá, os direitos de pesca na NAFO (North-Atlantic Fishing Office) e a quota de Portugal na NAFO.

Um programa específico de abate dos 20 navios, que vão deixar de poder trabalhar no Canadá, o problema das condições de importação de bacalhau para Portugal — onde a proposta da Comissão nos era francamente desfavorável, com uma quota muito abaixo daquilo que o País precisa e pagando uma taxa aduaneira superior ao que tínhamos vindo a pagar até agora —, tudo isto foi negociado e só a discussão da questão do bacalhau durou até à 1 hora e 30 minutos da manhã. Foi uma hora e meia de debate e discussão, mas tivemos a grande satisfação de verificar que não foi aceite, nem a proposta da Comissão (25 000t com um direito aduaneiro de 6,5%), nem a da Presidência (37 500t e 4,3% do direito aduaneiro), que foi aceite a proposta portuguesa de 40 000t com 3% de direito aduaneiro.

Ficámos isolados na discussão, batemos o pé, usámos o direito de veto, arrastámos as reuniões durante a noite toda, mas conseguimos obter aquilo que considerámos que era importante para Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Que grande coisa!

O Orador: — E, senhores deputados, lutaremos pelos pontos que ontem não foram decididos e que foram adiados para o Conselho de Ministros, de Julho, com a mesma força e obstinação com que ontem lutámos por este ponto, pois estamos conscientes que a nossa entrada para a Comunidade, especialmente em relação ao sector agrícola e às pescas, é um terrível desafio e ele só pode ser vencido se, com esta pertinácia e obstinação, nos continuarmos a bater pelos nossos interesses e a obter as condições necessárias para que o nosso país tenha a consciência tranquila que, tal como hoje, todos os regulamentos da agricultura são adquiridos, serão implementados e todos os agricultores terão a sua aplicação.

A Espanha está a iniciar — repito — o seu processo e nós já o conseguimos.

Portanto, vir aqui dizer que nada se fez no sector agrícola, penso que só uma falta manifesta de informação ou, na realidade, pouca seriedade na análise do trabalho que tem sido feito é que pode justificar certas intervenções.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca, Rogério Brito, Lopes Cardoso, Seiça Neves, Azevedo Gomes, Soares Cruz e Paulo Campos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, ouvi-o atentamente e já que falou na CEE ia ler o seguinte. O n.º 1 do artigo 320.º do Tratado de Adesão à CEE diz o seguinte:

A República Portuguesa adaptará progressivamente, no decurso dos quatro primeiros anos posteriores à adesão, o monopólio detido pela EPAC em relação às importações e à comercialização [...].

O n.º 2, alínea a), do mesmo artigo diz o seguinte:

As importações de cereais em Portugal serão realizadas em percentagem das quantidades anuais importadas durante o ano anterior até ao limite, respectivamente, pela EPAC e pelos operadores privados, das seguintes percentagens: em 1986, 80% e 20%; em 1987, 60% e 40%; em 1988, 40% e 60%; em 1989, 20% e 80% e em 1990 só os operadores privados terão 100%.

Já depois de assinado o Tratado de Adesão, diz o Decreto-Lei n.º 61/86, no n.º 4 do seu artigo 8.º:

A atribuição dos contingentes de importação será efectuada por concurso aberto aos agentes económicos interessados, mediante depósito prévio [...].

O n.º 5 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei diz o seguinte:

A EPAC passará a actuar em mercado nacional de cereais e na importação dos contingentes a fixar nos termos do n.º 1 do artigo 80.º

O n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65/86 diz o seguinte:

As condições de participação no concurso público deverão garantir a igualdade de acesso a todos os operadores económicos.

Sr. Ministro, acontece que, anteontem, o Sr. Secretário de Estado da Alimentação, Dr. Amaro de Matos, fez publicar o Despacho n.º 48/86, onde se diz:

Considera-se inconveniente para as negociações em curso que relativamente ao 1.º concurso aberto para importação de 70 000t de milho, cujo aviso foi publicado no *Diário da República* [...] e tendo em conta a alínea b) do n.º 2 do artigo 320.º do Tratado de Adesão, determino que a EPAC não apresente propostas relativamente a este concurso.

Sr. Ministro, queira fazer o favor de nos explicar claramente se há ou não aqui qualquer posição que não joga bem; se há ou não uma contradição muito clara entre o que é estabelecido no n.º 2 do artigo 320.º do Tratado de Adesão, em toda a legislação complementar do Governo e a posição assumida anteontem pelo Sr. Secretário de Estado da Alimentação, que prejudica fortemente os interesses nacionais, nomeadamente a EPAC. Sabemos qual o futuro e até o que se passou aqui com uma comissão de inquérito em que um dos intervenientes mais activos foi exactamente o nosso actual emissário das Pescas em Bruxelas.

Pegando nesta questão, e a propósito dos atuneiros, gostava de saber se o Sr. Ministro nos pode dar uma explicação que até agora não foi introduzida neste país.

Sabemos que Portugal dava autorização a 30 atuneiros do atum voador, embora os espanhóis quisessem autorização para 525 atuneiros; a Comissão, em Bruxelas, propôs 60 e repentinamente a Comissão alterou a posição tomada, passando de 60 para 70 atuneiros introduzindo coeficientes de 150t o barco-padrão donde resulta, segundo creio, 183 navios espanhóis que vão — já estão — sulcar as nossas águas do Algarve entre Maio e Junho.

Gostava de saber se nos pode informar qual a posição assumida, em Bruxelas, pelos comissários espanhóis em relação a esta matéria e qual a posição tomada pelo comissário português que assume a pasta das Pescas em Bruxelas.

É evidente, Sr. Ministro, que V. Ex.ª irá dizer que o comissário não é português, que é o comissário da CEE; mas queria que se referisse apenas à posição dos comissários espanhóis em relação às pescas e às regras de origem.

Gostava de saber qual o motivo desta mutação da comissão de 60% para 70% e a introdução dos referidos coeficientes e também a posição tomada, quer por dois comissários espanhóis, quer pelo comissário português.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Ministro, ouvi a sua intervenção e fiquei com a convicção de que não estava a ouvir o Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, mas sim um publicista de páginas amarelas da CEE.

O Sr. Ministro transforma a política agrícola comum quase que numa bíblia e diz que aplicar a política agrícola comum é a verdadeira base da agricultura portuguesa.

Sr. Ministro, efectivamente, temos de suportar a política agrícola comum, mas isso não quer dizer que não tenhamos uma margem de autonomia. E se essa margem não é muito grande, maior razão temos para explorarmos essa autonomia em toda a sua plenitude por forma a preservar os interesses nacionais. Esta é a questão que terá de se colocar!

O Sr. Ministro fala também em planeamento. O planeamento não são programas avulso! O planeamento pressupõe uma visão integrada das questões que se ligam ao sector da agricultura! O planeamento obriga a que se criem objectivos, finalidades de forma a preservar o nosso mercado interno e a ganhar expectativas em relação ao mercado externo. Ora, isto não é alcançado com as medidas que o Governo tem tomado até agora. É preciso ter isto presente!

Por outro lado, o Sr. Ministro diz que têm sido aprovados muitos projectos, muitos programas. Sr. Ministro, há pouco, na minha intervenção, não disse que não haviam projectos nem disse que não se esgotaram as verbas potenciais com a apresentação de projectos. O que eu disse é que há atrasos da Comunidade na apreciação desses projectos, e o Sr. Ministro sabe bem que houve e há atrasos, fundamentalmente com os projectos de pré-adesão.

Além disso, há também o problema da execução, Sr. Ministro, e sem execução não há co-financiamento da Comunidade.

Isto são aspectos fulcrais e é preciso que o País não fique desarmado através de uma visão errada de que tudo são facilidades e de que os milhões de contos estão a entrar por aqui adentro. O País tem de ser alertado e mobilizado para este problema que é grave, porém, o que se tem feito é escamotear esta realidade. Isso são questões distintas, Sr. Ministro. E as ajudas às explorações, aos jovens agricultores?

Sr. Ministro, o Regulamento n.º 797 ainda não está a ser aplicada no País. O Sr. Ministro sabe, tão bem como nós, que mesmo neste instante ainda há dúvidas sobre se será aprovada a sua aplicação na primeira etapa de transição. Isto foi-nos dito na Comissão das Comunidades!

Depois se verá como é que é a Regulamentação n.º 797! É capaz de não ser assim tão fácil de acesso aos, particularmente, pequenos agricultores como se depreende das suas palavras, pois há valores mínimos de investimento, há a participação dos próprios agricultores, e não é pequena. Temos de ter estas coisas em consideração e não é através da distorção ou da fuga dos problemas que os resolvemos! Temos de os enfrentar com realidade e é através da mobilização, da vontade, que se pode atingir esses objectivos e não através da desmobilização, dando ideia de que tudo é fácil, de que tudo roda sobre esferas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, há pouco tempo, há cerca de três meses, a filosofia do Governo quanto ao papel da EPAC no mercado de cereais era conformada através do n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 61/86, em termos de reconhecer a participação da EPAC na importação de cereais. Mais, indo mais longe, entendia que ela tinha um papel fundamental a desempenhar como factor que garantisse a sã concorrência entre os agentes económicos.

Agora, através do Despacho n.º 48/86, do Sr. Secretário de Estado da Alimentação, ficamos a saber que na CEE se discute em que medida é compatível, com os termos do artigo 320.º do Tratado de Adesão, a participação da EPAC na importação de cereais em paralelo com os operadores privados.

O que é curioso — era a questão fundamental que lhe colocava — é que estando esta matéria em discussão e pressupondo eu que o ponto de vista do Governo é o expresso no Decreto-Lei n.º 61/86, no sentido de defender a possibilidade de participação da EPAC, o Governo venha, através deste despacho, proibindo a EPAC de participar no concurso e invocando as regras comunitárias, tomar posição na discussão em curso, abdicar desta discussão e decidir unilateralmente da

interpretação autêntica do artigo 320.º do Tratado de Adesão. Sinceramente, Sr. Ministro, é-me difícil entender que termos são estes de negociar com a CEE!

Por outro lado, é no mínimo estranho que, tendo sido aberto concurso em 16 de Junho, através do aviso publicado no *Diário da República*, sendo permitido legalmente à EPAC a intervenção no mercado e na importação, pois nos termos em que o concurso estava definido nada impedia que essa participação não tivesse lugar, agora o Sr. Secretário de Estado venha proibir a EPAC de intervir na importação.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Isso é ilegal!

O Orador: — Para além do mais, Sr. Ministro, onde é que está a tão proclamada autonomia das empresas públicas em relação ao Governo da qual parece ser um acérximo defensor?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A tutela da empresa pública vai ao ponto de proibir a participação da empresa num concurso em que legalmente estava habilitada a participar, contrariando a filosofia expressa pelo próprio governo e dando de barato uma negociação que este nos diz estar em curso na CEE. Há aqui qualquer coisa que não se entende, sobretudo quando estão em jogo 70 000t de milho. Sr. Ministro, 70 000t de milho, sabe muito melhor do que eu, representam muito dinheiro.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Já fizemos, numa área próxima, um inquérito que deu resultados interessantes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Seiça Neves.

O Sr. Seiça Neves (MDP/CDE): — Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação: De facto nem tudo está dependente de uma negociação com a CEE, e permita-me que lhe devolva o repto que lançou sobre os seus interlocutores, de desconhecimento ou de má fé.

Queria perguntar-lhe, acerca destas questões, que vêm claramente anunciadas no Programa do Governo — e neste não se fazem depender de nenhuma pré-negociação com a CEE —, o que é que o Ministério, do qual V. Ex.^a faz parte, fez neste domínio. Tenho de fazer a pergunta de forma telegráfica, pois disponho de muito pouco tempo.

Existe legislação sobre o saneamento financeiro das cooperativas, legislação sobre o estímulo aos jovens agricultores, formação profissional, mas é ou não verdade que nos centros regionais são sempre os mesmos agricultores a beneficiarem dessa formação profissional? O que é que se fez para alterar este estado de coisas?

Coloco-lhe uma última questão quanto à agricultura: nas leis já promulgadas foram ouvidos ou não os Conselhos Regionais de Agricultura?

Sr. Ministro, em relação às pescas devo dizer-lhe que quando V. Ex.^a diz que o número ideal de atuneiros deveria ser de 60, segundo a óptica do Governo, e quando deixa operar nas nossas águas não 60 mas 180 atuneiros espanhóis, dá bem a ideia da capacidade negocial do Governo e dos nossos interlocutores junto da CEE.

Queria também perguntar-lhe, Sr. Ministro, se é ou não verdade que foram drasticamente diminuídas as nossas cotas pesqueiras no Canadá. Como parece que de facto foram diminuídas, perguntava-lhe, Sr. Ministro, o que é que se fez para proteger os armadores da pesca longínqua e para reconverter a nossa frota bacheira.

Finalmente, queria perguntar-lhe se também depende da CEE a informatização e o conhecimento da nossa Zona Económica Exclusiva de que V. Ex.^a, no Programa do Governo, tão abundantemente fala.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Gomes.

O Sr. Azevedo Gomes (PS): — A propósito das ajudas financeiras da CEE, o Sr. Ministro disse — e disse-o bem — que não há possibilidade de as obter, a menos que haja programas específicos. Referiu vários programas já elaborados pelo Governo em tempo recorde, o que de facto aconteceu, e referiu também um programa de ação florestal, que, naturalmente, é aquele que a Assembleia da República recebeu na sua Comissão de Agricultura e Mar.

Sobre este programa, e seguindo o exemplo do Sr. Ministro das Finanças, eu poderia dizer o seguinte: o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação precisa de uma lição da pré-primária, e terei muito gosto em dar-lhe correspondência — estou a repetir textualmente as palavras do Sr. Ministro das Finanças —, porém, o Sr. Ministro conhece-me o suficiente para saber que seria incapaz de seguir um exemplo tão mau. Trato as coisas com delicadeza e, no caso do Sr. Ministro, com amizade e simpatia.

Mas o Sr. Ministro labora num grande equívoco! O que o Sr. Ministro tem é um programa que não é mais do que um exercício técnico igual a muitos outros, e se vir nos arquivos da Secretaria de Estado das Florestas do I e II Governos Constitucionais, lá encontrará um exercício semelhante a esse programa, tal como encontrará, também, se procurar no arquivo da Secretaria de Estado das Florestas do IX Governo Constitucional e, neste último, até muito mais adiantado, prevenindo até as produções de madeira e de cortiça até ao fim do século que vem. Mas isso são exercícios académicos ou exercícios técnicos. Uma coisa é olhar para fora e outra é olhar para dentro; uma coisa é fazer programas e outra é criar condições para que eles possam ser aplicados, e a questão é que o País não tem condições nenhuma para aplicar qualquer programa de grande fôlego no sector florestal porque não tem um código para o desenvolvimento florestal.

O Governo não preparou nada desse código, embora exista preparado, neste país, um projecto de código, que até está na Assembleia da Rpeúlica, proposto pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sendo assim, a questão que lhe quero colocar é a seguinte: como não duvido, nem muito pouco, da sua boa vontade e da sua intenção de levar a cabo o programa, e enquanto é tempo, pergunto ao Sr. Ministro se está na disposição de utilizar a sua força política para ajudar a que sejam aprovadas nesta Assembleia as duas peças fundamentais do projecto de código para o desenvolvimento florestal que são o projecto de lei de bases do desenvolvimento florestal e o projecto de lei de bases do sistema de promoção e apoio ao desenvolvimento florestal.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — O Sr. Ministro trouxe à Câmara a informação de que tem, continuamente, posto à disposição da Comissão de Agricultura e Mar toda a informação que esta mesma Comissão deseja.

Isso é um facto, é verdade!

No entanto, quero dizer que esta situação se deve, por um lado, à «exigência» que a Comissão de Agricultura tem feito ao Governo de, periodicamente, nos vir prestar informações sobre aquilo que se está a passar e, por outro lado, à total disponibilidade, que V. Ex.^a sempre evidenciou para nos vir trazer essas informações.

No entanto, pergunto-lhe se considera que o problema da adesão de Portugal à CEE, em especial no domínio da agricultura, que é o que estamos agora aqui a tratar, é um problema do Governo, é um problema próprio ou é antes um problema nacional.

Não seria melhor limitarmo-nos apenas a conversas informativas, procurarmos um diálogo, procurarmos trocar impressões, alargar a conversão não só ao Governo como também aos partidos da oposição e a outras organizações, e isto até em termos favoráveis para que quando o Governo fosse para as negociações pudesse levar outro apoio?

V. Ex.^a teceu uma série de considerações em relação a outras matérias sobre as quais não vou falar aqui, mas há alguns outros aspectos que já aqui foram afrolados e que considero muito importantes; nomeadamente aquilo que acontece com os jovens agricultores.

Sabemos que há legislação traçada, no seus aspectos gerais, para promover a atitude de jovens empresários se agararem à terra, e há necessidade de o fazerm, pois, como sabe, a idade do agricultor é muito avançada e para que haja qualquer modificação é necessário meter sangue novo na agricultura. Sobre este assunto pergunto-lhe se têm sido tomadas algumas iniciativas junto da periferia — não só no centro, não só aqui no núcleo — que visem levar junto do jovem agricultor não só o apoio técnico mas também o apoio financeiro, através dos serviços oficiais que, aliás, têm estado completamente paralisados em relação a esta matéria, através da banca ou através de outras instituições que visem promover.

Pergunto ainda se têm sido desenvolvidas e implementadas medidas de articulação entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação no sentido de que a formação do jovem agricultor seja um facto real.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Campos.

O Sr. Paulo Campos (PRD): — Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação: V. Ex.^a fez uma intervenção brilhante, como é costume; tem a palavra fácil, tem o raciocínio rápido, é Ministro há muito tempo, tem muitos dados arquivados na sua memória; mas foi tão brilhante que me surpreendeu porque, de facto, o que estamos aqui a discutir é uma moção de confiança e a sua intervenção só veio demonstrar que, pelo menos por parte do seu Ministério — é pelo seu Ministério que o Sr. Ministro é responsável —, não há razão para moção de confiança, pois V. Ex.^a diz que

fez tudo aquilo que quis, tudo aquilo que pôde e muito bem. Então porquê esta moção de confiança? Não se percebe, Sr. Ministro!

Coloco-lhe só mais uma pergunta, Sr. Ministro, V. Ex.^a referiu — penso que isso era claramente endereçado à intervenção que há pouco produzi — que não fazia sentido um qualquer deputado membro da Comissão de Agricultura e Mar invocar ignorância quanto à política agrícola do Governo e às linhas estratégicas da política agrícola do Governo.

Penso que percebeu mal o sentido da minha intervenção. O que lhe disse é que a política agrícola do Governo, se existe, é secreta por que não se esgota na sua eficiência, se existe, entre Bruxelas, o Terreiro do Paço e a Assembleia da República. O seu Ministério tem estruturas regionais que têm por obrigação o contacto e a informação descendente e ascendente com os agricultores.

O Sr. Ministro sabe, ou saberá, tão bem como eu que, neste momento, qualquer agricultor que se dirija a uma qualquer estrutura regional do seu Ministério (direcções regionais ou zonas agrárias) e coloque qualquer problema (dúvida, pedido de informação, pedido de esclarecimento), aquilo que, por norma, obtém é ignorância por parte dos funcionários, pelo que se a política agrícola existe é secreta para os agricultores.

Vozes do PRD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação (Álvaro Barreto): — Uma vez mais, fiquei muito lisonjeado pelo número de questões que me colocaram e é evidente que já esperava o número elevado de questões colocadas pela bancada do Partido Comunista...

O Sr. José Magalhães (PCP): — Só falou um deputado da bancada do Partido Comunista!

O Orador: — ... na medida em que, tendo a minha intervenção sido centrada sobre assuntos relativos à CEE, era evidente a posição da bancada do Partido Comunista contra a CEE e já esperava que essas perguntas surgissem. Mas é com prazer que respondo a todas as bancadas.

O Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, que em geral me acusa de não gostar de vir à Assembleia da República — faz sempre esse reparo que não considero justo, pois, na realidade, tenho vindo regularmente à Assembleia da República — colocou-me algumas questões sobre o caso da EPAC, tal como o fez em seguida o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Vou-lhes dizer, exactamente, Srs. Deputados, o que é que se passa, e terei muito prazer, inclusive, em fornecer-lhes as cartas trocadas entre o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e entre mim e a Comunidade Económica Europeia.

Legalmente, o Tratado de Adesão sobreponde-se a qualquer legislação nacional e foi com surpresa para mim, Srs. Deputados, que verifiquei que a interpretação da Comissão de Integração Europeia em relação ao artigo 320.º, era a de que não poderiam concorrer aos concursos para a compra de cereais o sector empresarial do Estado ou a EPAC, tendo-se baseado em todo um conjunto de legislação comunitária. Já apresen-

támos a nossa posição de não concordarmos de maneira nenhuma, e terei muito prazer em fornecer a troca de cartas que houve sobre essa matéria.

Ainda durante a recente visita do Sr. Comissário Andreessen voltei uma vez mais a dizer, embora numa leitura «muito à letra» — desculpem exprimir-me deste modo, mas não está cá o Sr. Deputado Manuel Alegre para apontar as minhas falhas culturais —, numa leitura muito apertada, se fala em empresários privados. Até agora tínhamos decidido não abrir qualquer concurso porque entendíamos que se deveria previamente esclarecer esta questão e só depois abrir os concursos.

Quanto ao despacho referido como sendo do Sr. Secretário de Estado, embora seja da minha responsabilidade, foi feito com a minha concordância...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — No despacho vem o nome do Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Com certeza, é ele que assina, com base numa delegação de competência, mas foi acordado comigo.

Esse despacho baseia-se na consideração feita pelo Governo, de que, nesta altura, haveria vantagem em abrir um concurso público antes do fim do mês de Junho por razões que têm a ver com o diferendo entre a Comunidade e os Estados Unidos da América. Foi nesse sentido que tomámos a decisão de proceder a essa abertura, condicionando a concorrência da EPAC. De qualquer maneira, não desistimos do nosso ponto de vista, continuaremos em Bruxelas a defender a entrada da EPAC nos concursos públicos, porque a nossa ideia — e fui eu que, na altura, embora não tenha sido eu a negociar esses termos...

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Ministro, agradeço que tenha permitido a minha interrupção, pois este é o único processo de que disponho para procurar esclarecer-me.

Estou longe de me considerar esclarecido, pelo que queria fazer um esforço nesse sentido. Se a posição do Governo Português continua a ser contrária àquilo que parece ser a interpretação da Comissão das Comunidades, como é que o Governo Português vem reconhecer a posição das Comunidades, proibindo a empresa pública de concorrer? Isto é, em relação ao concurso, que não é de agora — o concurso foi aberto há mais de um mês, termina amanhã —, e o despacho do Sr. Secretário de Estado proibindo a EPAC de intervir data de há três dias. É quatro dias antes do termo do concurso que o despacho é exarado, despacho que, de facto, reconhece aquilo que é um ponto litigioso nas negociações com a CEE.

Continuo a não entender, Sr. Ministro, que processo é este de defender as posições portuguesas e de manter negociações com a CEE quando se reconhece, para além deste fenómeno estranho, o concurso ter sido aberto há cerca de um mês e não agora, o Governo não saber muito bem, quando fez este decreto, qual era a interpretação e de em Julho ainda não a saber, ou pretender defender o seu ponto de vista abrindo um

concurso, permitindo à EPAC concorrer, e, quatro dias antes do termo do concurso, proíbe a EPAC de concorrer, reconhecendo a posição das Comunidades.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Dá-me também licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Sr. Deputado, não posso autorizar outras interrupções, tanto mais que o Sr. Deputado Lopes Cardoso repetiu textualmente aquilo que tinha dito na sua primeira intervenção, pelo que a interrupção não serviu para introduzir qualquer outro elemento.

Continuando, direi que todo este processo tem sido acompanhado com a EPAC — a própria troca de impressões tem sido acompanhada pelos advogados da EPAC e a nossa posição mantém-se firme — e, como lhe disse, a abertura deste concurso, na nossa opinião, não põe nada em perigo a nossa discussão com a Comunidade junto da qual não abdicaremos de defender o ponto de vista que expressámos na documentação que terei o prazer de lhe enviar e na qual o Sr. Deputado verá que, na realidade, a posição portuguesa é muito clara a este respeito.

Em relação ao problema dos atuneiros, já expressei a minha posição, trata-se de uma decisão que o Governo Português considerou negativa para os interesses nacionais — disse-o abertamente à imprensa, não o escondi. Devo no entanto dizer que, embora sendo negativa para os interesses portugueses, não tem a gravidade, na minha opinião e com toda a honestidade, que poderia ter caso se tratasse de outro género de peixe. Como sabe, a legislação comunitária para os peixes migradores diz que não há limite no número de navios. Quer isto dizer que todos os países da Comunidade, entre eles, nem sequer impõem qualquer limite no número de atuneiros, na medida em que o atum não é uma riqueza natural da ZEE de qualquer país, passa em migração para outros países, sendo a sua pesca feita por frotas que vão atrás desses cardumes. Essa é a regra comunitária, não só em Portugal como em qualquer outro país.

No entanto, devido às nossas relações de pesca com a Comunidade, tinha ficado no Tratado uma cláusula que previa que este número de navios fosse regulamentado. Portugal defendeu até ao último momento o limite de 60, mas a Comunidade decidiu desta maneira. Sobre qual foi a posição do comissário Cardoso e Cunha ou a posição dos comissários espanhóis, desconheço. Embora o comissário Cardoso e Cunha seja português — o Sr. Deputado já respondeu — a verdade é que a partir do momento em que é comissário é um comissário europeu e tem de se comportar como tal.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Os comissários espanhóis não procedem assim!

O Orador: — Ainda ontem, a discussão que houve de uma hora e meia por causa do bacalhau foi tida com a Comissão e com os outros países todos. O facto de o comissário ser português não nos inibiu em nada de discordarmos frontalmente da posição e de termos conseguido, neste caso, levar avante a nossa posição. E continuaremos a fazê-lo em todos os outros casos.

Em relação ao Sr. Deputado Rogério Brito, gostava de lhe referir que acabou por dizer aquilo que eu já tinha dito ao afirmar que não temos de adaptar exactamente a PAC a Portugal. Temos uma grande capa-

cidade de manobra que consiste, precisamente, na adaptação... Por exemplo, o PEDAP é um programa específico que nós negociamos para aplicação a Portugal, e que, portanto, tem a sua aplicação própria no nosso país. As adaptações que fizemos no caso do Regulamento 797, fizeram-se para que se possa atender às características portuguesas nesse campo e, portanto, é dentro dessa margem de manobra que teremos de actuar, sucede, inclusivamente, com os programas de desenvolvimento regional que temos de fazer — que, de resto, já estão em curso — no sentido de estabelecer as prioridades regionais para cada cultura. Tudo, isso terá, de certa maneira, uma certa maleabilidade.

As peças fundamentais de apoio ao investimento e aos jovens agricultores e a sua própria graduação, as peças das indemnizações compensatórias e a sua graduação em função do tipo de agricultura, tudo isto foi integrado na adaptação do regulamento comunitário a Portugal, inclusive na adaptação às áreas e às condições, e é isso que fará com que uma ferramenta que é usada noutras países tenha a sua adaptação a Portugal, no sentido de poder ser utilizada dentro dos objectivos portugueses.

O Sr. Deputado referiu-se também a atrasos da Comunidade. Nós próprios têmo-lo referido. Posso informá-lo, no entanto, que todos os projectos do PAP foram já aprovados em Bruxelas e que a sua verba está esgotada, ou seja, os 50 milhões de ECUs (7 milhões e meio de contos) estão esgotados. Foram aprovados ontem, pela primeira vez, os nove primeiros projectos da carteira já entregue este ano, o que, embora fique muito aquém do que nós gastávamos, foram 5,6 milhões de ECUs que foram ontem aprovados como comparticipação da Comunidade, para esses projectos, dois de pesca e sete de agricultura.

Penso que ao Sr. Deputado Lopes Cardoso já respondi pelo que responderia agora ao Sr. Deputado Seiça Neves.

Em relação ao saneamento financeiro das cooperativas, está já pronta uma adaptação do decreto nesse sentido, está inclusive — embora seja um dado secreto, a pergunta é feita — agendado para o próximo Conselho de Ministros o diploma do saneamento financeiro das cooperativas.

Em relação ao estabelecimento de jovens agricultores, já informei que o Regulamento 797 tem uma componente importantíssima relativa a esse estabelecimento, com condições altamente favoráveis, inclusive para pagamento de tornas, etc., que foram todas negociadas e acertadas com a associação representativa dos jovens agricultores e que, portanto, está implícita no Regulamento 797.

Posso também dar-lhe a informação de que os atrasos que houve, por razões orçamentais, no ano passado, no pagamento da segunda prestação aos jovens agricultores no valor de 40 mil contos, foi a primeira verba que desbloqueei logo que o Orçamento do Estado foi aprovado, pelo que está já a pagamento, tendo o Sr. Deputado, a partir de Setembro, a resposta à pergunta que me fez.

Falou no problema da formação profissional. Devo dizer que não lhe sei responder se são sempre os mesmos ou não, mas penso que não são. Sei que, por exemplo, na região de Entre Douro e Minho estão neste momento a decorrer mil cursos de formação profissional. E, respondendo já a uma questão que me foi colocada pela bancada do CDS, diria que nós colaborámos

não só com o Ministério da Educação mas também com o Ministério do Trabalho e Formação Profissional, ministérios com os quais temos vindo a tentar acertar todos esses programas de trabalho de uma forma integrada.

A última pergunta que me fez referia-se a leis promulgadas, mas não me recordo exactamente do seu conteúdo...

O Sr. Seiça Neves (MDP/CDE): — Sr. Ministro, perguntei-lhe se foram ouvidos os conselhos nacionais de agricultura.

O Orador: — Nas leis gerais promulgadas até agora, seguimos as regras habituais: em geral pedimos os pareceres aos directores regionais que nos dão a sua opinião. Portanto, as leis saem com a formação do Ministério.

Em relação às pescas, já referi que estão estimados, nas nossas contas, 182 ou 183 navios.

Quanto à diminuição das cotas de pesca do Canadá, de acordo com o *acquis* comunitário, a nossa frota de 20 navios que trabalhava no Canadá deixou de poder ter acesso às águas Canadianas, tal como aconteceu com navios de outros países comunitários, e é essa a razão pela qual estamos na NAFO (North Atlantic Fishing Office) da zona junto ao Canadá. Estamos a negociar e não aceitámos para já o valor das capturas que nos deram ontem em Bruxelas e que era de 40.350 toneladas. Estamos a tentar encontrar uma compensação para a utilização destes navios, como também apresentámos em Bruxelas, tal como foi negociado em Dezembro passado, um programa específico de apoio a estes navios e aos seus trabalhadores. São dois assuntos que temos neste momento em negociação em Bruxelas e de que ontem, inclusivamente, se falou no Conselho de Ministros.

Quanto à informatização da ZEE, posso dizer-lhe que está em grande avanço o esquema de vigilância e de informatização em conjunto com as Forças Armadas. O Sr. Ministro da Defesa e eu próprio, em conjunto com o Sr. Chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas, demos já posse a uma comissão que, até ao fim do mês de Julho, tem de nos apresentar esse trabalho. Ontem informei também a Comunidade de que iríamos, na segunda metade deste ano, apresentar o pedido de auxílio previsto no tratado de adesão para o esquema de apoio à ZEE.

Sr. Professor Azevedo Gomes, ligam-nos laços de amizade de muitas décadas, portanto, nunca poderia ouvir, da sua parte, dizer-me, de certa maneira, que me mandaria para um curso pré-primário. Somos amigos há muitos anos, e não era hoje, nesta Assembleia, que o Sr. Professor Azevedo Gomes certamente iria alterar o comportamento que sempre tem tido comigo.

Posso referir-lhe que o projecto final que foi para Bruxelas não será exactamente aquele que nós entregámos aqui na Assembleia da República. Haverá, naturalmente, diferentes visões. Eu sei que a visão do Sr. Deputado não coincide com a visão dos serviços do Ministério, mas dir-lhe-ei que contará sempre com o meu apoio para fazer passar as leis que possam beneficiar o programa florestal português, que considero um programa fundamental, pois parte da reconversão da nossa agricultura tem de passar pela grande intensificação das acções florestais. Daí ter reservado do total dos 700 milhões de ECUs, quase um terço dessa verba

para apoiar a agricultura, e como são verbas que vêm a fundo perdido já não será necessário implementar o diploma, de que discordei sempre, e que o Sr. Professor tinha apresentado no sentido de se ir buscar meios financeiros através de outros processos, na medida em que a participação da Comunidade é de 50%.

Já agora, informava-o também de que fizemos oficialmente o pedido em Bruxelas para que, no caso das florestas, a participação não fosse só de 50%, mas como no caso das pastagens, elevada para 75%. Nestes programas todos há um problema fundamental, o de que estas verbas só virão se Portugal tirar as suas contrapartidas orçamentais, pelo que quanto maior for a participação mais trabalho se poderá fazer. Foi já apresentado em Bruxelas esse pedido e posso dizer-lhe que em relação a ele houve uma boa receptividade. Mas com a morosidade própria da Comunidade, teremos de aguardar alguns meses para ter a resposta.

Sr. Deputado Soares Cruz, gostava de lhe dizer que não vamos discutir porque é que as reuniões se realizaram. Dir-lhe-ia — estão presentes alguns Srs. Deputados da Comissão de Agricultura — que muitas delas se realizaram a meu pedido. Não foi por qualquer exigência, mas sim porque sinto que o problema da Comunidade, e particularmente o da agricultura, não é um problema do Governo, é um problema nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, tentei seguir aquilo que sei ter sido feito por outros países, como é, por exemplo, o caso da Dinamarca, referido no relatório do Dr. Silva Lopes com o qual estou de acordo: é que, antes das reuniões dos Concelhos de Ministros, sejam fornecidas às comissões do Parlamento, não só as agendas como os principais pontos e que seja auscultada a opinião dos membros especializados do Parlamento para que as posições portuguesas não sejam exclusivamente as posições do Governo, mas traduzam também o sentir das outras bancadas. E nas diversas reuniões que tenho tido com a Comissão de Agricultura manifestei essa preocupação. Por exemplo, vamos ter de nos pronunciar no mês de Julho sobre a reforma estrutural da agricultura, que apresenta opções muito difíceis de aplicar em Portugal, como a de limitar a própria produção. Em relação a tudo isso tenho intenção de fazer um debate, pois é de tal maneira importante, que não me sinto, nem gosto, de assumir a responsabilidade de um problema que diz respeito a todos e não só ao Governo, e foi essa a minha intenção ao realizar reuniões periódicas no sentido não só de informar do que se decide na Comunidade como também de fornecer todos os elementos, que também o Sr. Professor Azevedo Gomes tem, pois possui o projecto florestal e todos os outros documentos.

Em relação aos serviços oficiais e aos jovens agricultores, sou o primeiro a reconhecer que os serviços oficiais do Ministério estão muito longe de ter a eficiência que deveriam ter. Temos, neste momento, aprovados os decretos regulamentares dos serviços regionais e espero durante o 2.º semestre deste ano dotar os serviços regionais no sentido de eles serem mais operacionais e de poderem dar o apoio que têm de dar ao agricultor. Já o disse uma vez nesta Câmara, quando se discutia o problema da reorganização do Ministério.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Campos, dir-lhe-ia que não me supreendi com o brilho do Sr. Deputado tal como aconteceu consigo em relação a mim, e por isso gostaria de lhe fazer este cumprimento. Penso que tornei claro, Sr. Deputado, que estes primeiros sete meses, até Julho, foi o período — e repito outra vez que nós estamos no fim, Espanha está a começar — do lançamento das infra-estruturas, base para poder trabalhar para o futuro. E evidentemente que o Regulamento 797, embora aprovado a 27 de Maio, ainda não foi publicado. Só pode começar a ser difundido quando tiver a aprovação final. Tem um período de 60 dias, pois temos de o ratificar em Bruxelas, daí o facto de eu ter previsto que seja a partir de 1 de Setembro que os serviços regionais começam a dar todas as informações.

No caso da vinha, referi-lhe que, até ontem, a Itália e a Espanha tinham reservas ao nosso programa de vinha, pelo que não podíamos, evidentemente, estar a divulgar um programa que não sabíamos se iria passar ou não. Com as dificuldades orçamentais que o seu colega de bancada, e muito bem, cita no relatório que fez, poderia haver o risco de não ser aprovado o programa específico.

Como ainda lhe digo, estou convencido de que foi importante a votação de ontem, pois este programa ainda tem de ir à AGRI-FIN no dia 3 de Julho. Ai é que se vai discutir o dinheiro, e como poderia eventualmente haver qualquer dificuldade, daí o ter tomado como prioridade que fosse politicamente aprovado por unanimidade e que fosse para a acta do Conselho de Ministros de ontem que todos os Estados membros apoiam inequivocamente o programa específico para Portugal. Estou, portanto, convencido, de que vamos obtê-lo no dia 14 de Julho, mas a certeza só a podemos ter nesse mesmo dia.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, quando pedi para interromper o Sr. Ministro era apenas para isto: as informações do Sr. Ministro quanto à EPAC e aos atuneiros merecem um tratamento e um conhecimento diferente desta Assembleia.

Protestos do PSD.

O Orador: — O Sr. Ministro disse — e eu agradeço —, que me enviaria a correspondência com a CEE, e já uma vez me enviou um bom bloco de informações sobre o mapa, mas entendo que isso deve pertencer à Câmara, e por isso cedi-as a todos os grupos parlamentares.

Sugeria, portanto, que o Sr. Ministro pudesse enviar essa correspondência à Comissão de Integração Europeia e manifestar-se desde já disposto a uma reunião com a Comissão de Integração Europeia da Assembleia da República para que possamos ser esclarecidos quanto a esta questão da EPAC e dos atuneiros.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro, certamente, não deixará de tomar a posição que achar mais conveniente.

Srs. Deputados, foi deliberado em conferência de líderes que o Governo teria o tempo que julgassem necessário para responder às questões que lhe fossem colo-

cadas. No momento presente, penso que o Sr. Ministro da Agricultura pretende dar alguma resposta, o que agradeço que faça, apesar de a questão ter sido levantada numa interpelação à Mesa.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação: — Sr. Presidente, serei muito rápido. Queria dizer só ao Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca que, ao contrário do que ele pensa, tenho sempre muito prazer em vir à Assembleia da República, pelo que virei com muito prazer e enviar-lhe-ei os documentos.

Sobre os atuneiros, o Sr. Secretário de Estado das Pescas já teve reuniões com as comissões desta Assembleia, nas quais, durante uma tarde inteira, explicou a situação dos atuneiros. Portanto, parece-me desnecessário gastar mais tempo.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Não está explicado.

O Sr. Presidente: — Para um intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sá Furtado.

O Sr. Sá Furtado (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No capítulo da educação é certamente descabida a queixa com que o Sr. Primeiro-Ministro pretende fundamentar a moção de confiança, interrogando, desajustadamente, a Assembleia da República se está na disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo. Ora, a Assembleia da República deu já, nesta sessão, contributo assinalável ao nível das grandes leis estruturantes, as quais constituem uma significativa ajuda para a acção deste ou qualquer governo, e são verdadeiros padrões de referência histórica. Reporto-me à aprovação na generalidade da Lei de Bases do Sistema Nacional de Educação e da Lei do Enquadramento Científico e Tecnológico e à apresentação, ontem, na Mesa, de um projecto de lei sobre a autonomia das universidades. Deveria o Governo reservar as suas energias para pôr em prática o extenso e imprescindível normativo e a adequação de estruturas que estas e outras leis vão exigir, em vez de perder o seu tempo e fazer perder o nosso com este melodrama.

Nos estritos limites da sua fundamentação levanta, pelo menos, estranheza a presente moção de confiança. Pois como é possível, ao fim de sete meses, averiguar da execução de um programa concebido para quatro anos e mais, quando o Governo não fez chegar ainda a muitos sectores da Administração os recursos financeiros indispensáveis à sua implementação, passados que são quase três meses após a aprovação do orçamento do Estado por esta Câmara? Além disso, como averiguar com algum rigor do cumprimento de um programa que apresenta, em extensa maioria, objectivos vagos e genéricos, sem qualquer calendarização, constituindo antes uma carta de propósitos, um guia de conduta visando a eternidade?

Mas, sendo as coisas o que são, deveremos ensaiar a formulação de algumas questões que, ao menos, permitem detectar o rumo da evolução.

Há indícios de que o insucesso escolar está a baixar?

Mostra a escola jeitos de se estar a humanizar?

O analfabetismo indica regressão?

A acção social escolar melhora?

Não seria eu a tomar, já neste momento, a iniciativa de levantar acerbas críticas ao Governo.

É preciso dar tempo ao tempo! Mas é o próprio Governo que, a destempo e a despropósito, sem sentido pedagógico e pelo gosto florentino do facto político, obriga a levantar estas e outras questões.

Por exemplo, quanto ao programa especial de equipamentos educativos, o Sr. Primeiro-Ministro diz que não pode ser todo cumprido por impedimento financeiro de que culpa o Parlamento, ao passo que o Sr. Secretário de Estado da Administração Escolar afirma que, em Outubro de 1986 a totalidade das 107 acções programadas — das quais, dentro de uma normal continuidade, apenas umas 30 são novas escolas — estará concluída.

Em que ficamos, se o próprio Governo ainda não apurou quais as suas metas para este ano?

Estão o ensino técnico e o técnico-profissional a evidenciar melhorias?

A injustificada perturbação introduzida no concurso para professores de português no estrangeiro contribuiu para a melhoria desse mesmo ensino? De muitas intenções presentes pelo Governo no seu Programa é já patente qualquer manifestação? Porventura, ainda é cedo para isso e daí ter sido temporária esta moção.

Como poderia dizer um professor, com certo sentido de humor: «O Sr. Governo autopropôs-se a provas na época de Junho. Avisado seria que preparasse melhor a matéria e viesse mais tarde, na 2.ª época.»

Aplausos do PRD e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Poderia parecer pelo espalhafato feito pelo Governo ao longo destes oito meses que na área do ambiente muito se resolveu ou está em vias disso. Veja-se, aliás, toda a propaganda feita em torno das diferentes visitas das entidades ministeriais, especialmente as da Secretaria de Estado do engenheiro Pimenta.

Mas... e há sempre um mas, para além do que parece, vejamos o que efectivamente tem sido!

O Governo apresentou um programa que define as principais orientações da política sectorial da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais de 84 páginas, com programas de investimento e acções de desenvolvimento para 1986, consignando, por outro lado, no Programa do Governo o intuito de regularizar, adaptar, propor, publicar e implementar a legislação ambiental.

Bom seria que estas intenções, mesmo que uma pequena parte, tivessem sido levadas à prática. Mas não!

Os serviços continuam sem estruturas orgânicas (veja-se o caso do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação) ou propõem-se ter estruturas megalomanas que em vez de clarificarem situações vêm confundir competências e duplicar ou triplicar os canais de execução, para além de, despidoradamente, se tentar retirar às autarquias competências que constitucionalmente lhes cabem.

Veja-se a Lei Orgânica do Ministério do Plano e da Administração do Território, que visaria cumprir a promessa de «consolidar e estruturar os serviços respon-

sáveis pela implementação da política de ambiente e recursos naturais». Contudo, esse diploma, para além de patentear uma descarada tentativa de institucionalizar instrumentos que permitam uma intromissão na esfera do poder local e de tentar torpedear a realização de uma efectiva regionalização, está muito longe de corresponder a uma melhor estruturação dos serviços responsáveis pela política de ambiente e recursos naturais.

A agora criada, a prazo, Direcção-Geral dos Recursos Naturais (porque resultará da extinção das Direcções-Gerais dos Recursos e Aproveitamento Hidráulicos e do Saneamento Básico a concretizar no prazo de um ano, o que é de duvidoso cumprimento) pelas atribuições que lhe são cometidas melhor seria que fosse designada de direcção-geral de alguns recursos naturais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, em vários pontos, as atribuições da Direcção-Geral dos Recursos Naturais sobrepõem-se, confudem-se e repartem-se com as atribuições da Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente. Veja-se, por exemplo, que no domínio dos recursos hídricos, numa direcção-geral existirá uma direcção de serviços de gestão dos recursos hídricos e noutra direcção-geral uma direcção de serviços da qualidade da água. Será assim que se implementa uma gestão unificada e global dos recursos hídricos?

Quanto aos prometidos órgãos gestores de bacias hidrográficas, a sua criação é remetida para um futuro não determinado, com estatuto, âmbito territorial e competências também não determinadas.

E quem irá efectivamente gerir os recursos hídricos? A Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Hídricos ou os tais organismos regionais, visando a administração das bacias hidrográficas?

Os serviços estatais continuam sem pessoal, sem meios, sem directivas para executar as tarefas que lhes estão cometidas.

Veja-se o caso das florestas, onde para além da falta de uma política florestal de fundo, o que até parece interessar ao Governo ou aos impérios industriais que defende, os quadros técnicos estão cada vez mais envelhecidos e os jovens quadros estão desempregados ou afectos a outras actividades para as quais não foram formados. Os quadros médios, nomeadamente guardas florestais, quase não existem, as verbas disponíveis são reduzidíssimas ou inutilizáveis por dificuldades burocráticas ou falta de enquadramento técnico adequado e o resultado disso está à vista:

São os fogos e a crónica falta de respostas preventivas e curativas adequadas;

É o expandir de florestas exóticas que têm a ver com o interesse de alguns mas que não têm com certeza a ver com interesses nacionais;

É o envelhecimento e a degradação acentuados de povoamentos florestais extremamente importantes, como os montados de sobre e azinho, que para além dos rendimentos económicos directos e indirectos que proporcionam e da significativa quantidade de mão-de-obra que afectam, são ainda os melhores ecologicamente adaptados às áreas onde ocorrem;

É a falta de cumprimento das metas de arborização propostas;

É a falta de apoio ao associativismo florestal; É a falta de dinamização da produção de bens secundários da floresta, até agora inaproveitados, como são a pastorícia, a caça, a pesca, o mel, o recreio, as plantas aromáticas e medicinais, etc.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — A política agrícola, com todas as panaceias que se dizia vinham da CEE, está aí para mostrar como, ao contrário daquilo que se falou para as florestas, têm quadros, muita gente, e jovem; vejamo-nos os Serviços Regionais de Agricultura que continuam, por outro lado, improdutivos e o pouco que fazem é velho, degradante, e pouco tem a ver com as necessidades dos agricultores. Assim o dizem os próprios agricultores através das suas organizações.

A barafunda é completa:

São montões e montões de dinheiro que vem da CEE! — afirmava-se.

E nós perguntamos: E vêm mesmo?

Hoje, toda a gente comece a duvidar... Faltam os projectos — dizem uns. Não é bem como pensávamos — dizem outros. É só para algumas acções específicas — dizem os entendidos.

E o tempo vai passando e o propagandeado nunca mais chega...

Entretanto, continuamos com as produções agrícolas unitárias mais baixas da Europa; continuamos a cultivar terras impróprias ou mais aptas para outros fins que não a agricultura; o apoio ao associativismo agrícola parece estar confinado às áreas de clientelas partidárias, etc.

No super-Ministério do Plano e da Administração do Território ficaram algumas das restantes áreas do ambiente e recursos naturais.

Interrogamos, pois, o Governo, seguindo algumas linhas do Programa:

Onde está o cumprimento da legislação sobre os solos de elevada aptidão agrícola? Será a sua ocupação por eucaliptos, estruturas urbanas clandestinas, estradas, etc., o cumprimento dessa legislação?

E por onde têm passado as medidas específicas para a recuperação dos clandestinos?

Que política de cooperação ambiental tem sido estabelecida com Espanha?

Sabemos pouco, mas aquilo que nos chega é ilustrativo de submissão e não de cooperação. Lembrem-se das declarações do Secretário de Estado do Ambiente quando sobre os problemas do nuclear, e em particular sobre a Central de Almaraz, disse que não se sabe o que fazer às águas com carga radioactiva, que se encontram no açude periférico à central. Estaremos a bebê-las um dia destes em Lisboa??

E as medidas concretas de protecção e valorização dos recursos e áreas sensíveis? O exemplo último pode ser testemunhado por vários deputados de várias forças políticas desta Casa. Na lagoa de Albufeira, cuja abertura periódica ao mar é necessária tendo em vista a renovação das respectivas águas, não se fazia, porque os serviços do Estado continuam embalados no velho jogo de «uns não intervêm, porque não têm competência, os outros não intervêm, porque não têm verba». E isto para não lembrar o Alviela, o Almonda, o Baixo Mondego, etc.

Mas para além da propaganda, que medidas concretas já foram adoptadas; que obras foram realizadas para prevenir a ameaça cíclica das cheias? Por exemplo: havendo conhecimento de que os serviços adequados já há muito preparam legislação para proteger as zonas adjacentes à ribeira de Lage, visando impedir a sua ocupação abusiva, por que não é publicada essa legislação? Esperar-se-á pela concretização de mais alguns empreendimentos imobiliários especulativos?

Sabendo-se também que foi já há vários meses dito à Câmara Municipal de Chaves que já estava pronta legislação para proteger a zona da veiga de Chaves, por que não é publicada essa legislação?

É que uma coisa é propaganda governamental de auto-promoção pessoal e outra é ser capaz de definir, assumir e executar uma política verdadeiramente construtiva.

Se nem mesmo aquela a que se propuseram são capazes de realizar!

Se apenas nos referimos à política de ambiente, é por falta de tempo, não por falta de argumentos!

Sr. Primeiro-Ministro, se nos perguntassem o que pensamos quanto à política geral do seu governo, também lhe dizia que achamos necessário despoluir os ecossistemas governativos.

Votar contra a sua moção é para nós um acto ecológico, assim o pensa o Partido Os Verdes.

Aplausos do PCP do MDP/CDE e de alguns Srs. Deputados do PS e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional (Leonardo Ribeiro de Almeida): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho pena que não esteja presente na Sala o Sr. Deputado Magalhães Mota, pois a ele se dirige essencialmente a minha intervenção, na medida em que ontem fez uma referência expressa ao sector da defesa nacional.

Vozes do PCP: — Manda-se chamar!

O Sr. João Amaral (PCP): — E se for preciso nós saímos!

O Orador: — Por isso, e se o Sr. Presidente me permitir, gostaria de aguardar uns momentos para ver se entretanto o Sr. Deputado Magalhães Mota chega.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro.

O Orador: — Muito obrigado.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, uma vez que o Sr. Deputado Magalhães Mota ainda não chegou ao fim destes minutos de espera, pedia a V. Ex.^a o favor de prosseguir com a intervenção.

O Orador: — Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex.^a e vou, então, dar início à minha intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Magalhães Mota acusou o Governo, no que respeita ao sector da defesa nacional, de não ter trazido a esta Assembleia, nos sete meses

Vejo que o Sr. Deputado Magalhães Mota já se encontra presente, facto que lhe agradeço, e como estava no início da minha intervenção, se o Sr. Presidente autoriza, começarei de novo.

O Sr. Presidente: — Façá favor.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Magalhães Mota acusou o Governo, no que respeita ao sector da defesa nacional, de não ter trazido a esta Assembleia, nos sete meses que leva de exercício das suas funções, nenhum dos textos legais referidos na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Com a devida vénia, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não é exacta a afirmação de V. Ex.^a

O Governo apresentou a esta Assembleia a Lei de Serviço Militar, aliás já aprovada na generalidade.

Embora não se intrege no elenco de diplomas a que se refere o artigo 73.^º da Lei de defesa Nacional e das Forças Armadas, apresentou o Governo uma proposta de lei sobre o estado de sítio e o estado de emergência, matéria que é referida noutro passo da mesma lei e que foi discutida, votada e aprovada na generalidade em Plenário. E há-de reconhecer-se que essa proposta constituiu uma contribuição muito útil para o debate daquela matéria.

E, porém, certo que o Governo não enviou ainda a esta Assembleia as propostas de lei que do elenco do artigo 73.^º estão por discutir e votar.

Srs. Deputados, a legislação em causa é de sua natureza muito delicada, e por isso de elaboração complexa. Esse conjunto de diplomas há-de condicionar em múltiplos aspectos a actividade futura das forças militares, das Forças Armadas. Por isso mesmo, tem de ser elaborada com a devida ponderação; e não se argumente com o facto de já existirem ou terem existido outras iniciativas legislativas. Elas são, com certeza, valiosas contribuições de estudo. Mas por muito respeito que mereçam — e merecem — os seus autores, o Governo não aliena a faculdade e, mais do que a faculdade, o dever de buscar por si mesmo, com atenção a todos os contributos, as soluções que considere mais adequadas.

Acresce ainda que o Ministro da Defesa Nacional aprovou, em Dezembro findo, o conceito estratégico militar que o Conselho Superior de Defesa Nacional em sequência confirmou.

Como decorrência desse texto, o Ministro da Defesa Nacional determinou, por despacho de fins de Maio último, que deverão ser apresentadas, até 15 de Julho próximo, as missões específicas das Forças Armadas, o sistema de forças e o dispositivo.

Tais definições são, por sua vez, o pressuposto da elaboração da primeira lei de programação militar, a qual, nos termos da respectiva lei quadro, o Governo apresentará oportunamente em articulação com o Orçamento do Estado para 1987. E considera-se que também a elaboração e confirmação destas definições dará uma visão de conjunto que só pode ser positiva nos trabalhos legislativos que o Ministério da Defesa Nacional tem em curso, ainda que, e como é óbvio, muitas vezes possam não ter alguma influência, pelo menos directa.

Por tudo isto se optou, e disso assume inteira responsabilidade pelo critério que preferiu a uma rapidez porventura leviana a reflexão que, para ser séria e profunda, exige tempo.

Pausa.

Em todo o caso, e tendo em conta o ritmo a que neste momento no Ministério da Defesa se trabalha nesse sector, posso anunciar que no início da próxima sessão legislativa o Governo conta apresentar ao Parlamento todas ou quase todas as propostas de diplomas que hão-de ter a natureza de lei votada por este Parlamento e a que o artigo 73.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas se refere. Fá-lo-á então em plena consciência de que fez o seu melhor.

Diria até mais o seguinte: a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, que todos VV. Ex.^{as} votaram, considerou necessários, como se vê no seu artigo 73.º, os prazos de doze a dezoito meses para a elaboração desses textos pelo Governo de então. Ora, já se censura o Governo por não o ter feito em sete meses.

É por tudo isto que me cumpre fazer-lhe, Sr. Deputado, um agradecimento. V. Ex.^a, ao censurar o Governo por não fazer em sete meses aquilo para que a lei na altura entendeu que qualquer Governo precisaria de doze ou dezoito, reconhece, implicitamente, uma capacidade singular a este governo. É realmente desvanecedor. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Dá-me licença, Sr. Ministro.

O Orador: — Com certeza.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Ministro, queria agradecer-lhe duas coisas: primeiro, por ter tido a bondade de me dedicar a sua intervenção e de ter aguardado que eu estivesse presente. De facto, eu não estava na Sala. Se soubesse que o Sr. Ministro iria intervir, teria, com certeza, tomado eu próprio, a iniciativa de estar aqui.

O Orador: — Muito obrigado.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Mas quando houve a conferência de líderes o Sr. Ministro não estava inscrito e daí a previsão não ser essa.

De qualquer modo, quero agradecer-lhe a atenção e também o facto de ter confirmado aquilo que eu disse.

Em 1982 foi votada a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. O Sr. Ministro encontrou textos publicados em livro editado já, portanto à venda nas livrarias, com um anteprojecto, com um projecto elaborado pronto para ser apresentado na Assembleia da República.

Desde 1982 até hoje, quatro anos volvidos, certamente esses textos tiveram variadíssimas modificações e ocasiões de ponderação.

Portanto, para uma nova reponderação de um texto já existente desde 1982 o Sr. Ministro entende que sete meses não foram de mais?

Eu penso que sim, que esses sete meses foram excessivos. Só quero agradecer-lhe o facto de o Sr. Ministro ter confirmado que, tal como disse, o Governo não apresentou esses textos à Assembleia da República.

O Orador: — É evidente que V. Ex.^a teria toda a razão se o Ministro da Defesa Nacional e o Governo, assim, em jeito de cácula, sabendo que havia ali já alguma coisa feita, se demitissesem de pensar e as apresentassem de chapa.

Aplausos do PSD.

Para concluir, queria fazer uma dupla reflexão.

V. Ex.^a afirmou que isto acontecia quando a opinião pública discute a necessidade e a utilidade das Forças Armadas.

Sr. Deputado, se V. Ex.^a entende que merece a designação de opinião pública aquela de que partilham apenas alguns grupúsculos sem significado nem expressão, então talvez haja alguma realidade na sua afirmação. Mas esses são felizmente aqueles muito poucos que buscam apenas desestabilizar, dividir, perturbar por todos os meios a unidade e a autoridade do Estado.

Todavia, se por opinião pública pretendeu referir o sentimento real do povo português, a sua afirmação não passará então — e digo isto sem prejuízo do muito respeito que tenho por V. Ex.^a — de uma pura fantasia, porque a realidade evidente é que o povo português, na sua esmagadora maioria, tem pela instituição militar um sentimento da sua indispensabilidade; não a discute, porque sabe que as Forças Armadas se identificam com a nossa própria história e que são a garantia última da independência e da soberania nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria, ainda, de dizer-lhe o seguinte: V. Ex.^a pecou por defeito quando, em jeito de fino humor, falou no gosto que se tem pela hierarquia. Porque eu não tenho apenas gosto pela hierarquia, mas algo de mais importante; tenho respeito, porque as hierarquias resultam da lei; e quando assim é respeitar a hierarquia é respeitar a lei de que promanam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para concluir, devo dizer que é no respeito pela hierarquia que se vem sucessivamente cumprindo, com seriedade e com capacidade possíveis — só nesse limite —, o dever indeclinável de executar as competências políticas que a Constituição e as leis democraticamente atribuem ao Ministro da Defesa Nacional.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota, para formular pedidos de esclarecimento.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Ministro da Defesa Nacional, verifiquei, pelo trabalho feito pelo Governo em relação ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PRD, que o Ministério da Defesa Nacional tem várias matérias em estudo — não apenas as leis respeitantes à área da defesa mas várias outras —, entre as quais, por exemplo, se conta o estatuto social dos bombeiros.

Gostaria que o Governo explicitasse nesta discussão por que é que o Ministério da Defesa está a estudar o estatuto social dos bombeiros.

O Sr. Vidal Amaro (PCP): — É a defesa dos incêndios! . . .

O Orador: — Por outro lado, disse o Sr. Ministro que eu não teria razão quanto a uma situação que creio existir de facto nas Forças Armadas e que, do meu

ponto de vista — que é discutível, como todos —, justificaria uma maior celeridade de actuação do Ministério da Defesa Nacional.

Gostaria que o Sr. Ministro nos explicasse como é que, na tal situação de tranquilidade que V. Ex.^a vê, se justificam recentíssimas afirmações de chefes militares — refiro-me, por exemplo, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas — e até as próprias declarações do Sr. Primeiro-Ministro na deslocação que fez ao campo de instrução militar de Santa Margarida.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Ora aí está!

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado Magalhães Mota, toda esta Câmara lhe presta homenagem — sei-o por experiência própria, pelos largos anos que tenho de presença aqui — pelo facto de V. Ex.^a ser um infatigável requeredor.

Risos do PSD.

E de tal maneira o é, que os pobres requeridos se sentem avassalados pelos seus requerimentos.

Isto é uma homenagem...

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — O que é preciso é responder!

O Orador: — Por exemplo, ainda na segunda ou na terça-feira, de manhã, me chegou às mãos um requerimento de V. Ex.^a a pretender saber o que é que já tinha feito para cumprir o Programa do Governo, e eu senti necessidade de dizer tudo. Simplesmente, acontecia que, entretanto, já tinha compromissos inadiáveis que era preciso honrar, e por isso solicitei aos meus serviços que me fornecessem todos os elementos possíveis. Eram 3 horas da manhã quando consegui fazer chegar às mãos do Sr. Ministro Adjunto e para os Assuntos Parlamentares, a colectânea que foi possível fazer de tudo isso.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Então, colecta de mais!

O Orador: — Então, se lhe serve melhor, Sr. Deputado, emprego a palavra colecção.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — O Sr. Ministro estava a dizer que apanhou de mais!

O Orador: — Exacto. Ora até que enfim que o Sr. Deputado hoje acertou.

Risos.

Aplausos do PSD.

Hoje tenho de me felicitar porque realmente tive aqui duas óptimas oportunidades: uma de esclarecer o Sr. Deputado Magalhães Mota e outra de ouvir sair daí, dessa bancada, uma coisa certa.

Sr. Deputado, o que acontece é que no meu gabinete, como de resto em todos, estão diplomas que circulam e, como tal, trouxeram-me a relação dos diplo-

mas: uns, que são originários do meu gabinete e também dos originários de outros gabinetes. É evidente que o estatuto social dos bombeiros foi-me enviado do gabinete do Sr. Ministro da Administração Interna. Simplesmente, naquele afã de responder com toda a fidelidade e capacidade, a quem tanto respeito nos merece quando requer, a verdade, Sr. Deputado, é que aconteceu vir também aquele.

Mas devo dizer-lhe uma coisa: sinto-me feliz porque se pecou por excesso e não por defeito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Dir-lhe-ia, ainda, Sr. Deputado...

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Ó ignorantes, não o obriguem a explicar tudo!

Risos do PSD.

O Orador: — ..., que o discurso do Sr. Primeiro-Ministro — e aqui peço licença a V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, e se julgo interpretar com fidelidade o seu pensamento, a que adiro — se traduz no seguinte: todos nós sabemos que, por efeitos da revisão constitucional de 1982, se entrou, com uma muito agradável saúde moral e política, numa situação de as Forças Armadas estarem subordinadas ao legítimo poder democrático; e se a partir daí se acabou com situações, por certo, democraticamente anómalas de prevalência de um certo poder militar na nossa sociedade em período revolucionário, também não é legítimo que se procure agora ou que em qualquer momento se tomem atitudes que possam estabelecer em relação a qualquer classe activa do nosso país, neste caso a dos militares, uma espécie de situação de cidadão de 2.º, que, só por pertencer a essa classe, não deve ter acesso a determinadas funções.

O Sr. Malatô Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É essa a posição que definimos e que o Sr. Primeiro-Ministro significou quando fez essa referência em Santa Margarida, onde eu estava presente. Penso que consigo reproduzir, não direi fotograficamente, mas, pelo menos, com grande grau de exactidão, as suas palavras: «Os militares são cidadãos portugueses como quaisquer outros, e há neles portugueses dos melhores.»

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, quando as Forças Armadas, às vezes, se referem com insatisfação às limitações orçamentais que não lhes permitem exercer o grau de actualidade que desejariam, não o fazem com o espírito de contestação. Porque também é verdade quando se diz que um país que tem de votar um terço das suas despesas orçamentadas ao serviço da sua dívida que não ao seu pagamento, patrioticamente, os militares compreendem. O que é mais difícil fazer-lhes compreender é que se censure um governo que se tem, por um lado, que limitar-lhes a sua acção patriótica, quando por outro, procura acabar com certos cancos e certos elefantes brancos que são hoje um alto prejuízo na nossa economia.

Aplausos do PSD.

Penso, Sr. Deputado Magalhães Mota, ter-lhe dado a explicação que neste caso cabia. Quero agradecer-lhe o facto de ter vindo e pedir-lhe desculpas se, porventura, fiz suspender a elaboração de mais algum pacote de requerimentos.

Risos e aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Creio que neste momento não se encontra na bancada do Governo o Sr. Ministro da Educação e Cultura, que é um daqueles que gostaríamos de ouvir neste debate da moção de confiança. E não se diga que é por falta de tempo, porque o Governo poderá ter o tempo que quiser.

Gostaria de colocar-lhe algumas questões directamente, mas, uma vez que ele não se encontra presente, aqui as deixo na minha intervenção.

Relativamente às construções escolares, o Programa do Governo apostava na implementação de programas de construção escolar destinados a modificar a curto prazo a crónica situação de carências que se faz sentir, sobretudo nas zonas metropolitanas.

Para o efeito, o Governo empenhou-se em modificações estruturais do aparelho de Estado, fundindo duas direcções-gerais (a Direcção-Geral do Equipamento Escolar e a Direcção-Geral das Construções Escolares) e criou um regime transitório para requisição de fundos para financiar os investimentos em construções escolares.

Gostaríamos de ser informados em que medida foram conseguidos os objectivos mínimos que o Governo apresentou, neste domínio, à Assembleia da República.

É público que os empreiteiros se queixam de bloqueios contínuos ao processo de financiamento, pese embora o facto de a nossa Direcção-Geral (dos Equipamentos «Educativos») estar dotada de autonomia administrativa, situação que, aliás, só tem virtualidades na medida em que os serviços se encontram dotados de operacionalidade para que as requisições de fundos não sofram bloqueios.

Não parece ser essa a situação vivida pelos empreiteiros. Como também não parecem existir mecanismos que permitam obviar aos atrasos sistemáticos de construção, na falta de um controle efectivo por parte do Estado do ritmo das construções.

Carece, assim, de sentido qualquer expectativa de ser levado à prática o programa especial de equipamentos educativos que o Governo frequentemente refere à opinião pública.

A análise do PIDDAC 86 identifica 99 escolas a lançar, das quais 22 ditas «indispensáveis» ao lançamento do próximo ano lectivo.

Poderá o Governo fornecer à Assembleia o ponto da situação da construção destas escolas? Qual a fase em que se encontram e o volume de investimentos envolvido no sobresforço para a sua execução, de modo a que a Assembleia da República seja informada da rentabilidade deste em termos sociais e económicos?

E em relação às escolas (que são dez) inscritas em programas integrados de desenvolvimento regional: em que medida se justificam os notórios bloqueios ao seu desenvolvimento?

Estas são algumas das questões que gostaríamos de ver esclarecidas pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura. Mas o Sr. Ministro entrou calado e calado sairá, tal, de resto, como acontece com outros senhores ministros que, infelizmente, não esclareceram esta Câmara sobre o cumprimento do Programa do Governo, o que é muito grave, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando é o próprio Governo que apresenta uma moção de confiança.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é de estranhar que, na sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro tenha apresentado como único e grande êxito do seu Governo a descida verificada na taxa de inflação.

Não é de estranhar, porque sete meses não é tempo suficiente como, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro sabe, para se avaliar do sucesso ou do insucesso de um governo em matéria económica. Daí que não se entenda bem o sentido e o alcance desta moção de confiança, já que a figura da reconfirmação da passagem de um programa de governo perante esta Câmara não se encontra constitucionalmente prevista nem tem sido prática habitual de outros governos.

Não é de estranhar, ainda, porque esse êxito se ficou a dever a inúmeros factores, quase todos alheios à acção do Governo, e de que se destacam a queda do preço do petróleo, a baixa da cotação do dólar, a baixa das taxas de juro internacionais e a própria desaceleração da inflação, que há muito se vinha manifestando.

Esta é, aliás, a explicação lógica para o facto de a inflação, pelo menos medida de Maio a Maio, já se encontrar mais de dois pontos abaixo da meta fixada pelo Governo no seu programa. Tal vem provar que esse facto não é um sucesso do Governo, é uma decorrência da envolvente económica externa.

Defendeu o Governo no seu programa, e mais tarde nas grandes opções do Plano, uma política salarial, definida na base da inflação projectada e da concertação social, que permitissem uma evolução dos salários reais, na ordem dos 2,5% a 3%. Tal disposição levaria mesmo a fornecer uma indicação para a negociação colectiva ao nível do sector público, tornando como referência aumentos da ordem dos 16,5%.

Relativamente a salários negociais durante o primeiro trimestre de 1986 (actualização extensiva a cerca de 80% do total de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho), o aumento salarial médio intertabelas terá sido da ordem de 18,6%. Contudo, enquanto para as empresas públicas o acréscimo atingiu os 21,5%, para os trabalhadores das empresas privadas ficou-se pelos 17,8%. Será, talvez, altura de relembrar que não faz concertação social quem quer e como quer e de perguntar ao Sr. Ministro das Finanças e ao Sr. Primeiro-Ministro a quem cabe a responsabilidade por um eventual disparo do consumo privado, se ao Governo se à Assembleia da República. Têm, agora, a oportunidade de comparar a «insignificância» do GAP entre estes valores e a inflação projectada e as pequenas reduções ao nível do imposto completar e profissional, introduzidas pela Assembleia da República, aquando da aprovação do Orçamento do Estado.

Assim se prova que o Governo falou a despropósito do disparo do consumo privado, porque o fez fora do tempo e identificando mal os seus autores.

Referia o Governo, no seu programa, ter a «certeza de que as empresas portuguesas responderão ao desafio que é realizar enorme esforço de investimento, o qual, por sua vez, criará muitos postos de trabalho». Começa a resultar claro, hoje em dia, que está posta em causa — aliás, como foi confirmado — a meta de 10% de crescimento para o investimento privado. Efectivamente, mantém-se estacionária nos 75% a taxa de utilização da capacidade produtiva na indústria, que deve ser considerada baixa e condicionante fortemente negativo de um processo de investimento generalizado, que não seja meramente de inovação.

As previsões que constam do insuspeito relatório da OCDE sobre Portugal apontam já para os 8% de crescimento.

Não basta — como o Sr. Primeiro-Ministro ontem referiu, perante esta Câmara — que existam intenções de investimento (note-se que as expectativas apontavam para um aumento deste de mais de 14%, relativamente a idêntico período do ano passado). Como se sabe, este indicador é medíocre e meramente conjuntural. As expectativas podem não ser traduzidas em verdadeiros investimentos e assim tem acontecido nos últimos meses, recordando-se, até, que as intenções de investimento já eram elevadas antes da tomada de posse do Governo.

E quanto ao desemprego, haverá que assinalar, infelizmente, que, no final do 1.º trimestre de 1986, a taxa de desemprego subiu para 11,1% e que nos encontramos acima dos 500 000 desempregados. No mínimo, mais 30 000 desempregados em sete meses, se atentarmos nos números referidos no Programa do Governo.

Aumenta o desemprego, baixam as expectativas de crescimento do investimento privado. Os empresários parecem, decididamente, não estar com este governo. E, em nossa opinião, existem razões para isso. Na ausência de uma política industrial, não foram explicitados os critérios de orientação sectorial e espacial do investimento; não há um sistema apropriado de incentivação do investimento produtivo; não se encontra minimamente configurada uma adequada «política de alianças» com o investimento estrangeiro; não se divulgaram orientações básicas em matéria de transferência de tecnologia; não se tiveram em conta os embriões, criados pelo governo anterior, de uma rede de informação, técnica e tecnológica, aos empresários.

Disse o Sr. Primeiro-Ministro que as vendas de cimento e de aço continuam a apresentar uma tendência de crescimento positiva. É verdade, mas é, apenas, meia verdade. Tal facto ficou a dever-se ao relançamento do subsector das obras públicas, propiciado pelo financiamento do FEDER, e à própria inflexão positiva do Orçamento do Estado. Falta, contudo, referir que a construção de habitações continua, no entanto, ainda em quebra acentuada. Ao longo do 1.º trimestre de 1986, o número de licenças concedidas para a construção de habitações novas desceu cerca de 10% em relação ao 1.º trimestre de 1985, mantendo uma tendência de evolução negativa que se vem, mantendo, sem interrupção.

Em matéria de exportações, também o objectivo de crescimento de 5,5% em volume se encontra, desde já, fortemente comprometido. Durante o 1.º trimestre deste ano, as exportações apresentaram sensivelmente

o mesmo valor em escudos que no trimestre homólogo do ano anterior, o que é, de facto, prenúncio de uma quebra em termos reais.

Mas, mais grave é o que se passa relativamente ao comércio com a Espanha. Há que salientar, como aliás era previsível, a profunda degradação sofrida pela balança comercial com este país no 1.º trimestre do corrente ano. A taxa de cobertura das importações portuguesas com origem em Espanha, pelas exportações portuguesas com destino a esse mercado, desceu acentuadamente. A suspensão de algumas barreiras alfandegárias, ditadas pela adesão à CEE, estará a beneficiar, particularmente, a penetração dos produtos espanhóis, situação agravada pelas diversas barreiras suplementares que os espanhóis vêm colocando às exportações portuguesas com destino aos seus mercados.

E não me alongo mais porque, com a extinção do Instituto de Análise de Conjuntura e Estudos de Planeamento (IACEP), tive grande dificuldade em recolher e trabalhar alguns destes dados. Ao extinguir o melhor serviço de conjuntura tratada do País, não se pode o Governo queixar de qualquer obstrução ao seu programa.

Esta leitura que acabei de fazer poderá ser uma leitura parcial e o Governo tal poderá afirmar. Contudo, era a leitura que faltava fazer e que nem a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro nem a do Sr. Ministro das Finanças esclareceram devidamente.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto, para formular esclarecimentos.

O Sr. Carlos Pinto (PSD): — Queria fazer uma pergunta, muito breve, ao Sr. Deputado Carlos Lilaia, no ponto da sua intervenção em que, referindo-se às relações com a Espanha, afirmou que estas prenunciavam algo bastante negativo para o nosso sector exportador.

A pergunta muito concreta que lhe queria colocar é se o Sr. Deputado tem conhecimento de que, por exemplo, no sector da cordoaria se prevê, este ano, um aumento das nossas exportações de 180%.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — A continuar assim, enfocamo-nos com essa corda toda.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Deputado, devo esclarecer-lhe que, de facto, não tinha conhecimento desse valor em relação ao sector da cordoaria. Efectivamente, é um resultado parcelar.

Mas tenho em meu poder um elemento que não referi e que revela a situação da taxa de cobertura da nossa balança comercial com a Espanha, que se degradou ao ponto de ter descido de 48% para 40%. Esse é que é, de facto, um elemento significativo e de grande peso. É um indicador global, enquanto os valores referentes à cordoaria constituem um mero indicador parcelar.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Correia de Jesus): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tomarei dois minutos à Câmara para prestar um esclarecimento, que julgo necessário.

Na intervenção que aqui produziu o Sr. Deputado Magalhães Mota, com o intuito de infirmar declarações do Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso de apresentação da moção de confiança, referiu que foram aprovadas 14 das 27 propostas de lei apresentadas pelo Governo.

Porém, só nove dessas propostas de lei é que foram objecto de votação final global. E destas nove, três respeitam, respectivamente, ao Orçamento Suplementar, ao Orçamento do Estado para 1986 e às grandes opções do Plano. A outra proposta de lei que o Sr. Deputado diz ter sido aprovada não é a que o Governo aqui apresentou mas é um texto alternativo da comissão sobre salários em atraso...

Um voz do PCP: — Estamos a brincar com coisas sérias.

O Orador: — ... tão distinto da proposta de lei do Governo que este até teve de pedir a declaração da sua inconstitucionalidade.

O Sr. Deputado Magalhães Mota também deu grande relevância ao facto de o Governo ter retirado o pedido de urgência, relativamente à proposta de lei n.º 5/IV, respeitante à atribuição de um canal de televisão à igreja católica.

Por contraditório que pareça — e o Sr. Deputado Magalhães Mota sabe muito bem que é assim —, o Governo retirou o pedido de urgência porque tinha urgência. Isto parece contraditório, mas todos os senhores deputados que conhecem o Regimento sabem que é assim. É que este mecanismo regimental, que visa a celeridade do agendamento e a aprovação das iniciativas legislativas, obriga a mais uma discussão, que é a da urgência e, por isso mesmo, atrasa todo o processo legislativo. Parece-me que, também aqui, o Governo agiu correctamente e depressa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Ó Sr. Secretário de Estado, isso nem parece seu!

O Orador: — Aliás — e a comprovar este entendimento —, basta referir que o pedido de urgência da proposta de lei n.º 6/IV, sobre leis laborais, apenas foi discutido e rejeitado 45 dias depois de ter dado entrada na Mesa da Assembleia da República.

Finalmente, o Sr. Deputado Magalhães Mota foi mesmo ao ponto de dizer que a proposta de lei n.º 14/IV «foi aprovada, como tal é uma lei». Se não há erro de numeração, a proposta de lei n.º 14/IV foi aprovada na generalidade e encontra-se em comissão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PCP: — Muito mal!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota, para formular esclarecimentos.

O Sr. Magalhães Mota (PRD): — Sr. Secretário de Estado, penso que, no essencial, estão confirmadas as minhas afirmações.

Quanto à proposta de lei n.º 14/IV, não estou, agora, habilitado com documentos à minha frente e admito que é possível um erro. Se o Sr. Secretário de Estado tivesse tido a bondade de me avisar do erro, teria tido ocasião de poder corrigir este meu pensamento. Mas não tem importância. Penso que não é por um erro em relação à proposta de lei n.º 14/IV que se alteram os resultados globais que estavam em causa e, esses sim, estavam certos. Mantenho-os, e o Sr. Secretário de Estado confirma-os.

Gostaria apenas de lhe perguntar o seguinte: tendo esse conhecimento de processo de urgência por que razão o usa, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Exacto!

O Orador: — Era apenas isto que lhe queria perguntar.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem V. Ex.º a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Queria só salientar que, realmente, tenho uma certa dificuldade em compreender como é que em 27 propostas de lei uma diferença de 14 para 9 não altera os resultados substanciais apresentados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Não é nada disso!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que estão suspensos os trabalhos.

Retomarmos às 22 horas, com as declarações finais de cada um dos grupos parlamentares para encerramento definitivo do debate, após o que se procederá à votação da moção de confiança seguida das consequentes declarações de voto.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares para interpelar a Mesa.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, é só para precisar um pequeno ponto. Suponho que, só por lapso, é que o Sr. Presidente não terá referido que nas declarações finais também intervirá o Governo.

O Sr. Presidente: — Foi, certamente, por lapso. Srs. Deputados, estão suspensos os trabalhos até às 22 horas.

Eram 20 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 22 horas e 35 minutos.

Para a primeira intervenção final, vou conceder a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — É para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — Sr. Presidente, entendemos que o presidente do MDP/CDE não deverá usar da palavra enquanto não estiverem presentes o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo. Aguardaremos o tempo que for necessário pela sua chegada, mas não usaremos da palavra sem a presença do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — O que o Sr. Deputado acaba de fazer não é bem uma interpelação, mas mais uma imposição à Mesa, que aceitamos de bom grado, porque certamente o Sr. Deputado não quererá ter sido tão imperativo.

Aguardaremos, pois, pela chegada do Sr. Primeiro-Ministro.

Pausa.

Para uma intervenção, tem, então, a palavra o Sr. Deputado José Manuel Tengarrinha.

O Sr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A nossa primeira intervenção no debate da moção de confiança solicitada pelo Governo aponta claramente para o sentido do voto do MDP/CDE: a sua rejeição.

Caracterizámos, nessa intervenção e ao longo do debate, as circunstâncias em que este pedido de confiança é formulado e indicámos as razões circunstanciais que tornariam incoerente e incompreensível qualquer outra atitude.

Mas as razões do nosso voto de rejeição não são de circunstância, mas de fundo, e radicam-se no essencial nas orientações programáticas do MDP/CDE e na sua prática política.

A apresentação de uma moção de confiança é um ponto alto do sistema político nacional, tal como está configurado na nossa ordem constitucional.

Trata-se de julgar na instância adequada — a Assembleia da República — a prática governativa.

Este julgamento não é abusivo, quer incida sobre aspectos da política geral do Governo, quer sobre aspectos parcelares, quer seja positivo, quer seja negativo.

Insolitamente, o Governo, no seu conjunto, e o Primeiro-Ministro, em particular, parecem crer ou fazer crer — e deram abundantes provas disso durante este debate — que a formulação de juízos negativos sobre a prática do Governo constitui um abuso por parte dos deputados.

Ora, ao constituir um governo minoritário, sabia o Primeiro-Ministro que, sendo só seu o Programa e a táctica, não poderia esperar apoio sistemático da oposição.

Não tem, pois, qualquer sentido acusar a oposição de bloquear a execução do Programa do Governo, a não ser com uma inversão completa dos valores e do conceito dos mecanismos da democracia parlamentar segundo as normas da Constituição da República:

Em duas palavras: o Primeiro-Ministro aceitou constituir um governo minoritário, mas com o pressuposto absurdo e antidemocrático de não se conformar com

as consequências que daí resultariam, inevitavelmente, no plano do relacionamento entre o Governo e o Parlamento.

É, no mínimo, uma estranha originalidade, das muitas a que o Sr. Primeiro-Ministro nos tem habituado. Poderá dizer-se até que o Sr. Primeiro-Ministro terá como uma das suas não menores virtudes a de ser o chefe do Governo Português que certamente nos últimos anos apresenta maior soma de estranhas originalidades: é responsável por um governo minoritário, mas assume a atitude sobranceira de quem se apoia numa ampla maioria parlamentar; é mestre de economia e tenta apresentar imagem de rigor, mas foge a respostas precisas e claras sobre questões fundamentais, o que é exactamente contrário ao perfil do docente; fala na necessidade de diálogo, mas é um homem a quem falta, pelo menos, a qualidade de querer dialogar — não formalmente, mas efectivamente (entenda-se); diz aceitar o jogo democrático, mas põe como condição para governar que a oposição deixe de se lhe opor; sabe que o Governo é emanado do Parlamento, mas apresenta-se como se o Parlamento tivesse a obrigação de se lhe submeter.

Ora, o julgamento do Governo pelos deputados é a assunção estrita de responsabilidades que a Constituição da República lhes atribui, é um julgamento que antecede o julgamento pelo povo, através do voto, que o Sr. Primeiro-Ministro parece apostado em desencadear.

Tem afirmado o Primeiro-Ministro não recuar eleições antecipadas.

Não sabemos se verdadeiramente as receia ou não.

Mas o que sabemos objectivamente é que não cabe ao Governo interferir directamente na antecipação da consulta ao eleitorado; é que não deixarão de ser condenadas pelo povo português quaisquer manobras desestabilizadoras que visem fins estritamente partidários e não a resolução dos problemas nacionais; é que é ao Parlamento, e só ao Parlamento, que cabe decidir se as suas condições internas permitem ou não qualquer alternativa ao actual executivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quando o Governo pergunta à Assembleia da República se está ou não na disposição de permitir o cumprimento do seu programa, não coloca uma questão central; coloca, até, uma falsa questão.

Nesta Assembleia, os deputados poderiam ter pontos de vista diferentes quanto à validade do Programa do Governo quando não o inviabilizaram em Novembro do ano passado.

Alguns, como os do MDP/CDE, pensaram que o Programa era mau e que o Governo não era o Governo adequado aos interesses nacionais. Outros pensaram o contrário. Outros ainda resolveram dar ao Governo o benefício da dúvida.

Hoje, porém, a situação é outra.

Por um lado, era legítimo que o Governo apresentasse agora outro programa, outros objectivos, outras metas, perante a evolução da situação e das condicionantes internas e externas relativamente a Novembro.

Por outro lado, existe já uma prática que permite identificar as linhas de força da acção governativa ao longo destes sete meses.

São realidades, não presunções, o que temos todos nós de ter em conta. Realidades que têm de ser avaliadas com isenção, com objectividade, com coerência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A não rejeição da moção de confiança nas condições limites em que se verificará, se tal acontecer, não pode ser assumida como mais confiança no Governo do que aquela que existia quando o seu programa não foi inviabilizado.

Não pode permitir ao Governo persistir na prática política que, embora de ângulos diversos, foi criticada e condenada exaustivamente por todas as forças da oposição.

Não será admissível que se repita a insólita situação vivida neste debate, iniciadora da grande incapacidade de este governo se relacionar com o Parlamento.

Queremos referir-nos ao facto de o Sr. Primeiro-Ministro, em resposta aos pedidos de esclarecimento apresentados por numerosos deputados, se ter recusado ao balanço global da actividade do Governo, relegando essa resposta para as intervenções dos Ministros no decurso do debate, o que não viria a verificar-se.

O Governo tirará as suas conclusões deste debate e do resultado da votação.

Os partidos da oposição certamente o farão também.

Pelo nosso lado, tal como no debate sobre o Programa do Governo, dizemos que a fórmula adoptada para a constituição deste executivo estava ferida de fragilidade política e que a operacionalidade que permitiria era ilusória.

Reafirmamos que «a vida política evoluirá no sentido de se tornar necessária a criação de executivos com forte suporte político e social que mereçam a confiança da grande maioria dos portugueses».

Reafirmamos também que só o estabelecimento de consensos sobre as questões mais graves que o País enfrenta «permitirá lançar as bases para a sustentação de tais governos».

Reafirmamos ainda que, «no âmbito parlamentar e com inteiro respeito pelos mecanismos constitucionais, uma solução dessa natureza surgirá tanto mais próxima no horizonte das possibilidades quanto mais se for impondo no quadro das necessidades nacionais».

A Comissão Política do MDP/CDE, reunida no último fim-de-semana, antes de anunciar a moção de confiança do Governo, concluiu que «o que se tem passado no domínio das relações do Governo com o Parlamento traduz a falta de sintonia entre a política governamental e os reais interesses do País e a sua incapacidade de operar no quadro do regular funcionamento das instituições».

Concluímos também que «passado mais de meio ano sobre a entrada em funções do Governo, a sua estratégia de progresso controlado é uma aposta perdida».

Retomámos a tese, que vem sendo defendida publicamente pelo MDP/CDE desde Fevereiro, de que a substituição deste governo, no actual quadro parlamentar, não implica inevitavelmente a realização de eleições legislativas antecipadas.

A manutenção deste governo — factor principal da instabilidade política — ainda mais agravará essa instabilidade.

Nestas condições, o MDP/CDE, tal como afirmou publicamente a sua Comissão Política no passado dia 22, mantém-se aberto à procura de consensos que venham a constituir suporte político a uma alternativa de governo no quadro da actual Assembleia da República.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No dia 21 de Novembro de 1985, quando da investidura deste governo, declarei neste Parlamento:

Porque os conceitos constitucionais e regimentais são demonstradamente de conteúdo variável, a nossa posição em relação às moções de rejeição tem este significado: manter um governo de competência plena não significa a aprovação do Programa, que não pode ser exigível por um governo minoritário a um Parlamento de maioria de oposições. Mas não podemos omitir o aviso ao País, que ambiciona ser governado com estabilidade e pelo tempo de uma legislatura, que a solução é frágil, que disfimemente o Governo terá tempo para ganhar a legitimidade que vem da acção e que o normativismo dos factos deixa prever que se tentará evoluir para um governo de Assembleia, que reprovamos, que o programa legislativo se desenvolverá com tremendas dificuldades ou impossibilidades, porque os sistemas apriorísticos e os princípios preconcebidos fazem parte da sombria realidade protuguesa.

Os factos estão a comprovar o então dito!

O primeiro acto deste governo minoritário, que provocou uma onda importante de desconfiança, foi justamente a apresentação daquilo que ele chamou uma moção de confiança — a qual não se enquadrava na definição constitucional, porque não versa sobre uma declaração política, não respeita a uma conduta programada do Governo sobre uma questão de interesse nacional e se traduz simplesmente num inquérito sobre as intenções do Parlamento.

Rigorosamente, esta questão não deveria ter sido admitida, e apenas o foi, certamente, porque, como diria um dos nossos conhecidos constitucionalistas, por vezes há que esquecer a forma para atender à essência.

E não faltavam, todavia, matérias sobre as quais o Governo pudesse e talvez devesse utilizar constitucionalmente o mecanismo da moção de confiança, tais como: as negociações sobre o destino de Macau, que afectam os interesses nacionais num espaço onde o futuro parece escolher domicílio; sobre o destino da língua, que parece por vezes mais entregue aos computadores alheios do que à nossa iniciativa; sobre a utilização do mar patrimonial, que tem a ver com a nova configuração da nossa soberania e os nossos escassos recursos; sobre a nossa presença e contrapartidas que devemos exigir da NATO em vista da definição espanhola; as relações do poder civil com as Forças Armadas, cujo teor ainda hoje permite a um graduado oficial do activo, sem que se saiba quem o autorizou, continuar a ter uma acção proeminente na estratégia indirecta soviética, com a qual está diariamente a braços o sistema defensivo a que pertencemos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sobre algumas destas questões foi o Governo perguntado, sem responder até hoje. E a explicação está certamente no avultado número de perguntas em que se queixa de estar mergulhado, ou tam-

bém porque o seu critério do essencial não coincide com o do partido que pretende ser informado e que o País seja informado.

Quando mudou estruturalmente a situação de Portugal a partir de 1986, com a entrada nas Comunidades Económicas Europeias, trazendo-nos uma definição de Estado sem precedente na nossa experiência histórica, com obrigações e riscos nunca antes assumidos, pudemos ver decorrer os meses sem que ninguém neste Parlamento perguntasse qual era o novo conceito estratégico nacional que o Governo assumia e, até hoje, não deu mostras de ter reformulado.

Desta confiança — da Câmara —, passivamente demonstrada, não se queixa a governação, e em tais domínios, exemplificativamente enumerados, não veio perguntar pela confiança que alargasse os seus apoios parlamentares. Também considerariam oportuno, justificado e até inadiável que, em face da nova caracterização do estatuto de Portugal, o Governo pedisse a confiança sobre uma declaração de política geral, sem dúvida necessariamente coerente com o seu programa, mas não contida nele. Por exemplo: política agrícola no contexto da integração europeia, evitando o alarme que se generaliza e procurando objectivos que congreguem uma maioria superior àquela de que dispõe; política de educação que transmita às novas gerações um sentimento de identidade nacional, imprescindível em altura de integração económica, porque não temos tempo para continuar à espera dos resultados dos trabalhos de uma comissão técnica sem responsabilidade política; os pressupostos políticos (projeto de maioria) necessários à confiança dos investidores, menos atentos à propaganda e mais atentos às condições de estabilidade governativa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em vez disso, aquilo que esta intervenção do Governo produziu foi um sentimento geral de instabilidade, prejudicial porque a pergunta, seja qual for a resposta, não vai alterar em nada a situação das relações da Assembleia da República com o Governo, o qual rigorosamente não pede apenas que lhe refresquem a aprovação do Programa, também pede que lhe aprovem as políticas que virá a definir.

Vozes do CDS, do PS e do MDP/CDE: — Muito bem!

O Orador: — E fá-lo com base numa questão — concretamente o pacote laboral —, cujo resultado parlamentar estava prefixado desde que o próprio responsável pelo Governo colocou um ponto final no bloco central, estava prefixado antes e depois de assumir o Governo. Objectivamente é portanto um conflito esperado, voluntarista, enfrentando o sistema dentro do qual o Poder foi assumido, exactamente o contrário da prudência governativa para um governo minoritário que pretende continuar.

Sabemos que a estabilidade governativa, a proeza modesta de um governo de legislatura é indispensável, que a confiança não renascerá sem ela, que o sector privado continuará desastradamente a afundar-se em termos que, brevemente, não seria um programa de nacionalizações socialistas, mas a simples aplicação da lei das falências que o tornaria irrecuperável.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A nossa bancada assume o dever cívico de pregar a mudança do sistema e não se impressiona com a sua dimensão parlamentar a ponto de renunciar aos princípios: prefere acompanhar outras forças que emergem da mesma maioria sociológica, mas não se deixa afectar pelo pragmatismo, destituído de ética nacional.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Aquilo que não aceitamos é que o sistema que queremos alterar evolua, como previam os clássicos, para formas de poder pessoal, das quais, como temos várias vezes dito, existem neste país sinais preocupantes.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quando este governo minoritário foi investido, como recordámos, a nossa posição foi clara e não temos motivo para a modificar: viabilizámos o Governo com base na credibilidade que oferecia e na necessidade em que o País estava, e está, de ter um governo de pleno exercício, mas recusamos qualquer aprovação a um programa, do qual constariam medidas que também aplicaríamos, porque não tínhamos qualquer participação ou responsabilidade na sua elaboração ou execução.

Entretanto o Governo, parecendo de novo surpreendido pelo previsto, enfrenta as dificuldades do sistema que não ignorava e realmente aquilo que faz é declarar-se incapaz de governar dentro do sistema, tentando modificá-lo por forma ineficaz.

Temos a certeza de que a elasticidade do mesmo sistema não foi completamente utilizada e que métodos de maior concentração e menos voluntaristas estão ao alcance de um governo que não confunda as sondagens com os votos, nem o proselitismo partidário e bipolarizante com a pedagogia que pertence a um governo para todos os portugueses.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas se o Governo entende que não pode continuar, então que peça a demissão, com o mesmo voluntarismo e confiança com que subiu ao Poder, porque nada mudará no sistema, nada vai mudar com este acto inútil que aqui discutimos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. António Capucho (PSD): — Isso veremos!

O Orador: — Não pode ser transferida para o Parlamento a responsabilidade de mais uma crise, a partir de um pretexto que não é uma causa, que apenas deu origem a uma instabilidade sem objectivo e pressupondo uma sequência política que não está assente em qualquer segurança: a segurança de que haverá eleições gerais.

Não há segurança de que isso se passará e a queda do Governo desencadearia mecanismos de que ele próprio deve ser o responsável, ainda quando é inevitável que as consequências sejam do País.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Foi por decisão própria que o Governo criou as graves circunstâncias em que estamos, inutilmente, sem vantagens que se conhecem, nem proposta política que seja conhecida.

Nós adoptamos aquela que já reuniu, mais de uma vez, uma maioria sociológica à espera de expressão governativa, porque entendemos que é necessário mudar o sistema.

Esperamos que o Governo chegue à mesma conclusão e que o seu partido decida participar na responsabilidade de mudar o sistema para bem de Portugal. É apenas com o interesse no bem de Portugal que o CDS decide o seu voto esta noite.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Já anunciamos e fundamentámos o nosso voto contra a moção de confiança do Governo. Entendemos necessário, no entanto, aprofundar o significado desta iniciativa governamental, bem como o sentido do debate que acabámos de travar.

A apresentação deste voto de confiança pelo governo de Cavaco Silva e a forma retorcida como o faz estão na lógica da sua concepção muito peculiar de relacionamento com a Assembleia da República e os partidos da oposição.

Por muito que o Governo venha aqui e agora nesta situação especial afirmar o contrário, essa lógica não é a do diálogo político ou institucional, mas a de pressão, de chantagem, do *bluff* e a tentativa permanente de virar a opinião pública contra o Parlamento.

Isto começou logo em Dezembro-Janeiro com o orçamento suplementar, continuou com os pedidos de urgência sobre as propostas de lei relativas aos despedimentos e abertura da televisão ao capital privado.

Durante o debate do Orçamento para 1986 já o Governo encenava a abertura de uma crise e insinuou a possibilidade de demissão. Continuou no mesmo estilo. O Governo organizava o seu cabedal de queixa, como aliás mostrou neste debate. Nas vésperas da votação da autorização legislativa sobre os despedimentos, fazia constar que daria uma resposta à altura em caso de rejeição. Isto é, o Governo tornou-se prisioneiro das suas próprias jogadas. A chantagem e o *bluff* não podem fazer-se eternamente no vazio, sob pena de, em vez de produzirem qualquer efeito, provocarem o riso. Era o que começava a acontecer com o governo de Cavaco Silva. Isto explica como o Governo chegou à moção de confiança.

Mas por que chegou agora?

A nosso ver, há quatro razões que se interligam e completam para o explicar cabalmente:

Primeira, os maus resultados da sua política e a tentativa de desviar as responsabilidades para a oposição e a Assembleia da República;

Segunda, os severos revezes sofridos pelo Governo na guerra social que declarou aos trabalhadores e os propósitos de intensificar a demagogia;

Terceira, a próxima mudança das situações conjunturais internas que têm afectado dois partidos de oposição — o PS e o PRD;

Quarta, a tentativa de ganhar um novo fôlego para pressionar a passagem de outras propostas de lei particularmente contrárias à Constituição e à natureza do nosso regime democrático português.

Em relação à primeira, pode dizer-se que ela constitui um resultado líquido deste debate, corroborado por todos os partidos, salvo, naturalmente, o partido do Governo. Ao cabo de sete meses de exercício, os resultados obtidos pelo governo de Cavaco Silva são maus, o que é tanto mais grave quanto é certo que o Governo tem beneficiado de uma conjuntura interna e externa excepcionalmente favorável. O que há de bom resulta da conjuntura, não do Governo.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A incapacidade do Governo para aumentar o investimento produtivo e assegurar o arranque da economia, a quebra das exportações, o aumento do desemprego, a continuação da chaga social dos salários em atraso, o agravamento de outras situações sociais como a precariedade do emprego e o aumento das rendas de casa, o desleixo com que tem sido descuidado a defesa do interesse nacional em face da CEE foram questões postas em relevo por praticamente todas as bancadas. O próprio Governo, não as podendo desmentir, realça superlativamente méritos, que não tem, e procura insinuar, perante o País, que os maus resultados, que não pode negar, são culpa dos outros.

Em relação à segunda razão, o revés da guerra governamental contra os trabalhadores constitui provavelmente um dos aspectos mais espectaculares deste período de vigência do governo de Cavaco Silva. Com efeito, vigorosas lutas da classe operária e de outros trabalhadores de muitas das principais empresas do País reduziram a cacos os sucessivos tectos salariais que o Governo tentou impor. Se há aumentos reais de salários e onde eles se verificam, isso não é mérito do Governo, mas das grandes lutas dos trabalhadores contra a política do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As grandes lutas dos trabalhadores puseram também a nu a demagogia social do Governo e a sua propaganda demogógica de que não sofria contestação social. Percebe-se por isto que o executivo de Cavaco Silva queira fazer esquecer este episódio da guerra social, onde revelou uma completa incapacidade e conseguiu a condenação unânime dos sindicatos de todas as tendências.

Em relação à terceira razão, a próxima mudança das situações conjunturais internas que tem afectado o PS e PRD. Não é segredo para ninguém que o Governo e o PSD têm explorado intensamente estas situações não só no prosseguimento da sua política de facto consumado mas também para, de maneira aberta ou subreptícia, irem inculcando no País a ideia de que não haveria alternativa à sua experiência governativa.

Não é por acaso que o Governo apresenta a sua moção de confiança exactamente nas vésperas do congresso do PS, isto é, exactamente nos últimos dias possíveis, antes da conjuntura interna deste partido mudar e quando julga estar ainda ao abrigo de uma impunidade alternativa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em relação à quarta razão, a tentativa de ganhar um novo fôlego para pressionar a aprovação de outras propostas de lei particularmente contrárias à Constituição e ao nosso regime democrático. É evidente que o Governo não quer um ajuste de contas com o passado, mas sim um ajuste de contas com o futuro. É evidente que se o Governo continuar voltar com todo o projecto legislativo anticonstitucional que consta do seu Programa, voltará inclusive com a lei dos despedimentos. Mas esta moção de confiança éposta pelo Governo para pressionar a Assembleia, a curto prazo, em relação a iniciativas como a proposta de lei contra a Reforma Agrária, que representaria, se aprovada, a destruição definitiva desta conquista de Abril e a amnistia de todas as situações irregulares e criminosas contra ela desenvolvidas ou a proposta de lei que, a pretexto da segurança interna, estabelece as escutas telefónicas, a violação da correspondência e a prisão preventiva sem mandado judicial e entrega ao Governo, não só a execução mas a definição das orientações nesta área tão delicada.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É um escândalo!

O Orador: — A revelação mais espantosa deste debate é, no entanto, a concepção que o Governo e o PSD aqui trouxeram sobre as obrigações e limitações que, no seu entender, a passagem do Programa do Governo acarretaria não para o Governo, mas para a Assembleia da República.

O que o Primeiro-Ministro, os membros do Governo e os deputados do PSD aqui defenderam é uma incensurável enormidade anticonstitucional. Segundo eles, a passagem do Programa do Governo equivale à suspensão de competências da Assembleia, incluindo competências legislativas, obriga a Assembleia a aprovar tudo o que estiver escrito no Programa, dá liberdade ao Governo para fazer o que lhe dá na gana. Para eles, o Programa do Governo seria um programa de Estado e como que uma nova constituição talvez. Parece absurdo, mas é o que aqui ouvimos e consta dos textos e da fita magnética da Assembleia da República.

Um deputado do PSD, na defesa da teoria, chegou mesmo a lembrar o exemplo dos Comuns que, durante os bombardeamentos de Londres, na Segunda Guerra Mundial, renunciaram à competência legislativa. Será isto que o Governo quer pedir à Assembleia da República, no nosso país onde as únicas guerras que estão em curso são as promovidas pelo Governo?

Será esta antidemocrática interpretação que o Primeiro-Ministro pretende ver consagrada quando, quase no fim do seu discurso de abertura, fala em «tornar bem vivos os termos em que os constituintes de 1975 e de 1982 delinearam o nosso sistema de governo»?

O Sr. Deputado Magalhães Mota e outros deputados de todas as bancadas da oposição rebateram, com muita clareza, a absurda pretensão governamental e demonstraram, sem deixar dúvidas, que a passagem do Programa do Governo obriga e limita o Governo, mas não acarreta nenhuma obrigação para a Assembleia da República, não limita em nada as suas competências, que ela exerce na esfera legislativa ou de fiscalização, segundo as maiorias que nela se formam.

Isto constitui uma conclusão do debate, uma positiva conclusão do debate.

Mas cabe perguntar: o que acontecerá se, embora por razões muito circunstanciais e fortuitas, o Governo acabar por passar na «confiança»?

Se isso acontecer representará, a nosso ver, o prosseguimento da política governamental que apresenta resultados desastrosos no plano económico, social e da política externa, a ofensiva contra o sector público e os interesses públicos da economia e o avolumar dos perigos e ameaças às liberdades e direitos dos cidadãos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — É cassette!

O Orador: — Mas representará também o retomar destas anómalas e perigosas concepções governamentais em relação à Assembleia da República. Representará, sobretudo, o prosseguimento da instabilidade política, económica e social que este governo tem fomentado desde o seu nascimento, tanto em consequência da sua política antipopular, como da sua concepção anticonstitucional e aventureirista sobre o relacionamento dos órgãos de soberania.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A este propósito, deve salientar-se que o debate em curso mostra como a política de chantagem e *bluff* pode levar os que a praticam a situações absolutamente inesperadas. Provavelmente o Sr. Primeiro-Ministro e os seus jovens estrategos nunca tinha considerado esta possibilidade da sorte do Governo nesta moção de confiança acabar por ficar nas mãos do CDS.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Aí está!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro (talvez por culpa dos seus estrategos) não levou em conta a sentença de um poeta algarvio que muito provavelmente conhece. Refiro-me a António Aleixo. Diz ele: «O rato mete o focinho, / sem pensar que faz asneira; / depois, ou larga o toucinho / ou fica na ratoeira.»

Risos do PCP e do PS e protestos do PSD.

Não queremos fazer outros comentários que não sejam para assinalar como as conclusões do congresso do Coliseu do partido do Governo sobre a estratégia do «PSD sozinho», imposta pelo Primeiro-Ministro, se encontram tão rapidamente desafiadas pela linha sinuosa do governo de Cavaco Silva.

Agora é que vamos ver como se comporta o sentido da «fidelidade integral aos compromissos assumidos» de que falou o Primeiro-Ministro em face do desafio do pequeno CDS.

É preciso dizer claramente que, ao contrário do que alguns afirmam, a situação não é nada idêntica à que se colocava aquando da apresentação do Programa do actual governo. Sobre essa situação estão passados sete meses de prática governativa que puseram em evidência, sem disfarces, a política de direita do Governo, o seu autoritarismo e os seus desígnios, aprovados em congresso, de apropriação de todo o poder do Estado, através da manipulação de dinheiros públicos, do abuso de gestão de empresas nacionalizadas, do controle férreo da comunicação social, de manobras e operações de desestabilização que lhes permitiram concretizar o

sonho de uma dissolução da Assembleia, a curto prazo, em condições favoráveis e a miragem de uma maioria absoluta. A tudo isto soma-se agora o acordo do Governo com o CDS, a factura do CDS do congresso do Porto, de Adriano Moreira, o autoproclamado partido de direita.

Os projectos do Governo não se contrariam nem derrotam desaproveitando esta oportunidade inconstitucional e ficando à espera que depois o Governo caia de cansaço ou de maduro.

Aos que privilegiam a ideia da estabilidade governativa há que dizer que, neste momento, o governo Cavaco Silva, não só não assegura a estabilidade, como é o principal factor de desestabilização.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Esta moção de confiança eliminou quaisquer dúvidas quanto a este ponto.

Há que aproveitar esta ocasião soberana para mudar de política e de governo.

Protestos do PSD.

Há que preparar uma nova política que, explorando a conjuntura interna e externa extremamente favorável e ao serviço dos trabalhadores e do povo, assegure uma viragem democrática da política nacional a favor dos trabalhadores e do povo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Há forças para concretizar este objectivo. Há entre os democratas capacidade política para o realizar. O PCP, pela sua parte, não poupará nenhum esforço para que, por esta via, se retomen os caminhos de Abril.

É isto que o povo português espera de nós.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e da deputada independente Maria Santos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Martinho.

O Sr. Hermínio Martinho (PRD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quando do debate e votação do Programa do Governo, o PRD definiu com clareza a sua posição: não inviabilizar o governo minoritário do PSD por entender que o interesse nacional justificava a sua constituição e passagem, dado não se configurar então outra alternativa.

Ao intervir no final daquele debate, eu próprio admiti alguns dos inconvenientes da fórmula do governo minoritário, aqui largamente expostos pelo partidos que apresentaram moções de rejeição, sem no entanto proporem outra solução.

Mas desde logo salientei também o que poderiam ser os seus eventuais méritos, designadamente a homogeneidade, com as vantagens daí decorrentes, e a valorização e dignificação do papel do Parlamento, que constituiu e constitui um ponto importante do projecto do PRD.

Não temos dúvida em acentuar que tais méritos se confirmaram, e, se fazemos uma apreciação crítica negativa a múltiplos aspectos da acção governativa

durante estes meses — como fazemos positiva de outros — se hoje aqui fosse repetida aquela votação, a nossa posição seria a mesma.

Na mesma oportunidade, porém, também o PRD, por meu intermédio, declarou que «não sendo este o nosso governo, e o nosso programa, não poderíamos conferir-lhe a nossa confiança».

E acrescentei: «O PRD manterá nesta Assembleia uma acção fiscalizadora da actividade governativa nos seus múltiplos aspectos e com todos os meios que a Constituição lhe fornece. E no futuro, como agora, o PRD pautará a sua posição perante este governo pelo que for a sua acção concreta e pelo que, em nossa consciência, entendermos serem os interesses de Portugal e dos Portugueses.»

Sete meses decorridos, creio podermos afirmar que o comportamento do PRD, no Parlamento e fora dele, não se afastou da orientação então traçada.

Procurámos então desenvolver uma acção profundamente crítica, em sentido positivo, da actuação do Governo. Não regateámos o nosso esforço para que o Parlamento se prestigiasse pela seriedade e intensidade dos seus trabalhos, a independência da sua posição institucional, o cuidado posto no estudo das mais diversas matérias.

Sem falsa modéstia, podemos hoje orgulhar-nos de que algumas diferenças sensíveis na actuação parlamentar resultaram do nosso empenhamento e participação.

Vozes do PRD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, não levantámos obstáculos injustificados ao Governo nem actuámos com o objectivo de o derrubar. Não negociamos para conseguir benesses, nem mercadejámos votos em troca de lugares no presente ou alianças no futuro.

Ninguém ocupa hoje em Portugal quaisquer cargos, por ser do PRD ou por negociação partidária em que tenhamos intervindo.

Aplausos do PRD.

Apoiámos ou rejeitámos propostas e projectos, qualquer que fosse a sua origem, olhando apenas ao seu mérito. E também não olhámos para o lado para ver ou distinguir quem vota as nossas próprias iniciativas e propostas.

Vozes do PRD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, também neste debate e hoje, o nosso voto não esteve nunca em leilão ou em negociação. Não procurámos trocá-lo, nem por realidades presentes, nem por promessas futuras.

Entendemos, no entanto, que, sem prejuízo de nos opormos a algumas ou muitas das suas propostas ou medidas, o Governo deveria governar o tempo indispensável para que sobre a sua actuação se pudesse fazer um juízo mais ponderado e seguro. E mais do que uma vez salientámos que esse lapso de tempo não deveria ser inferior a um ano.

Assim, sem prejuízo das críticas e discordâncias que fomos manifestando, não tomaremos a iniciativa de qualquer moção de censura, no decurso de tal prazo.

Esta nossa posição é bem conhecida. E por isso, o País pode viver durante estes meses com uma estabilidade política e governativa que não viveu mesmo na

vigência de executivos maioritários como o anterior. Uma estabilidade democraticamente saudável, porque sujeita a uma efectiva fiscalização parlamentar.

Aplausos do PRD.

Uma estabilidade, porém, que algumas vezes foi perturbada por quem mais a reclama, ou seja: o próprio Governo.

Esta moção de confiança — constitucionalmente legítima, mas politicamente incompreensível — é a última prova do que acabo de afirmar.

Dissemos, quando julgámos dever fazê-lo, há alguns meses atrás, e corajosamente para um partido de oposição, que o Governo estava a ter uma «acção globalmente positiva». Isto mostra a nossa forma de actuação. E tê-lo reconhecido dá hoje mais força moral às nossas críticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se não inviabilizámos um governo sem maioria, sempre considerámos que tal situação o obrigava e obriga a actuar sem imposições e com consciência de que é minoritário, fomentando o diálogo e a procura dos consensos necessários.

Mas isto nem sempre tem acontecido. Ao Governo, muitas vezes, demasiadas vezes, lhe tem faltado em humildade democrática o que lhe sobeja em certezas. Muitas vezes, demasiadas vezes, tem trocado o discurso de Estado, por simples declarações de propaganda.

Aplausos do PRD.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

O Orador: — É verdade! Uma destas declarações, mais constante e publicitariamente marteladas é a de que o Parlamento tem impedido o Governo de governar e tem invadido a sua esfera de competência.

Protestos do PSD.

Vozes do PRD: — É verdade!

O Orador: — Não é verdade. No primeiro caso, é o próprio Governo a desmentir-se quando afirma que tem governado... e bem.

Aplausos do PRD.

No segundo caso, à única vez que o Tribunal Constitucional declarou uma norma inconstitucional por interferência de um órgão de soberania na actividade de outro, foi o Governo o «sancionado» por legislar em matérias da competência exclusiva da Assembleia. O contrário nunca aconteceu. Como nós, Portugueses, costumamos dizer, contra factos não há argumentos.

Aplausos do PRD.

É aquele comportamento, muitas vezes conflitual e injustificado, que terá voltado a estar presente na apresentação desta moção.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a moção não for aprovada e o Governo cair, a responsabilidade, em primeiro lugar e fundamentalmente, é do próprio Governo, que, por um lado, diz pensar acima de tudo no interesse nacional, e, pelo outro, o sacrifica, ou, no mínimo, arrisca — tal como o entende — ao primeiro impulso!

Sinceramente, pensamos que os portugueses, que viram, durante esta semana, perturbada a estabilidade política, que desejam e a que têm direito, apreciariam muito mais que o Governo e a Assembleia, a tivessem aproveitado para procurar soluções para tantos problemas que continuam a afligir o nosso país.

Aplausos do PRD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Como temos afirmado e reafirmado, não é por nós que este governo, ou qualquer governo, cairá ou se manterá artificialmente. Pelas razões expostas, não podemos dar a este governo o nosso voto de confiança. Mas também não nos parece positivo que se ponha termo agora à actual experiência governativa. Nem andamos atrás dos outros — inclusive do próprio governo — para assumir as nossas responsabilidades. Se e quando entendermos que o Governo deve ser derribado, seremos nós a tomar a iniciativa.

Aplausos do PRD.

Assim, o PRD vai, uma vez mais, votar coerentemente com a posição que assumiu aquando do debate do Programa do Governo; coerentemente com os seus princípios, a sua orientação e o seu entendimento do interesse nacional.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Governo atribui ao resultado da votação este significado em alternativa: ou a Assembleia me derruba ou abdica de exercer as suas competências para que eu, sem impénditos, possa exercer as minhas!

Por outras palavras: o Governo pede à Assembleia um Bill de indemnidade; pede-lhe um cheque em branco; pede-lhe, sem rodeios, que deixe de fiscalizar a acção do Governo; pede-lhe, sem cerimónias, que se demita para o não demitir!

Em termos de democracia parlamentar, desde Aristóteles até aos nossos dias, o menos que se pode dizer é que é de gargalhada!

Pois é bem de ver que pode a Assembleia não demitir o governo nem se demitir a si mesma, tudo continuando como dantes!

Custa a acreditar, mas somos levados a concluir que o actual governo ainda não tomou consciência deste punhado de elementariedades: a de que esta Assembleia pode produzir outros governos, enquanto este governo não pode produzir outra Assembleia.

Risos do PSD.

A de que compete constitucionalmente à Assembleia apreciar os actos do Governo, não ao Governo apreciar os actos da Assembleia; a de que este governo é minoritário, foi constituído pelo PSD, sabendo que a comodidade de governar sozinho correspondia a incomodidade de depender da vontade alheia, uma coisa sendo a ansiedade do próprio voluntarismo outrora o peso da própria vontade; a de que, pelo menos relativamente ao meu partido, que votou contra o Programa do Governo, é no mínimo grotesco perguntar-lhe se está

na disposição de avalizar o cumprimento dele; a de que, relativamente aos partidos que se abstiveram na votação do Programa do Governo, é, no mínimo, provocatório esperar que afirmem agora pela positiva a disposição *in obstante* de permitirem o seu cumprimento futuro, desconhecendo a forma como o Governo se propõe cumpri-lo; a de que, na melhor das hipóteses, se verá colocado na posição de, para não ter de fazer as malas, fazer de conta que confiam nele os partidos que se obstiverem de dizer que confiam; a de que o Governo, e particularmente o seu Primeiro-Ministro, fariam melhor procurando lenitivo para as suas dores numa atitude de normal acatamento das regras democráticas e de elementar respeito pela vontade da Assembleia da República. Anda mal avisado um governo que, precisando, como se vê, da confiança do Parlamento, passa o tempo a desrespeitá-lo, a diminuí-lo, a denunciá-lo ao povo, a dizer à fonte que a sua água não presta. Melhor avisado, inverteria o sentido de marcha: não saindo do Governo e entrando de pleno na prática democrática.

Se o Governo, em vez de me fazer uma pergunta de que antecipadamente não desconhece a resposta, me pedisse uma receita para acalmar as ardências que o devoram, eu prescrevia dieta de autoritarismo, tisanas de diálogo e cataplasmas de democracia!

Risos.

De facto, este executivo sofre agudamente de parlamentofobia. Ainda não produziu verdadeiros actos de governo, daqueles que mexem nas estruturas da rotina. Mas, no combate ao Parlamento, na denúncia perante a opinião pública do que pretende serem os seus embargos à acção governativa, parece possesso da doença de São Vito.

O Primeiro-Ministro é, desde já, o mais efectivo locutor da televisão.

Aplausos do PS e protestos do PSD.

E num em cada três programas aproveita para se queixar do Parlamento. Que invade. Que entorpece. Que demora. Que bloqueia. Que, sendo embora o governo um bom governo, o melhor de sempre...

Vozes do PSD: — E é!

O Orador: — ... o mais competente, o mais eficaz, o mais honesto, ainda assim os deputados, o têm impedido de governar!...

Uma vez por outra, o Primeiro-Ministro entusiasma-se e ultrapassa as fronteiras da verdade.

Durante a discussão do orçamento suplementar de 1985, surpreendeu os mais incrédulos com a acusação de que os deputados se preparavam para introduzir na proposta do Governo malfeitorias tais que impediam o pagamento de dívidas do Estado aos empreiteiros, às farmácias, a todo um conjunto de classes profissionais de denso peso eleitoral. Faltou à verdade como se sabe.

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Não!

O Orador: — Saltando sobre o dia-a-dia das queixas contra o Parlamento, eis-nos na discussão do orçamento ordinário para 1986. Estamos lembrados da deselegância histórica do Primeiro-Ministro, dizendo

aos deputados que, se se portassem bem e fossem bons meninos, nomeadamente não baixando o preço dos combustíveis, estaria disposto a baixar o preço do leite.

Não tendo estes sido tão bonzinhos quanto se exigia, eis o Primeiro-Ministro na televisão a explicar aos Portugueses por que razão não podia baixar o preço do leite: os deputados haviam baixado o preço da gasolina e faltavam-lhe o 1 600 000 contos necessários para embaratecer o leite! E logo a gasolina, divertimento de ricos, em detrimento do leite, alimento de pobres!...

Vozes do PSD: — É verdade!

O Orador: — Um ou outro incrédulo, desses que têm a mania de ir ao fundo das coisas, ainda perguntou: como assim? E os 100 milhões de contos de receita correspondente à quebra do preço do petróleo? E os 50 milhões de contos de sobre-receita do IVA? E os milhões dos auxílios a fundo perdido da CEE? E a queda da cotação do dólar? E a sobrecotação do dólar e das ramas de petróleo no Orçamento para 1986?

O Sr. Amélia de Azevedo (PSD): — E os buracos orçamentais?

O Orador: — Mais recentemente foram os fogos. Colhido em pecado de inércia perante esse flagelo cíclico, ao ter notícia do grave desastre de Águeda, que enlutou o País, arranjou maneira de o imputar ao Parlamento. Não foi ao ponto de o acusar de ter ateado o fogo. Mas acusou-o de estar demorando a aprovação de uma proposta de lei do Governo no sentido do agravamento das penas. Insinua, em suma, que, se a Assembleia tem sido mais diligente, o medo da pena mais grave teria intimidado o incendiário.

Reconheça-se que tem lógica. O que a não tem é a teima dos criminalistas em se recusarem a considerar mais eficazes as penas mais graves, o delírio dos adversários da pena de morte em pretenderm que o homicídio aumenta em vez de diminuir com ela, e a cumplicidade das estatísticas quando comprovam aquela teima e este delírio!

É claro que podia ter ocorrido ao Governo reforçar mais significativamente os meios ao dispor dos bombeiros, empenhar as Forças Armadas nessa missão de paz ou encaminhar para a floresta a juventude à procura do primeiro emprego. Mas nem tudo lembra. Ocorreu-lhe agravar as penas, sem lhe ter ocorrido que o criminoso, em regra, age na convicção da impunidade. E ocorreu-lhe descarregar a sua frustração sobre o Parlamento, numa reacção tão pavloviana que vai passar aos compêndios.

Mas o grande desfecho estava por vir. Pressentia-se música de Wagner, com as leis laborais por libreto. Como de facto. A CIP havia dado o tom. Se a Assembleia não aprovasse o pedido de autorização legislativa para que o Governo aprovasse *qua tale* as alterações ao contrato individual de trabalho, o Governo devia demitir-se.

É da competência exclusiva da Assembleia, salvo autorização do Governo, legislar em matéria de direitos dos trabalhadores? É!

Conceder ou não autorizações legislativas ao Governo é uma faculdade da Assembleia? É!

Não um direito do Governo? Não!

Assim sendo, a Assembleia, ao recusar aquele autorização, exerceu um direito próprio? Exerceu!

Exerceu-o por forma impecavelmente constitucional e legal? Sem dúvida!

Assim sendo, o Governo queixa-se de quê?

O que o Governo pretende é no fundo que se revogue a Constituição. Onde se diz que a Assembleia fiscaliza o Governo deve ler-se: que é fiscalizada por este. Onde se diz que legislar sobre direitos dos trabalhadores é competência reservada da Assembleia, deve ler-se que é reserva de caça do Governo. Onde se diz que a Assembleia pode conceder autorizações legislativas ao Governo leia-se que deve.

Isto feito, o Governo fica contente e resolve os problemas do País. Isto negado, o Governo irrita-se, queixa-se ao povo e exige ser por ele julgado, o que implica uma nova revogação pontual da Constituição: onde se diz que compete ao Presidente da República dissolver o Parlamento, deve ler-se que é ao Primeiro-Ministro que isso de facto compete.

Aplausos do PSD.

O pacote laboral tem cádastro nesta sua tendência para derrubar governos. Esteve, como se sabe, na base da ruptura da coligação PS/PSD. Preocupado em defender a estabilidade governativa e em evitar eleições antecipadas, o PS aceitou sacrificar a esses patrióticos objectivos a recusa de algumas transições. Mas não de todas.

E já então se recusou a subtrair à discussão por esta Assembleia as alterações à lei do contrato individual de trabalho!

O novo líder do PSD colocou a questão nestes termos comunitários: ou autorização legislativa ou adeus coligação.

Escolhemos despedir-nos desta, não do respeito devido à Assembleia da República e a nós mesmos.

Curioso será lembrar que o grande argumento era a pressa. Pois bem: volvidos sete meses sobre a posse do Governo, eis-nos no ponto de partida: as leis laborais no limbo, as leis agrárias no berço, e tudo o mais, que estava a caminho de feito, continua por fazer.

Foi este o «êxito» do actual Primeiro-Ministro: substituiu um governo maioritário por um governo liliptiano; travou e adiou as leis e medidas da maior importância para o País; um ano volvido tem para oferecer, na melhor das hipóteses, o mesmo cenário.

Não contente com isso, ou talvez embaraçado com isso, tenta arranjar um bode expiatório — a Assembleia. E de pronto se prepara para recomeçar de novo; isto é, instalar outra crise governativa. A primeira destinou-se a ganhar o Poder. Esta, destina-se a reforçá-lo.

Perante isso, esquece os velhos avatares: a estabilidade política, o relançamento da economia, a captação de investimento. Mais poder! Se possível, todo o poder! Eis o objectivo. O País, esse, se puder, que espere!...

Interessante será também apurar porque demorou o Governo tantos meses a retomar as propostas laborais em que dizia pôr toda a sua complacência! E porque as retomou na forma antecipadamente inviável do pedido de autorização legislativa!

A resposta é simples: porque, apesar de tudo, prefere a confrontação às leis. Prisioneiro de uma teimosia, e seduzido por um acto de força, não é capaz de soltar-se desses liames tentaculares. Por isso insiste na bravata: ou a domesticação da Assembleia ou o dilúvio!

Mas onde o Primeiro-Ministro foi mais longe no seu belo contra o Parlamento e contra a verdade foi ao comunicar ao País, uma vez mais através da televisão, as razões da presente moção.

Que Governo e que Primeiro-Ministro!...

Em pouco mais de meio ano — cito — «fez renascer a esperança», «fez renascer a confiança», «inverteu a situação de crise»...

Vozes do PSD: — E é verdade!

O Orador: — ... «iniciou de forma eficaz o controle da subida dos preços e a melhoria das condições de vida de todos os portugueses», «atacou de frente o grave problema dos salários em atraso»; «introduziu o rigor»...

Vozes do PSD: — E é verdade!

O Orador: — Os Srs. Deputados têm o direito de fazer o barulho que quiserem, mas só agradeço que o não façam por conta do tempo que me é atribuído.

Sei que estas coisas são desagradáveis de ouvir, mas acredititem que são mais desagradáveis de suportar!

Como estava a dizer, «introduziu o rigor e a verdade nas finanças do Estado» «fez com que os jovens voltassem a acreditar no futuro» «começou a criar condições para o desenvolvimento do interior» e tudo isto «sem clientelismos, favores ou discriminações».

Vozes do PSD: — E é verdade!

O Orador: — Tudo isto fazendo «da isenção e da transparência, da verdade e da honestidade o seu modo de estar na política e no Governo»; tudo isto «preferindo a acção ao discurso»!

Vozes do PSD: — E é verdade!

O Orador: — Srs. Deputados, ouço-vos com tanto respeito quando falam, e às vezes não é tão agradável como isso ouvir-vos! Peço-vos, pois, que correspondam com igual comportamento.

Tudo isto e o País sem saber de nada!... Que é feito da gratidão dos jovens, dos necessitados, dos trabalhadores sem salário, dos desesperados, dos inconfiantes, dos que são isentos, honestos e hostis à inacção discursiva, da gratidão de Bragança, de Castelo Branco e da Guarda?

E com que tocante modéstia o Primeiro-Ministro nos diz que «em sete meses era impossível fazer mais». Como em sete? Direi antes — citando o Cristo — em setenta vezes sete!

Sobretudo tendo de enfrentar o leão da Nemeia que este Parlamento é a recusar «toda e qualquer proposta do Governo!» Mesmo «as propostas» (*sic.*) que «constam já do programa» eleitoral do PSD e do programa do Governo!

Valerá a pena contrapor ao Primeiro-Ministro que, para quem prefere a acção ao discurso, faz filmes de mais, discursa de mais e age de menos? Que é um ultraje aos desesperados atirar-lhes sem mais com a esperança à cara? Que o renascimento da confiança é um *slogan* sem a menor atinência à realidade? Que o Governo nada fez para evitar a subida dos preços, limitando-se a receber na concha das mãos a queda da cotação do dólar e do preço do petróleo? Que o que

inverteu a situação de grave crise económica e financeira, próxima da ruptura cambial, foi a corajosa política de austeridade do anterior governo? Que as únicas condições criadas para o desenvolvimento do interior são os auxílios da CEE, onde o anterior governo fez admitir o País?

Protestos do PSD.

O Orador: — Os Srs. Deputados estão a entrar no domínio da falta de respeito, não tanto por mim mas por vós próprios. Peço-vos que me ouçam em silêncio porque eu também o faço.

Sei que estas coisas custam a ouvir, mas paciência!

Que o actual governo já fez sancimentos e nomeações de amigos que bastam para que seja no mínimo prudente deixar de tentar apresentar-se como bacteriologicamente puro em matéria de clientelismo? Que o flagelo dos salários em atraso continua a rir-se da propaganda do Governo? Que o desemprego aumenta, que o encerramento de empresas ameaça tornar-se epidémico, que o pouco investimento que começa é mais do que superado pelo que acaba? Que andamos à deriva na CEE? Que na agricultura, na indústria, no comércio, na educação, na saúde, ainda ninguém deu pelas inovações deste Governo?

Por mais que isso custe a reconhecer ao Primeiro-Ministro, este governo tem desfrutado de condições excepcionais para poder enfrentar com êxito os problemas do País. Desde logo uma confortável margem de manobra financeira. Uma economia sem especiais constrangimentos. Estabilidade política — as raras afloações de instabilidade é o Governo que as inventa. Relativa estabilidade social — as excepções é o Governo que as provoca ou as não evita. A própria Assembleia lhe não tem criado obstáculos à margem da Constituição e da normalidade do plano da fiscalização parlamentar de um governo democraticamente débil.

A pretensa invasão da esfera de competências do Governo é outro exagero, sobretudo se tomarmos em conta que o Governo é fortemente minoritário, não sendo por isso de estranhar algum reforço da fiscalização parlamentar dos seus actos. Ou bem que a invasão é unconstitutional, e o Governo pode promover a declaração da sua unconstitutionalidade, ou bem que não é invasão e não resta ao Governo senão acatar a vontade do Parlamento, com a só alternativa de se demitir. Mas a isto se opõe o facto, tantas vezes repetido pelo Primeiro-Ministro, de que o Governo quer continuar!

Quererá?

Vozes do PSD: — Quer!

O Orador: — Sendo conhecida a inclinação do Sr. Primeiro-Ministro para relampear e fugir, chego a crer que não! Chego a crer que, sabendo que o seu capital de prestígio é não baseado em actos de Governo mas em filmes de televisão, receia a justo título que não tarde aí a queda. E que, a cair por si mesmo, com fragor, prefere que a Assembleia o empurre, com escândalo!

No discurso de apresentação da moção, nesta Assembleia, o Primeiro-Ministro reincidiu de forma grave. Tirante a parte substancial que é da autoria do Partido Comunista, é um lausperene aos méritos do Governo e aos próprios, e um libelo acusatório contra

a Assembleia da República. O Primeiro-Ministro é um estranho advogado das causas que defende; antes de mais nada, ataca o juiz!

Bom no auto-elogo, foi no mais desolador e sem ideias. Minto: bom também na aritmética sobre a produtividade parlamentar. Far-lhe-á bem, na primeira oportunidade, um tirocíniozinho neste Parlamento.

A preocupação de cumprir o programa é tudo, o resto quase nada. Só que esta Assembleia também tem um mandato a cumprir e os partidos da oposição com assento nela têm um programa a respeitar.

E que é isso de a Assembleia deixar cumprir o Programa do Governo? Deixar passar sem retoque as propostas de lei do Governo, que no seu programa não passavam de referência episódica?

Diz o Primeiro-Ministro que o seu governo foi o que mais dialogou com as oposições, o que mais elementos de informação forneceu, aquele que a mais requerimentos respondeu. Não creio que tenha, sem mais, esses recordes. Mas tem sem dúvida o recorde dos ataques ao Parlamento, dos ultrajes ao Parlamento, do desrespeito ao Parlamento.

Informa-nos ainda de que «tem dificuldades em entender as posições dos partidos democráticos». Já, Sr. Primeiro-Ministro, nos tínhamos dado conta disso!...

Finaliza dizendo que o Governo «não pode prescindir dos poderes que a Constituição lhe atribui».

Como o compreendemos, Sr. Primeiro-Ministro! Pois não é que a Assembleia padece do mesmo mal?

Risos do PS.

Protestos do PSD.

O Orador: — Srs. Deputados, dava-vos o conselho de respeitarem a imagem dos vossos colegas para serem respeitados quando usam da palavra.

Já tenho idade para dar conselhos, mesmo quando mos não pedem. O Sr. Primeiro-Ministro sabe que não pode esperar a confiança do meu partido. Sabe que não consideramos o seu governo um governo de fiar.

Se o seu governo continuar, teremos, ao recusar-lhe a confiança, sido coerentes. Se o seu governo cair, assumiremos as nossas responsabilidades, embora me pareça que não foi a nossa confiança que o Governo quis pôr à prova.

Admitindo que o Governo continue, ainda assim poderão ter de continuar com o grão na asa que é o facto de a maioria do Parlamento lhe não ter exprimido, de forma positiva, a sua confiança. O que significará ter de continuar sem a garantia que veio procurar, precisamente na mesmíssima situação em que agora se encontra.

Admitindo que isso aconteça, eis o conselho: pegue numa bandeira branca e atravesse os jardins de São Bento; acabe com a confrontação, que a nada de bom conduz; aceite o diálogo aberto, não hirto, não retesado, não autoritário, com os partidos da oposição; rejeite a reserva mental; renuncie a pôr-nos de bobe; se puder, gabe-se menos!

Faça isso e pode ter por certo o nosso desejo de estabilidade e de paz.

Aplausos do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Capucho.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: No final deste debate ficamos sem qualquer dúvida sobre a pertinência e a oportunidade da apresentação da moção de confiança que, de seguida, seremos chamados a votar.

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nenhum argumento consistente e válido foi trazido à colação em desmentido das razões que assistem ao Governo e que estão subjacentes à pergunta clara e directa que este nos colocou. De resto, e em especial as oposições socialista e comunista continuaram a confundir acintosamente a crítica frontal face a posições concretas assumidas por partidos, com pretensos afrontamentos à Assembleia da República como órgão de soberania. Designadamente a apresentação da moção de confiança não pode ser capciosamente classificada como mais um gesto de confrontação política: é antes, tão simplesmente, o exercício de uma faculdade constitucionalmente consagrada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Prosseguiram no objectivo de tentar reduzir o Executivo a um Governo de convenção ou mesmo a uma direcção-geral deste Parlamento, como se a Constituição distinguisse entre governos maioritários e minoritários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Recusamos a governamentalização da Assembleia com a mesma veemência com que não queremos a parlamentarização do Governo. Invocaram o estafado argumento da arrogância e da falta de diálogo, mas ficou demonstrado que nunca como agora ocorreu tanta abertura e disponibilidade concretizada de cooperação, com os órgãos de soberania e os grupos parlamentares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que não aceitamos é que se confunda a predisposição para o diálogo com a renúncia a princípios legítimos de que o Governo não pode abdicar porque constituem compromissos perante o povo português e esta Assembleia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tentaram em vão julgar negativamente a acção governativa após escassos sete meses de existência, escamoteando factos, falseando dados e, essencialmente, procurando ignorar uma evidência comprovada por consultas de origem insuspeita à opinião pública: o Governo governa bem, o primeiro-ministro e o Executivo têm a confiança de uma esmagadora maioria do povo português.

Aplausos do PSD.

E é isto mesmo, Sr. Deputado Almeida Santos, que V. Ex.ª eventualmente não suporta e o seu partido também não. Incapazes de encaixar a resposta que o povo deu aos 43% que lhe pediram.

Aplausos do PSD.

... mal disfarçando o 'desaire' atrás de râbulas lamentáveis e de duvidoso sentido de humor.

Assim, é recapitulando, Sr. Presidente e Srs. Deputados: O PSD alcançou a maioria relativa nas últimas eleições legislativas e dispôs-se a formar governo; as demais forças partidárias afastaram desde logo a possibilidade de estabelecerem qualquer acordo connosco de incidência governamental; formámos governo sozinhos e o Programa do Governo, foi viabilizado pela Assembleia da República; a nossa vitória eleitoral, a posse conferida pelo Presidente da República e a viabilização do Programa conferiram ao Governo o título de plena legitimidade; no entanto, várias foram as ocasiões, já aqui enumeradas, em que o Governo viu as suas áreas de competência invadidas pelo Parlamento e os instrumentos legais indispensáveis à sua acção alterados no essencial ou mesmo recusados; é evidente que o Executivo não se dispõe a governar apenas formalmente, prescindindo dos poderes que a Constituição lhe conferiu, nem a colocar-se em situação de impossibilidade de cumprimento do seu programa.

Logo, tem todo o cabimento e oportunidade a pergunta que nos coloca: «Está a Assembleia da República na disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo, viabilizado pelo Parlamento em 20 de Novembro de 1985, de modo a que o Governo possa exercer plenamente o mandato que lhe foi conferido?»

A utilização desta figura jurídico-constitucional por parte do Governo tem sobretudo o significado político de provocar uma clarificação indispensável e permitir uma assunção clara das responsabilidades de cada um.

O Governo não se demite, já nos disse. O Governo não pretende criar a instabilidade. Pretende apenas governar e que o deixem governar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a moção de confiança for aprovada, como esperamos e desejamos, nada poderá ficar como dantes.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Onde é que eu já li isso!?

O Orador: — Sei que os intelectuais de esquerda ou alguns pseudo-intelectuais de esquerda pensam exactamente em sentido contrário. Mas como normalmente não acertam, estamos perfeitamente descansados.

Aplausos do PSD.

O Governo sairá politicamente reforçado, a responsabilização das oposições no futuro ficará acrescida e evidenciada perante a opinião pública.

E todos nós, apesar de tudo enriquecidos por este debate, não deixaremos de corrigir procedimentos eventualmente inadequados em ordem a melhor servir o interesse nacional, na oposição ou no apoio ao Governo. Mas se a moção for rejeitada, no nosso ponto de vista ao arrefepio e contra os interesses nacionais, cada um assumirá as suas responsabilidades e o povo julgará os protagonistas deste debate.

Especialmente responsáveis seriam, em nosso entender, aqueles que, activa ou passivamente, contribuíram para a viabilização do Programa do Governo, permitindo a investidura do Executivo e o exercício em toda a plenitude das suas competências jurídico-constitucionais.

De qualquer modo, se a Assembleia considera que não deve conferir ao Governo as condições necessárias para que realize integralmente o seu programa, ou se não o considera merecedor da confiança indispensável para a prossecução do mesmo, então será bom que o diga claramente rejeitando a moção.

Aplausos do PSD.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente a nossa indisponibilidade para responder aos desafios lançados em pleno debate, aliás de sentido e alcance que claramente ultrapassa o âmbito e o objecto bem concretos da moção de confiança em apreço. Sem embargo, reiteramos a nossa inteira disponibilidade, como partido e como grupo parlamentar, para reactivarmos o diálogo com as forças partidárias democráticas empenhadas numa oposição não destrutiva e os grupos parlamentares respectivos.

Do nosso lado, da bancada social-democrata, vamos dar o nosso voto favorável ao Governo, reiterando-lhe toda a nossa confiança para que prossiga na tarefa de modernizar e desenvolver Portugal, melhorando progressivamente as condições e a qualidade de vida dos Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Neste momento, gostaria de recordar palavras proferidas aqui em 1980 — e ainda hoje actuais — por um primeiro-ministro, também a propósito da apresentação de uma moção de confiança:

Somos adeptos sinceros do princípio da separação de poderes. Mas se se pretende construir em Portugal um sistema de contrapoderes à boa maneira revolucionária [...] então é bom que afirmemos com toda a clareza que o Governo [...] considera tal projecto como fundamentalmente antidemocrático, politicamente irresponsável e moralmente repugnante.

Citei palavras de Francisco Sá Carneiro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Aníbal Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Alguns senhores deputados produziram aqui afirmações quanto à execução do Programa do Governo que não correspondem à verdade, não têm fundamento, são mesmo distorções da realidade.

Para criticar a forma como cumprimos não basta alinhar numa frase nomes de diferentes secções do Programa do Governo, noutra um conjunto de palavras como investimento, inflação, emprego, salários reais, CEE, e depois acrescentar «o Governo não fez».

Para fazer críticas sérias e o Governo está interessado nelas, é preciso respeitar o conteúdo das expressões e não fechar os olhos à realidade.

Esta Assembleia da República viabilizou um programa do Governo para quatro anos e os Srs. Deputados sabem bem que ele está a ser executado a bom ritmo, em todos os seus sectores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os Srs. Deputados não só sabem que temos cumprido como sabem que a população sente que é assim.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É falso!

O Orador: — Por isso alguns deputados do PCP e também do PS revelam ressentimentos, sentem-se incomodados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Orador: — Não deviam estar surpreendidos, porque sempre dissemos que íamos governar para decidir, fazer cumprir o que prometemos, resolver os problemas do País.

Aplausos do PSD.

Srs. Deputados, não adianta fechar os olhos à realidade e tapar os ouvidos para não escutar a opinião pública.

Sabemos que já fizemos muito apesar dos condicionalismos que temos enfrentado.

Mas sabemos que ainda há muito a fazer.

Temos impaciência em responder às carências que ainda se fazem sentir e às justas aspirações de muitos portugueses. Por isso queremos saber se nos deixam, efectivamente, realizar o que prometemos.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há quem considere arrogância a simplicidade com que encaro a verdade dos factos. Sem habilidade de retórica, sinceramente vos digo, e com profunda convicção, que a eventual queda deste governo trará aos Portugueses consequências marcadamente negativas e que os mais prejudicados serão justamente os mais vulneráveis, os mais carenteiados. Por isso, não a desejamos, embora a admitamos como consequência constitucional da rejeição da moção de confiança. Não estamos agarrados ao Poder!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Vê-se!

O Orador: — O que pretendemos é a confiança desta Assembleia e as condições institucionais para podermos cumprir o nosso programa. O que pretendemos é que cada grupo parlamentar e cada deputado, assuma as suas responsabilidades perante o País no adiamento à tomada de medidas fundamentais ao desenvolvimento de Portugal.

Não pomos em causa, pelo contrário consideramos úteis as críticas e actos das oposições que resultam do seu próprio estatuto e que correspondem ao democrático pluralismo na percepção do interesse nacional.

O Sr. José Apolinário (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Mas não se pode pretender reduzir o Governo de Portugal ao partido de que emerge, confundir, na prática, um governo de maioria relativa com um governo de mera gestão.

Alguns senhores deputados manifestaram estranheza pelo facto de querermos executar o nosso programa e de pretendermos cumprir promessas feitas aos Portugueses.

Argumentaram com os seus próprios compromissos, com a sua interpretação do interesse nacional, como que sugerindo que deveríamos sim executar o seu programa e não o nosso.

Não me parece correcto, senhores deputados.

Foram as nossas propostas que mereceram o apoio preferencial do eleitorado.

Fomos nós os indicados para governar o País. Foi o nosso programa que foi submetido a esta Assembleia e que ela não rejeitou. É inteiramente legítimo que o queiramos executar.

Uma oposição responsável não pode colocar-se numa perspectiva de só deixar o Governo fazer aquilo que está de acordo com as suas próprias propostas.

Chegou a ser-nos perguntado, aliás de forma agressiva, se achávamos que uma oposição deve ser colaborante.

Pois bem, senhores deputados, penso que uma oposição responsável deve ser colaborante, embora seja evidente que não tenha de ser concordante.

Ser oposição não pode significar obstrução sistemática à acção governativa.

Compete-lhe sim manter uma presença activa e fiscalizadora, combatendo, dentro da lealdade democrática e no quadro constitucional, as medidas que possam ser destrutivas para o projecto que defende.

Já não é legítimo que, à partida, as oposições rejeitem as medidas governamentais que não estão nessa situação, só pelo facto de serem diferentes das suas propostas.

É natural que não concordem exactamente com os caminhos e soluções por que pretendemos conduzir Portugal e os Portugueses no rumo do progresso. Mas não podem paralisar a nossa acção.

Para quem está na oposição este comportamento é uma consequência da aceitação do princípio da subordinação do interesse partidário ao interesse nacional.

Srs. Deputados, sabemos que para continuar a governar é preciso que seja assegurada ao Governo a confiança desta Assembleia.

Se a moção for aprovada, o Governo vai continuar a cumprir o seu programa, a prosseguir os objectivos que fixou.

Continuaremos a devotar-nos ao serviço de Portugal e dos Portugueses, continuaremos o esforço de conduzir Portugal no rumo do desenvolvimento, para um futuro mais promissor que se traduza no maior bem-estar para todos os portugueses.

Esperamos, todavia, que o voto favorável desta Assembleia seja um voto efectivo. Ao reafirmar a confiança, a Assembleia da República aceita, uma vez mais, a legitimidade do Governo, do seu programa, dos seus objectivos.

Aplausos do PSD.

Por isso, não só sabemos que é necessário que a Assembleia nos assegure a sua confiança, como também não prescindimos dela.

Se a moção for aprovada, tudo continuaremos a fazer para aprofundar o diálogo com aqueles partidos democráticos que dêm provas de querer situar a sua acção no respeito escrupuloso pelos princípios da melhor conveniência democrática.

Se a moção for recusada, os partidos da oposição terão de assumir a responsabilidade plena pelas consequências a que conduziria a queda do Governo nesta fase da vida nacional.

O resultado da votação que se vai seguir, se significasse o derrube do Governo, teria profundas implicações na vida nacional que se não confinariam com o período da mera conjuntura.

Far-se-iam sentir num futuro, que não seria curto, e manifestar-se-iam em múltiplos domínios da vida portuguesa.

No relacionamento entre as diferentes forças partidárias e no peso eleitoral futuro de cada uma delas; nas perspectivas de estabilidade governativa e na natureza dos governos capazes de governarem o País; no entendimento ou desentendimento do princípio da separação dos poderes entre a Assembleia da República e o Governo e na consequente estabilidade das instituições democráticas; na evolução da situação económica do País e no aproveitamento dos benefícios da adesão às Comunidades Europeias; no clima de confiança e na disponibilidade para empreender, arriscar, inovar e modernizar; na credibilidade externa do País e na defesa dos interesses dos portugueses espalhados pelo mundo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, está em causa somos ou não um país governável.

Ao decidirem sobre a moção de confiança, sabemos que é grande a responsabilidade que pesa sobre os partidos da oposição, mas não podem fugir a essa responsabilidade, tal como nós, em sete meses de governação, não fugimos à nossa.

Aplausos do PSD.

Sei bem que é uma grande responsabilidade provocar a queda de um governo que está a governar. Que a população quer que continue a governar, que lhe dêem as condições para que possa continuar a governar bem. Governo para o qual não há alternativa credível.

Se a moção for recusada, os senhores deputados trazem a recuperação económica e a melhoria das condições de vida da população, destroem o capital de esperança e as expectativas dos Portugueses. Se a moção for recusada, os partidos da oposição deverão responder perante a opinião pública, deverão justificar ao povo português por que razão a Assembleia da República assumiu de forma tão concreta a estratégia do Partido Comunista.

Aplausos do PSD.

Uma voz do PCP: — Ameaças?

O Orador: — Porque, sejamos claros, senhores deputados, a queda do Governo, neste momento, serve exclusivamente a estratégia do Partido Comunista. E o povo português sabe-o perfeitamente.

Protestos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP, antes mesmo de ser apresentada a moção de confiança, já tinha anunciado publicamente que iria votar contra.

É uma posição que não constitui qualquer surpresa.

Mas não deixa de ser curioso, e até irónico, assistir à defesa que o Partido Comunista diz fazer da instituição parlamentar. Os comunistas a defenderem o Parlamento! Um partido que pela sua filosofia, pela sua organização, pela sua prática, sempre esteve contra a democracia parlamentar!

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

Como podem os partidos democráticos aceitar a liderança do PCP nesta pretensa defesa da dignidade da instituição parlamentar?

Protestos do PCP e MDP/CDE.

Não vêem esses partidos que não é da defesa da Assembleia que se trata, mas sim do ataque ao Governo? E não só a este governo, mas sim a todos aqueles que não estejam subordinados à sua estratégia.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

Com efeito, não houve nenhum governo democrático do qual o PCP, decorridos poucos meses, não tenha exigido a queda.

Vozes do PCP: — É falso!

O Orador: — As intervenções do PS aqui produzidas não podem deixar de suscitar um sentimento de tristeza.

O Sr. António Mota (PCP): — Falta a guitarra!

O Orador: — Foram intervenções determinadas por razões e objectivos que nada têm a ver com este debate.

Passados oito meses sobre as eleições de Outubro, é de facto com tristeza que verificamos que ainda não foram capazes de ultrapassar os ressentimentos ou frustrações pelo desaire e de entenderem as suas causas.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Não temos culpa que se sintam feridos e incomodados pela apreciação que o cidadão comum faz das actividades do Governo, comparativamente às daqueles em que participaram.

Alguns senhores deputados socialistas confundiram o debate sobre a moção de confiança com uma competição para alcançar cargos partidários ou lugares num qualquer governo-sombra.

O Sr. José Lelo (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Pelo teor de algumas das intervenções produzidas, que só desprestigiam quem as fez, pela lenitidão que revelou em entender a nova fase política que se vive em Portugal, pensamos que o PS está a autocondenar-se à penumbra por largos anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Do PRD ouvimos algumas críticas que consideramos injustificadas.

Vozes do PS: — Muitas!

O Orador: — Esperaríamos, ao menos, que tivesse publicamente reconhecido que nunca a nenhum governo fora feito um requerimento por um deputado, pedindo tanta informação, e que nunca tão rapidamente obtivera resposta.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Carlos Vasconcelos (PRD): — Isso é verdade!

O Orador: — Honestamente não poderão dizer que não conhecem bem o cumprimento dado, pelo Governo, ao seu programa.

A disponibilidade de informação responsabiliza muito mais quem decide, quem escolhe, quem vota...

Risos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

...do CDS ouvimos crítica serena e construtiva registámos as suas preocupações, ficámos com a ideia de que agora, como no passado, sabe ponderar os superiores interesses nacionais...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ora aí está!

O Orador: — ... concorda que a estabilidade política é um valor indispensável, que se deve apostar na liberdade, na livre iniciativa dos indivíduos, na valorização dos recursos humanos, na justiça social.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — «Alimpa-te».

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Pagar a factura!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta moção de confiança contribuirá para uma clarificação das responsabilidades.

A moção de confiança é um instituto já várias vezes utilizado no decurso da nossa breve mas intensa experiência constitucional, e o recurso a esse mecanismo, previsto na nossa lei fundamental, só pode prestigiar os órgãos nele envolvidos. Sendo assim, não nos parece aceitável que se veja na apresentação de uma moção de confiança qualquer tipo de hostilidade. É precisamente do contrário que se trata. A confiança é algo que se pede e que ninguém está obrigado a dar.

Também não nos parece legítimo que se desvalorize a própria apresentação da moção de confiança sugerindo que na sua base está uma intenção de mera táctica política ou, pior ainda, insinuando que seriam nulos os efeitos da sua aprovação. A confiança, senhores deputados, tem um significado próprio, um valor profundo, que está para além das crises, conflitos ou contradições.

A confiança é demasiadamente importante entre as instituições, como entre os homens, para poder ser reduzida a razões de conveniência ou oportunidade.

A moção de confiança — a sua aprovação ou a sua rejeição — tem assim um significado. Em democracia não há actos inúteis e aqueles que desvalorizam os actos jurídico-constitucionais não dão por vezes conta que, ao fazê-lo, desprestigiam as próprias instituições de que fazem parte.

Depois da votação desta moção, nada ficará como dantes. Nem psicologicamente, nem institucionalmente, nem politicamente.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Lá isso não!

O Orador: — Saberemos pela nossa parte extraír as devidas ilacções deste acto cheio de consequências pelo que implica em termos de relacionamento entre órgãos de soberania e também no que diz respeito às relações entre os partidos políticos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Acho que sim!

O Orador: — Fomos claros durante o debate. Não nos demitimos das nossas responsabilidades. Por uma razão muito simples: o povo elegeu-nos democraticamente para governar com base num programa muito explícito — programa esse que esta Assembleia, no livre exercício das suas competências, entendeu viabilizar. E nesta matéria recusamos — e recusaremos sempre — o exemplo daqueles que muito prometem quando estão em oposição ou em campanha, para logo se esquecerem quando instalados no poder.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se nos afastássemos do 'nossa' programa estariam em falta para com nós próprios mas também em falta para com esta Assembleia. Respeitamos integralmente as competências próprias da Assembleia da República.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vê-se!

O Orador: — A prova é a nossa presença aqui, hoje, submetendo-nos ao crivo da sua crítica e depositando nas suas mãos o futuro do Governo.

Mas se a Assembleia tem competências próprias, também o Governo detém as suas e seria inaceitável que delas abdicasse.

Entendemos que a cooperação entre os órgãos de soberania é fundamental ao correcto e harmonioso desenvolvimento do regime democrático. Mas essa cooperação baseia-se não só no princípio de interdependência mas também no princípio constitucionalmente consagrado da separação de competências.

E o debate aqui travado também a este respeito foi útil, pois veio relembrar o princípio de separação dos poderes que está no próprio cerne da teoria democrática ocidental e que se encontrou na base do desenvolvimento de todos os regimes parlamentares.

Não seria legítimo que a Assembleia da República pretendesse transformar o Governo numa comissão executiva do Parlamento, num mero órgão de gestão da política por si definida. A supremacia institucional da Assembleia da República — que o Governo reconhece, pois esse é um princípio elementar de qualquer regime representativo — manifesta-se no facto de o Governo depender da própria Assembleia para a sua formação e manutenção em funções.

O Sr. António Mota (PCP): — Também tenho essa ideia!

O Orador: — Essa supremacia institucional não pode de forma alguma confundir-se com a possibilidade de orientar a acção do Governo neste ou naquele sentido.

A Assembleia da República não é um governo acima do Governo, como certas leituras deturpadas do nosso texto constitucional aqui pretendem sugerir. Governo e Assembleia são dois órgãos distintos, e devem observar a separação e a interdependência estabelecidas na nossa Constituição como princípios gerais de organização do poder político.

Seria gravíssimo que, por o Governo dispor apenas de uma maioria relativa, se cometesse agora um desvio à correcta interpretação da nossa lei fundamental e se desequilibrasse o sistema político semipresidencial, adulterando por completo a sua lógica de funcionamento, transformando-o num sistema de parlamentarismo puro e reduzindo o Governo a um mero governo de convenção.

Não se procure, pois, com o argumento de que o Governo não dispõe de uma maioria absoluta, alterar o sistema de funcionamento a que estamos vinculados pela Constituição. E o texto constitucional também não distingue entre governos maioritários e governos minoritários, pelo que, se a Assembleia não tem confiança no Governo, deve demiti-lo, mas não invadir as suas competências.

Aplausos do PSD.

O Sr. Victor Hugo Sequeira (PS): — Ao menos isso!

O Orador: — A responsabilidade e a clareza são essenciais a um correcto funcionamento das instituições. Verificamos, pois, que não é apenas a manutenção do actual governo que está aqui em causa. É o princípio de legitimidade de actuação de um órgão de soberania e da viabilidade do funcionamento dos governos de maioria relativa. Hoje somos nós que estamos investidos nestas funções, mas é importante que fiquem claramente definidas as regras daquilo que devem ser as relações entre a Assembleia e um governo de maioria relativa. O Governo deve obedecer a regras, mas a oposição também tem regras. Se todos nós, governo e oposição, não respeitarmos determinados limites — e esses limites encontram-se constitucionalmente consagrados — não inviabilizaremos apenas esta experiência governativa, prejudicamos também a própria governabilidade do País, sacrificando as hipóteses que temos de pôr a funcionar o sistema democrático de forma a garantir o mínimo de estabilidade sem a qual não há economia que resista ou democracia que perdure.

O regime democrático consolida-se através da alternância mas esta pressupõe, de facto, um mínimo de estabilidade. Para que aquela alternância tenha lugar, há que permitir que os governos governem, cumpram o programa com que se apresentaram ao eleitorado, a fim de posteriormente puderem ser julgados por quem os elegeu.

É isso, apenas isso, que pedimós.

Será muito?

O Sr. José Magalhães (PCP): — É demais!

O Orador: — Srs. Deputados, se é demais pedirmos que nos deixem cumprir aquilo a que nos comprometemos, então não há princípio de responsabilização que funcione; então o regime continuará condenado à instabilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É esse seguramente o interesse de alguns, mas não podemos acreditar que seja esse o desejo da maioria.

Srs. Deputados: Queremos uma vez mais sublinhar que de forma alguma pretendemos libertar-nos da responsabilidade governativa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vê-se!

O Orador: — Queremos cumprir as nossas promessas. Queremos que nos deixem governar. Pela nossa parte fizemos o que pudemos. Ficamos dependentes do vosso julgamento. O julgamento do povo português, esse, não o tememos.

Apenas nos resta aguardar. Aguardamos democraticamente a vossa decisão. Com a serenidade do dever cumprido.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dou por encerrado o debate. Nos termos do artigo 228.º do Regimento, seguir-se-á a votação.

Vou submeter ao Plenário a votação da solicitação feita pelo Governo de um voto de confiança, sobre assunto de relevante interesse nacional, nos termos requeridos pelo Governo e que se traduz na seguinte pergunta:

Está a Assembleia da República na disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo, viabilizado pela Assembleia em 20 de Novembro de 1985, de modo que o Governo possa exercer plenamente o mandato que lhe foi conferido?

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Como V. Ex.^a se poderá ter apercebido, na parte final do debate foi por diversos senhores deputados de diversas bancadas levantada uma questão, cuja resolução me parece ter entendido que o Sr. Presidente teria feito em certo sentido, ao anunciar que iria ler e submeter à votação aquilo que acaba de ler. Ora, o que o Sr. Presidente acaba de ler é uma pergunta, uma pergunta que o Governo, naturalmente, pode fazer, como eu posso fazer perguntas várias, porventura apaixonantes — essa, por acaso, prima por ser capciosa —, mas que, em todo o caso, não é uma moção de confiança, nos termos constitucionais.

A Assembleia da República não pode votar...

Risos do PSD.

... aquilo que o Sr. Presidente acaba de ler, porque o que V. Ex.^a acaba de ler é uma pergunta e, ainda por cima, uma pergunta que o debate comprova filiar-se numa concepção do Programa do Governo inteiramente desprovida de cobertura constitucional e perfeitamente impertinente, a qualquer título.

Portanto, Sr. Presidente, das duas, uma: ou o Governo coloca na Mesa um texto que diga qualquer coisa como «a Assembleia da República exprime a sua confiança ao X Governo Constitucional», ou a Assem-

bleia da República não pode, naturalmente, responder «sim» a essa pergunta, nos termos em que se encontra formulada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Não se vai abrir um debate, porque o requerimento traz expresso que solicita à Assembleia da República um voto de confiança. A pergunta feita serve, apenas, para esclarecer o sentido ou o conteúdo ou para alargar o conceito do voto de confiança.

De resto, se havia impugnações a fazer, deveriam tê-las feito na altura da admissão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — A questãoposta pelo Sr. Deputado José Magalhães tem toda a razão de ser.

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — Simplesmente, tem uma solução simples: V. Ex.^a pode pôr à votação todo o texto que o Governo apresentou.

O Governo pode pedir a confiança circunscrita a uma certa questão e essa pergunta funciona como um consentimento da moção de confiança. A questão supera-se pondo V. Ex.^a à votação do Plenário todo o texto, na sua globalidade.

É isso que, no fundo, iremos votar, porque há implícita uma referência à moção de confiança na remissão que o Governo faz no texto dos artigos da Constituição que V. Ex.^a acabou de referir.

O Sr. Presidente: — Não vejo inconveniente nenhum em ler todo o requerimento. Assim se fará.

Foi lido. É o seguinte:

Nos termos do artigo 196.º da Constituição e do artigo 226.º do Regimento da Assembleia da República, venho requerer a V. Ex.^a se digne informar a Assembleia de que o Conselho de Ministros, reunido em 23 de Junho, deliberou, nos termos da alínea b), do n.º 1 do artigo 203.º da Constituição, solicitar um voto de confiança da Assembleia da República sobre o seguinte assunto relevante de interesse nacional:

Está a Assembleia da República na disposição de permitir o cumprimento do Programa do Governo, viabilizado pela Assembleia em 20 de Novembro de 1985, de modo a que o Governo possa exercer plenamente o mandato que lhe foi conferido?

Mais requeiro a V. Ex.^a se digne considerar a urgência que o assunto requer, para todos os efeitos legais e regimentais.

Aproveito para apresentar a V. Ex.^a os melhores cumprimentos e os protestos da minha melhor consideração.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal A. Cavaco Silva*.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Depreendo que, ao ler integralmente o texto que acaba de ler, cumpriu, ou acatou, ou seguiu uma sugestão do Sr. Deputado José Luís Nunes e, portanto, entende que o texto do voto de confiança solicitado pelo Governo será esse, com esse preciso teor.

O Sr. Presidente: — Não vejo outro.

Risos.

O Orador: — O problema é que nós também não e não vemos aí, em bom rigor, um voto de confiança.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE): — É um ofício!

O Orador: — Deva dizer, Sr. Presidente, que colocada a questão nesses termos, se a Assembleia aprovar isso aprovará a mais original moção de confiança jamais aprovada num parlamento e cobrirá de ridículo este parlamento, o que será um bom zimbório para esta encenação inteiramente ridícula.

No entanto, não contestaremos nem impugnaremos o texto que V. Ex.^a acaba de ler e que vai submeter à votação — coisa que é um pouco penosa, mas lá terá de ser!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Vamos votar, Srs. Deputados.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS e dos deputados independentes Borges de Carvalho e Rui de Oliveira Costa, votos contra do PS, do PCP, do MDP/CDE e dos deputados independentes Maria Santos, Ribeiro Teles e Ferreira do Amaral e a abstenção do PRD.

O Sr. António Capucho (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para requerer a contagem dos votos.

O Sr. Presidente: — Assim será feito; Sr. Deputado.

Procedeu-se à contagem.

O Sr. Presidente: — O resultado da votação é o seguinte: 108 votos a favor, 93 contra e 44 abstenções, pelo que a proposta foi aprovada por maioria, como previamente havia sido anunciado.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A encenação está acabada; podem ir embora pois segunda-feira a Assembleia da República

continuará. Queiram os Srs. Membros do Governo o que quiserem, isto tem profundas implicações constitucionais.

A verdade é que o Governo não saiu demitido e o País não ganhou a solução governativa de que tanto precisa.

No entanto, o Governo também não ganhou para o susto e isso não deixará de ter marcas...

O Sr. Deputado António Capucho disse que nada ficaria como dantes e de certa forma isso é verdade.

Todos disseram — isso é significativo — que esta moção de confiança era um acto inútil, uma fita, um acto politicamente incompreensível ou mesmo um acto desleal para com os partidos com assento nesta Assembleia da República.

O Sr. Primeiro-Ministro ouviu aqui — é para isso que serve a Assembleia da República — aquilo que na corte governamental ninguém se atreve sequer a pensar, muito menos a dizer. No mínimo, verberaram-lhe, com toda a razão, a falta de humildade democrática e a fobia propagandística, mesmo quando não há a mínima correspondência entre os actos praticados e aquilo que a propaganda afirma.

Com toda a razão foi criticada a sua intolerância, a sua incapacidade de se moldar ao regime democrático — aquilo que ele de mais profundo tem, a sua incapacidade de resolver os problemas e de reconhecer abertamente a sua não resolução mesmo quando há indicadores que o comprovem, a sua falsa concepção do diálogo, tomando por diálogo a palavra que sai do senhor para o escravo sem réplica possível, mas não encontrará, da nossa parte, essa espécie de diálogo e esta Assembleia disse-lhe claramente que não o encontrará e não só desta bancada. Ora isto é positivo, é significativo e, no mínimo, vai dormir com isso esta noite.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro gostava de uma oposição que o aplaudisse aceitavelmente e de um parlamento domesticado mas o que lhe foi dito aqui nesta moção de confiança foi que não contasse com isso.

Foram frontalmente criticadas as duas teses mais caras ao Governo: a bizarria de acusar a Assembleia da República de obstruir o Governo, o que é inteiramente falso como se demonstrou neste debate...

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ..., e a acusação de que o Parlamento invadiria a esfera de competência própria do Governo, e isto é também inteiramente falso. Naturalmente, é fácil ir à televisão dizer ao País que a grande culpada de todos os males é esta Assembleia da República, onde se discute mas não se faz, enquanto o Governo faz e discute pouco. O Sr. Primeiro-Ministro, isso até me lembra outros tempos que devemos apagar definitivamente da vida política portuguesa.

Isto são conclusões do debate, independentemente do seu resultado, mas são também, em certo sentido, um resultado do debate.

Por outro lado, todos pudemos ver o comportamento do Primeiro-Ministro em crise e devo dizer que se se assusta assim por estar em causa o PSD, é de pensarmos todos muito bem em como é preocupante que V. Ex.^a tenha o País nas mãos numa situação de crise.

Também o comportamento dos ministros não foi satisfatório. Dos que falaram sobejou a arrogância e não tanto o saber, mesmo quando o exhibiram ou alegaram, de que é o exemplo o Sr. Ministro Miguel Cadilhe. Outros ficaram calados e mesmo quando passam por superministros enquanto os seus sectores ardem — como alguns deles, neste momento e infelizmente, ardem para mal do País —, sem medidas do Governo.

Enumeraria certamente a educação, a justiça e também a saúde, a habitação, etc. — e esta enumeração é certamente incompleta.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Governo sai daqui derrotado, embora amanhã os jornais ou alguns amigos do Governo titulem «Vitória do Governo». Mas este Governo no dia seguinte a Alcácer Quibir teria estampado nos jornais: «Grande vitória de D. Sebastião!»

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Disso não tenho dúvida nenhuma! Portanto, o Governo é também capaz de o fazer em relação a esta derrota política que acaba de sofrer. A verdade é que este Governo sai daqui admitido a prazo.

O CDS, no acto em que deu ao Governo um balão de oxigénio, disse-lhe: se te queres matar, toma lá este balão de oxigénio, mas não queremos ficar aqui com responsabilidades do teu suicídio; vai-te matar para outro sítio.

Risos do PCP.

Foi isto que o Prof. Adriano Moreira disse do alto daquela tribuna, no momento em que revelou publicamente o acordo de incidência parlamentar secreto que esta tarde celebrou com o Governo nos corredores.

O PRD acha que a doença do Governo mata ao fim de um ano — não antes do fim de um ano —, mas restam então ao Governo cinco meses de agonia, se é que o PRD percebe destas medicinas.

Risos do PCP e do PS.

Creio que todos reconheceram esta verdade simples: o Governo entrou aqui minoritário e sai daqui minoritário ligado «àquela máquina» (*Risos do PS.*) que é como estar ligado a uma máquina de hemodiálise pelas mãos do Prof. Adriano Moreira. Cuidado!

Aplausos do PCP.

O Governo entrou aqui sozinho mas sai com uma estranha ligação com o CDS e quem teve essa experiência saberá os cuidados que é preciso ter. V. Ex.ª, Sr. Primeiro-Ministro, tomará os seus cuidados enquanto for tempo — se é que ainda é tempo.

Risos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate revelou firmeza do Governo?

O Sr. Primeiro-Ministro, depois de «entradas de leão» na televisão, entrou nesta Assembleia, no primeiro dia, extremamente mavioso — digo mavioso...

O Sr. Malato Correia (PSD): — Era o que faltava!

O Orador: — ... e esta noite deu-nos o tom duro que lhe é aconselhado pelos seus estrategas que o enfiam neste buraco de onde saiu por um milímetro.

O Sr. António Capucho (PSD): — Tenha cuidado se entra no campo ofensivo!

Protestos do PSD.

O Orador: — O Sr. Deputado António Capucho defenderá a sua honra se a sentir atingida, pela minha parte não tentei naturalmente fazê-lo.

O Sr. António Capucho (PSD): — Pode ter a certeza que o farei!

Protestos do PSD.

O Orador: — Como estava a dizer, o Sr. Primeiro-Ministro entrou aqui no primeiro dia, mavioso, e saiu hoje com o tom que lhe tínhamos visto na passada segunda-feira na televisão, ou seja, com o tom arrogante, com o tom de quem desconhece que está condenado a prazo, com o tom de quem subestima — como lhe é típico e se viu claramente em 16 de Fevereiro — as condições daqueles que se lhe opõem.

Então, o que é que o Governo ganhou com este debate?

O Governo revelou firmeza? Creio que — e as conversas que tivemos durante o dia de hoje com muita gente nesta Assembleia revelaram isso — o Sr. Primeiro-Ministro revelou, acima de tudo, um insuperável gosto pela roleta russa e pelo aventureirismo, mas à última hora teve de pedir ao CDS que lhe tirasse a bala senão fazia «click»!

Revelou capacidade estratégica? Um Primeiro-Ministro e chefe de um partido que, três semanas depois do Congresso em que decide governar sempre sozinho até à recta final, é obrigado a aliar-se ao CDS revela capacidade estratégica? Isto é capacidade estratégica, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Com esta genial capacidade estratégica logo se verá onde vão parar esses estrategas!

Finalmente, o Governo sai daqui apoiado? Por quem? Pelo CDS? É esse o apoio? Já se viu historicamente o que são os apoios do CDS!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em termos práticos, creio que este resultado político não é bom para o País; creio que teria sido preferível para o País uma outra solução governativa. Com esta solução para o País, resultante desta votação, a crise continuará na próxima segunda-feira promovida pelo Governo. Na próxima segunda-feira a Assembleia da República vai funcionar, o que quer dizer que «a crise segue dentro de momentos».

O Sr. Primeiro-Ministro tem agora que decidir, pura e simplesmente, qual é o pretexto para o próximo fanico, para o próximo desmaio, para o próximo bater de pé, para a próxima ida à televisão. Sr. Primeiro-Ministro diga-me qual é o próximo pretexto? É a Lei da Segurança Interna? É a admissão ou não da lei contra a Reforma Agrária? Qual é o tema para o próximo fanico? É importante que esclareça a Câmara quando chegar a altura própria.

Creio que o Governo colheu aqui a crítica generalizada, que o País não ganhou hoje aquilo que poderia ter ganho e que perdemos tempo; mas esse tempo hoje joga a favor da democracia, não joga a favor do Governo.

Há forças bastantes para ultrapassar esta indefinição que permite ao Governo navegar entre estes escolhos — é esse o seu único mérito, não tem mais nenhum —

contra os interesses dos Portugueses. Os interesses dos Portugueses exigem, independentemente daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro diz, uma outra solução governativa e uma outra política capaz de resolver os seus problemas. É por essa política que o Partido Comunista Português continuará a lutar e pela, correspondente solução governativa tão necessária para Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O nosso voto positivo para a passagem neste Parlamento da moção de confiança, totalmente inadequada, tanto do ponto de vista jurídico como político, como demonstrámos durante o debate, não significa qualquer alteração da nossa posição que claramente afirmámos na investidura deste Governo e não vemos qualquer razão para a modificar.

O nosso voto positivo não é nem será um aval do CDS para a consolidação de uma aventura política — passe a expressão —, como a experiência deste executivo vem abundantemente demonstrando. Um executivo sem maioria parlamentar, sem projecto político claro e sem uma estratégia definida para, em concertação com outros partidos democráticos e parceiros sociais que foram o arco constitucional, obter os necessários consensos para, nesta legislatura, introduzir as reformas estruturais que o País reclama com carácter de urgência.

O Sr. Primeiro-Ministro deve retirar deste debate a lição de que não é esta Câmara que obstrui o Governo de prosseguir a sua acção para executar o Programa do Governo que este Parlamento não rejeitou, mas também não aprovou, mas a de que, movendo-se dentro deste sistema que nos rege, é impossível a um governo minoritário mesmo que se convença a si próprio e todos os dias transmite ao País através dos meios de comunicação social que tutela — máxima a da televisão — que a minoria é maioria política relativa e que a maioria parlamentar que tem de enfrentar todos os dias é um somatório de pequenas minorias aritméticas!

Deste debate, os ministros directamente responsáveis pelas nossas relações com a CEE, que entraram mudos e saíram quedos, devem extraír a lição que não podem viver das sondagens ou da popularidade fabricada por alguns conhecidos painéis pretensamente científicos mas que precisam de trabalhar com mais competência e mais diálogo com as comissões parlamentares, com os partidos da oposição, e os parceiros sociais e convencerem-se também de que o poder de que desfrutam não é para resolver os conflitos internos do seu partido nem para transferir para o exterior os confrontamentos institucionais de que o Governo vive para camuflar a sua infecção real.

Continuamos a entender que Portugal em Junho de 1986, tal como em Novembro de 1985, não está em condições de dispensar um governo de plena competência. É lamentável que o Governo, sobrepondo interesses de puro interesse propagandístico, tivesse escolhido este momento para, mais uma vez, criar um clima de instabilidade e uma crise artificial. Não o acompanhámos neste expediente de duvidosa legitimidade política!

Finalmente, demos o nosso voto positivo na esperança de que o Governo e o PSD saibam cumprir os compromissos assumidos perante esta Câmara e nesta Câmara para modificar o sistema, realizar a revisão constitucional e lançar Portugal na senda do progresso e do desenvolvimento.

O nosso voto, por isso, Sr. Primeiro-Ministro, continua a não significar a adesão política do CDS ao Programa do Governo, ou aplauso à inanição de vários ministérios, mas é um voto nos portugueses que anseiam por um Portugal independente e dinâmico, economicamente desenvolvido, socialmente justo, culturalmente avançado, igual aos seus parceiros europeus.

Se V. Ex.ª, Sr. Primeiro-Ministro, quiser conseguir esta aventura nesta legislatura, empenhadamente o ajudaremos, para levar por diante o verdadeiro Programa, e pode contar com o CDS.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que travámos foi, em si próprio, a explicação pela qual iremos votar contra a moção de confiança apresentada pelo Governo. Embora, cumprindo de certa maneira um ritual, afigura-se-nos oportunamente sintetizar as nossas razões: em primeiro lugar, votámos contra a moção de confiança porque o Governo não merece a nossa confiança. O Programa do Governo é mau — dissemos-lo na altura própria, não serve os interesses do País — dissemos-lo na altura própria; a acção governativa é péssima — dizemo-lo agora. Decorridos sete meses de acção governativa, que tal como o Programa do Governo também não serve os interesses do País, o Governo acaba de obter uma vitória pírronica ou, dito de uma forma mais clara, uma vitória também humilhante: o Governo não alargou a sua base de apoio ao fim de sete meses de governação; o Governo aprofundou o confronto com a instituição parlamentar no decorrer dos discursos dos Srs. Ministros e sobretudo, no do Sr. Primeiro-Ministro; o Governo tentou dar à Câmara uma indigente lição de teoria constitucional.

Uma Voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Recebeu o Governo um sério aviso; diz o Governo pretender o diálogo, mas pretende uma coisa bem diferente e que é, pura e simplesmente, a impunidade. Da nossa parte o Governo não poderá contar com impunidade!

O Governo, no entanto, promete continuar a sua prática de arrogância perante os cidadãos e de desprezo pela instituição parlamentar. Cumpre-nos admitir que os resultados serão negativos a curto prazo, ou, melhor, a curíssimo prazo, para o Governo. Em breve terá o Governo a prova deste facto; dito de outra forma, em breve o Governo verificará que só semeou ventos e só colherá tempestades.

Todos os dias o Governo — como se dizia de um político francês do fim do século — «tem um encontro do mais alto nível consigo próprio». Mas esta forma de governar, voltado para o espelho, não conduzirá a nada de bom.

Diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro que o Governo fez o que pôde. É certo! E quem faz o que pode a mais não é obrigado, também é certo. Mas Portugal merece mais e muito melhor.

Por isso e por tudo o que foi dito tínhamos de votar, como votámos, necessariamente, contra.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Correia Afonso.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Durante estes últimos dias os Portugueses acompanharam, profundamente preocupados, o debate que aqui se desenvolveu sobre o voto de confiança que o X Governo Constitucional pediu a esta Assembleia.

O que esteve em causa não foi apenas a sobrevivência de mais um governo.

O País já viu antes a queda de quinze governos nuns escassos doze anos.

Também não esteve em causa o ineditismo de uma moção de confiança.

O País assistiu em sete anos à discussão e votação de sete moções de confiança.

O que os Portugueses sentiram, nestes últimos dias, é que estava em jogo no Parlamento o direito de terem um futuro melhor, que estava em risco a sua vontade de mudança, de desenvolvimento e de progresso.

Em 6 de Outubro passado, os Portugueses concederam ao PSD uma maioria relativa para governar.

Em 20 de Novembro seguinte, esta Assembleia viabilizou o Programa do X Governo Constitucional, presidido pelo Prof. Cavaco Silva. Nasceu assim este Governo.

Um governo legítimo, que, nos termos do artigo 185.º da Constituição, passou a ser o órgão de condução da política geral do País e o órgão superior da Administração Pública.

Um governo que resultou do sufrágio universal e cujas competências se inspiram, claramente definidas na Constituição, na separação de poderes dos órgãos de soberania.

Um governo que, desde o princípio, no seu Programa e na sua prática, sempre se mostrou claramente defensor de uma democracia económica, social e cultural. Prometeu aos Portugueses uma mudança. E deu-lha, no sentido da modernidade, da Europa.

Sempre atento aos graves problemas sociais, o Governo virou-se prioritariamente para a correcção dos vícios e distorções estruturais da sociedade portuguesa, privilegiando a defesa dos mais fracos e desprotegidos.

Não apenas por palavras, mas principalmente pela acção, este governo introduziu na governação uma perspectiva social-democrata e abriu para os Portugueses uma política de reformas, assente na solidariedade e na igualdade de oportunidades.

Com honestidade, rigor e competência, o Prof. Cavaco Silva e o Governo a que preside iniciaram as grandes tarefas de preparação do nosso país para responder aos desafios da adesão às Comunidades, com preservação da nossa identidade nacional.

Bem definiu Disraeli quando disse: «Estadista é aquele que consegue por meio de reforma o que por meio da violência consegue a revolução.»

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aberto ao diálogo com todos os partidos e parceiros sociais, mantendo um bom relacionamento institucional com os órgãos de soberania, o X Governo Constitucional implementou as medidas legislativas decorrentes do programa que a Assembleia viabilizou, sempre numa perspectiva de adequação aos interesses nacionais.

As oposições não aceitaram bem este novo estilo de governar, esta determinação de pôr acima de quaisquer interesses de conjuntura os valores e os objectivos nacionais.

Defenderam as oposições e praticaram a invasão da esfera de competências do Governo. Neutralizaram ou desfiguraram medidas legislativas que traduziam o sentido e vontade da governação.

A apresentação desta moção de confiança constituiu assim uma evidente necessidade de clarificação e de transparência, indispensável em democracia.

Foi uma chamada e uma assunção de responsabilidades.

Mas este voto de confiança representou também um imperativo ético e político. Imperativo ético porque foi prometido aos Portugueses o que consta do Programa do Governo, viabilizado pela Assembleia.

É natural que o Governo tenha como ponto de honra cumprir o que prometeu. Imperativo político porque governar é programar e executar aquilo em que se acredita, aquilo que se julga ser o mais adequado às necessidades e anseios do povo português.

Esta moção de confiança não foi, portanto, um acto de pressão ou um ultimato, mas surgiu apenas no cumprimento das regras democráticas.

A sua aprovação contribuiu para o fortalecimento da democracia.

Este governo e o Professor Cavaco Silva têm-se empenhado na prossecução dos interesses nacionais. Com esforço, competência, rigor e honestidade.

Merecem a confiança dos Portugueses.

O PSD, que se identifica com os Portugueses, com os seus interesses, as suas preocupações e a sua generosidade, não poderia deixar de apoiar também este governo e o Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva.

Por tudo isto votámos favoravelmente a moção de confiança.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, passo a anunciar a ordem do dia para a próxima reunião, que terá lugar na segunda-feira próxima, dia 30, às 15 horas, e de que constará a apreciação do projecto de lei n.º 10/IV, do PCP (revogação da lei das rendas e alterações urgentes ao regime jurídico do arrendamento, com vista à garantia do direito à habitação).

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrados os trabalhos.

Eram 1 hora e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.
António Paulo Pereira Coelho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Aurora Margarida Borges de Carvalho.
 Carlos Miguel Maximiano Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Fernando José Alves Figueiredo.
 Fernando José Russo Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Francisco Mendes Costa.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 João José Pedreira de Mátos.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Maria Bernardes Barranco.
 José de Almeida Cesário.
 José Assunção Marques.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 José Mendes Bota.
 José de Vargas Bulcão.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Martins.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Rui Manuel Parente Chancelle de Machete.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Partido Socialista (PS):

António de Almeida Santos.
 António Manuel Azevedo Gomes.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Manuel N. Costa Candal.
 Carlos Manuel Pereira Pinto.
 Jaime José Matos da Gama.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Carlos Pinto B. Mota Torres.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Leonel de Sousa Fadigas.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro.
 Rui Fernando Pereira Mateus.

Partido Renovador Democrático (PRD):
 Ana da Graça Gonçalves Antunes.
 José Caeiro Passinhas.
 Roberto de Sousa Rocha Amaral.
 Tiago Gameiro Rodrigues Bastos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Maria Odete dos Santos.
 Rogério Paulo Sardinha de S. Moreira.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes de Almeida.
 Henrique José Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Manuel Fernando Silva Monteiro.
 Narana Sinai Coissoró.
 Pedro José Del Negro Feist.

Deputados Independentes:

António José Borges de Carvalho.
 Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Rui Manuel Oliveira Costa.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):
 António Cândido Miranda Macedo.
 João Cardona Gomes Cravinho.

Partido Renovador Democrático (PRD):
 José da Silva Lopes.

Centro Democrático Social (CDS):

José Augusto Gama.
 José Vieira de Carvalho.

OS REDACTORES: *Maria Amélia Martins — Maria Leonor Ferreira — Ana Maria Marques da Cruz — José Diogo — Cacilda Nordeste.*

PREÇO DESTE NUMERO: 280\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.